

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JOÃO VICTOR CRISTIANO SCHEFFER

**BANKING ON APARTHEID: A CAMPANHA CONTRA OS BANCOS CANADENSES NA
REVISTA TCLSAC REPORTS (1977-1984)**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JOÃO VICTOR CRISTIANO SCHEFFER

**BANKING ON APARTHEID: A CAMPANHA CONTRA OS BANCOS CANADENSES
NA REVISTA TCLSAC REPORTS (1977-1984)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

S317b Scheffer, João Victor Cristiano

Banking on Apartheid : A campanha contra os bancos canadenses na revista TCLSAC Reports (1977-1984) / João Victor Cristiano Scheffer. – 2023.

151p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Guerra Fria. 2. Movimentos Sociais. 3. Ativismo Transnacional. 4. Movimento Antiapartheid. 5. Canadá. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

JOÃO VICTOR CRISTIANO SCHEFFER

**BANKING ON APARTHEID: A CAMPANHA CONTRA OS BANCOS CANADENSES
NA REVISTA TCLSAC REPORTS (1977-1984)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes (orientador) – PUCRS

Prof. Dr. José Carlos Curto – York University

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka – PUCRS

Porto Alegre

2023

Em memória de João Batista Scheffer, pelo seu profundo senso de solidariedade e por ter me ensinado o seu valioso significado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço o Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, instituição fundamental na minha trajetória profissional. Agradeço os órgãos públicos e seus programas que me acolheram durante toda minha trajetória acadêmica desde a graduação. Minha gratidão ao programa Universidade para Todos, ProUni, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, por terem tornado essa pesquisa possível.

Agradeço fortemente todo o apoio e dedicação do meu orientador Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes, que sempre esteve atento e engajado com esse trabalho. Sua visão humana e postura acolhedora contribuem e vão além da confecção dessa pesquisa, sempre irei tomar estes ensinamentos como peças estruturais da minha formação acadêmica e profissional. Sua paciência e bom humor contribuíram enormemente em diversos momentos, tornando a carga da pós-graduação muito mais leve. A confecção de um bom ambiente acadêmico, atento as diferentes demandas humanas, não seria possível sem a sua presença. Sua empolgação com a pesquisa e a docência sempre foram e continuarão sendo fonte de inspiração. As diversas conversas, conselhos e orientações sempre instigaram o alargamento da minha visão de mundo, serei eternamente grato pela possibilidade de enxergar diferentes realidades. Pesquisar e estudar História atualmente demanda coragem, sonhar com novos horizontes e vislumbrar novas possibilidades mais ainda. Minha trajetória pessoal e profissional demandou diversas vezes essa coragem; coragem essa que o Prof. Marçal não deixou faltar aos seus orientandos. Obrigado.

Aos professores da Escola de Humanidades pelas incríveis aulas e todo o acolhimento que recebi. À Professora Dra. Eliana Silveira pela sua paciência e carinho, admiro profundamente o seu senso de humanidade e por ter me ensinado que as relações humanas são infinitamente enriquecidas quando valorizamos os laços de fraternidade.

Agradeço meus pais, Aida Teresinha e João Batista, por sempre terem apoiado minhas escolhas e por terem vibrado nos momentos de conquista. Minha trajetória jamais teria sido possível sem o seu amor e seus ensinamentos. Hoje sei que sempre estive sobre os ombros de gigantes. Agradeço o encorajamento e o acolhimento dado pela minha irmã, Nicole Scheffer, sempre disposta a ouvir os aprendizados que gosto de compartilhar.

À minha companheira Luiza agradeço pela parceria e pela inspiração. Sempre foi receptiva às minhas preocupações, me acompanhando nos caminhos mais complicados. Sua presença na minha vida é muito valiosa, sou profundamente grato em compartilhar meus melhores momentos ao seu lado.

Aos meus amigos Bianca, Roger, Abdala e Yan por compartilharem seus aprendizados nessa trajetória acadêmica. Quando estive perdido eles me auxiliaram a encontrar soluções. Ao Samuel, Elisa, Sérgio, Rafael, Douglas, Pedro e Gabriela pela imensa contribuição, a amizade de vocês foi extremamente preciosa durante meu trajeto na universidade. Aos meus amigos de longa data Gabriel, Jade, Marco, Lucas e Kelly. Sou imensamente agradecido pela amizade e pelo carinho.

Por fim, agradeço a educação e o seu poder transformador. Sou testemunha da sua capacidade mobilizadora e sei que com ela é possível alcançar novas compreensões, estas fundamentais para que se ensejem mudanças na nossa realidade social.

“Em nome da ambição, do poder e do espírito materialista,
Ouve esta oração, ô Deus capitalista
Seja feita a vontade dos que vos tem
Em sagradas contas bancárias, amém.
Que o pão nosso de cada dia nunca nos falte
Mesmo que a decência e a vergonha nos falte
E se necessário derrame sangue por toda parte
Mas em nome do desenvolvimento, salve a nossa parte!”
Azagaia, Maçonaria

“There are many cruel and hideous beasts who haunt the world today, but the most vicious is the monster of apartheid. This monster combines all the worst characteristics of the other beasts of the earth, oppression, exploitation, racism, even sexism. It consumes men, women and children in its hunger for labour, and destroys them, their families and their culture. In order to keep functioning the apartheid monster needs a varied diet, it needs technology, it needs oil, it needs expertise, and it needs money”

Haslam, David.

RESUMO

Este trabalho analisa a articulação da Campanha dos Bancos através das publicações da revista *TCLSAC Reports*, do *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* (TCLSAC), comitê de solidariedade canadense envolvido com a luta *antiapartheid* e o apoio aos movimentos de libertação da África Lusófona. A pesquisa analisa as práticas empregadas na composição da *Bank Campaign* e o uso estratégico da informação na mobilização dos protestos, boicotes e piquetes organizados – práticas estas também compartilhadas por diferentes grupos nacionais engajados na luta contra os bancos canadenses e seus empréstimos à África do Sul nas décadas de 1970 e 1980. A análise focaliza as conexões nacionais e internacionais exercitadas pelo TCLSAC, demonstrando seu ativismo transnacional através da composição de alianças políticas com outros grupos (civis e religiosos). Suas atividades culminavam na formação de políticas contenciosas que amarravam diferentes setores da sociedade civil canadense, vinculando-os em escala global às lutas sociais na África Austral. Põe-se em evidência as duas bases da campanha contra os bancos: as igrejas e os comitês de solidariedade. A articulação destes dois vetores é fruto de processos políticos e sociais em curso no Canadá desde o pós Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra Fria, as descolonizações em África e Ásia forçam um reposicionamento da política externa canadense, mudança de rumo realizada sob pressão de grupos transnacionais como o *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa*. Analisar seu periódico oferece um panorama global destas conexões entre o continente africano e o Norte Global.

Palavras-chave: Guerra Fria; Movimentos Sociais; Ativismo Transnacional; Movimento Antiapartheid; Canadá.

ABSTRACT

This work analyzes the articulation of the Bank Campaign through the publication of TCLSAC Reports magazine, from the Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa (TCLSAC), a Canadian solidarity committee involved with the antiapartheid struggle and support to liberation movements from Lusophone Africa. This work analyses practices employed in the composition of the campaign and its strategic usage in the mobilization of protests, boycotts, and pickets organized – practices shared by different national groups engaged in the struggle against Canadian banks and their loans to South Africa in the 1970s and 1980s. The research focalizes the national and international connections put forward by TCLSAC, revealing its transnational activism through the composition of political alliances with other groups (civil and religious). Those activities culminate in the formation of contentious politics that bound together different Canadian civil society sectors, linking them on a global scale with the social struggles on course in Southern Africa. It is shown two bases of the campaign against the banks: the church movement and the solidarity committees. The conjunction of these two vectors results from social and political processes in progress in Canada since the Second World War. During the Cold War, decolonization in Africa and Asia forced a repositioning of Canadian foreign policy, a modification that happened due to the pressure of transnational groups like the Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa. Analyze its magazine offers a global panoramic view of the connections between the African continent and the Global North.

Key words: Cold War; Social Movements; Transnational Activism; Antiapartheid Movement; Canada

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOA – American Committee on Africa

AGM – Annual General Meeting

AMRO – Amsterdam-Rotterdam Bank

ANC – African National Congress

ARMSCOR – Armaments Corporation of South Africa

CCC – Canadian Council of Churches

CCCB – Canadian Conference of Catholic Bishops

CCBP – Confederation of Church and Business People

CCIC – Canadian Council for International Cooperation

CDE – Corporate Data Exchange

CDC – Canada Development Corporation

CIC – Corporate Information Center

CIM – Canadian Institute of Mining and Metallurgy

CIPO – Canadian Institute of Public Opinion

CLC – Canadian Labour Congress

COBLSA – Committee on Bank Loans to South Africa

COSATU – Congress of South African Trade Unions

CSAS – Canadian-South African Society

CSOs – Civil Society Organizations

CUSO – Canadian University Service Overseas

CVCS – Canadian Voluntary Commonwealth Service

DAWG – Direct Action Working Group

EABC – European American Banking Corporation

EDC – Export Development Canada

EKD – Evangelische Kirche in Deutschland

ELTSA – End Loans to South Africa

ESKOM/ESCOM – Electricity Supply Commission of South Africa

EUA – Estados Unidos da América

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

ICCAF – InterChurch Coalition on Africa

ICCR – Interfaith Center on Corporate Responsibility

ICSRI – Interfaith Committee on Social Responsibility in Investments

IDAF – International Defence and Aid Fund for Southern Africa

IGNs – Investor-driven Governance Networks

IIE – Institute of International Education

ISCOR – South African Iron and Steel Industrial Corporation

JWG – Joint Working Group

LSM – Liberation Support Movement

MINORCO – Minerals and Resources Company

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NDP – New Democratic Party

NIBMAR – No Independence Before Majority Rule

ONG – Organização Não Governamental

ONGI – Organização Não Governamental Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCR – Programme to Combat Racism

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

SAAC – Southern Africa Action Coalition

SADF – South African Defense Force

SAIE – South African Information Exchange

SATS – South African Transport Services

SRI – Socially Responsible Investment

SSC – SACTU Solidarity Committee of Canada

SWAPO – Southwest Africa People’s Organization

TCCR – Taskforce on Church and Corporate Responsibility

TCLSAC – Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa

TCLPAC – Toronto Committee for the Liberation of Portugal’s African Colonies

TFDC – Task Force on Dialogue with the Corporations

UCC – United Church of Canada

UCLA – University of California

UN – United Nations

UNDP – United Nations Development Programme

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

WCC – World Council of Churches

YWCA – Young Women’s Christian Association

ZAPU – Zimbabwe African People’s Union

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	O PAPEL DAS IGREJAS E DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA CRÍTICA AOS BANCOS: O CASO DA TASKFORCE ON CHURCH AND CORPORATE RESPONSIBILITY	29
2.1.	A CRIAÇÃO DA TASKFORCE ON CHURCH AND CORPORATE RESPONSIBILITY.....	30
2.2.	“LILLIPUTIAN DARTS”: A CAMPANHA DOS BANCOS	38
2.3.	A TCCR MUDA DE ESTRATÉGIA.....	42
2.4.	OS PRIMEIROS POSICIONAMENTOS DOS BANCOS E O PANORAMA INTERNACIONAL DA CAMPANHA.....	44
2.5.	A LAICIDADE E A POLÍTICA INSTITUCIONAL CANADENSE ACENAM PARA A CAMPANHA DOS BANCOS.....	48
2.6.	AS IGREJAS E OS QUESTIONAMENTOS AO GOVERNO CANADENSE	51
3.	O MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE COM A ÁFRICA AUSTRAL NO CANADÁ	58
3.1.	A RELAÇÃO ENTRE CANADÁ E ÁFRICA DO SUL: A PAUTA DO APARTHEID ATRAVÉS DO SÉCULO XX.....	64
3.2.	A EXPANÇÃO DO ATIVISMO DE SOLIDARIEDADE CANADENSE NA DÉCADA DE 1970	75
3.3.	FUNDAÇÃO DO TCLPAC	90
4.	A CAMPANHA CONTRA OS BANCOS NO TCLSAC REPORTS (1977-1984)	94
4.1.	O TCLSAC E O INÍCIO DA SUA CAMPANHA CONTRA OS BANCOS	95
4.2.	A REVISTA TCLSAC REPORTS	106
4.3.	AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO.....	109
4.4.	AÇÕES DIRETAS.....	121
4.5.	CONEXÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	128
5.	CONCLUSÃO	133

1. Introdução

Tendo início em 1973 a Campanha dos Bancos no Canadá foi uma ampla movimentação de diferentes setores da sociedade civil que buscou denunciar o envolvimento dos maiores bancos do país em empréstimos direcionados à África do Sul. Em 1973 o *Interfaith Center on Corporate Responsibility* (ICCR), um órgão dedicado ao monitoramento da atividade corporativa criado nos EUA, recebeu anonimamente documentos confidenciais de uma empresa multinacional estadunidense, chamados de *Frankfurt Documents*, documentação que revelou um grupo de quarenta bancos da América do Norte e da Europa que estavam envolvidos com empréstimos feitos à África do Sul com acordos datando o início da década de 1970. Os valores ultrapassavam 210 milhões de dólares tendo como endereço o governo sul africano e suas empresas estatais.

O desvelamento deste conjunto de acordos secretos entre diferentes instituições financeiras do Canadá acendeu reações da sociedade civil. Encabeçada por diferentes congregações religiosas do país a campanha ganhou força entre os movimentos seculares, os comitês de solidariedade no Canadá que estavam em expansão entre o final da década de 1960 e início de 1970. Motivados pela crítica a postura ambígua da política externa canadense quanto as descolonizações¹ junto a expansão da repressão na África do Sul estes movimentos adotaram a luta contra os bancos como uma forma de oporem aos abusos empresariais. Ao pressionar as instituições financeiras e o poder público essa campanha buscou influenciar as instituições privadas e públicas a se oporem ao *Apartheid*.

¹ A relação entre Canadá e o continente africano no contexto das descolonizações foi alvo de críticas em diferentes momentos, como por exemplo, uma fala de Douglas G. Anglin, professor na *Carleton University* na área da ciência política, que em 1960 escreveu um artigo alertando sobre os defeitos e as novas possibilidades do contato do Canadá com os novos países que estavam surgindo. "Washington, London and Paris have already been forced to face up to this new situation and are, in different ways, radically revising their outlooks on Africa. Policymakers in Ottawa too are beginning to ponder the implications of this convulsion for Canada. In this, they have been spurred on by Mr. Howard Green who, following his appointment as Minister of External Affairs, wasted no time in "discovering" Africa [...] Certainly, nothing remotely resembling an adequate and coherent Canadian policy towards Africa has yet emerged" (p. 290). Um panorama sobre este relacionamento será abordado mais tarde neste trabalho.

A falta de uma conduta concisa que expressasse uma rejeição ao *Apartheid* na África do Sul e ao colonialismo português alimentou o surgimento de reivindicações sociais pela década de 1960, desaguando, na década de 1970, na formação de diferentes grupos de pressão. É no contexto de afloramento destes movimentos que surge o *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* (TCLSAC). Fundado em 1972 com o nome *Toronto Committee for the Liberations of Portugal's African Colonies* (TCLPAC) o grupo focou inicialmente em ofertar apoio aos movimentos de libertação da África Lusófona. Com os desdobramentos da Revolução dos Cravos em 1974 em Portugal e as sequentes descolonizações em diferentes territórios do antigo império português o grupo adotou a nova sigla (TCLSAC), englobando pautas como a luta contra os regimes de minoria branca e a defesa das autodeterminações das jovens nações da África Austral.

Em 1977 ao aderir à campanha contra os bancos o TCLSAC buscou expor os laços econômicos canadenses com a África do Sul ao denunciar os grandes esquemas de empréstimos firmados entre os cinco maiores bancos do país e o governo do *Apartheid*. A partir de suas alianças políticas com setores da igreja, sindicatos, universidades e representantes internacionais da pauta *antiapartheid*, o grupo se uniu a outros comitês e movimentos religiosos em diferentes ações contra os bancos apresentados pelos *Frankfurt Documents*. O TCLSAC se tornou um centro de coordenação nacional das ações de protesto. Responsável pela produção e distribuição de uma variedade de materiais de campanha, tais como: folhetos, cartões e livretos. O comitê utilizou seu periódico *TLCSAC Reports* como ferramenta na publicização da campanha. A partir de suas matérias a organização apresentava uma variedade de estratégias de mobilização, o que incluía informações a respeito dos bancos e seus empréstimos, análises econômicas e sociais, convites para palestras e eventos sobre o tema, compartilhamento de estratégias ligadas a práticas de boicote e protestos.

As trajetórias pessoais dos diferentes integrantes fundadores do TCLSAC expõem a vasta experiência transnacional que estes tinham. John Saul², uma das figuras centrais do movimento, teve contato com a FRELIMO³ na Tanzânia durante o período que viveu em Dar es Salaam. Essa característica transnacional é assinalada por Paredes ao configurar a existência de uma

[...] network política global onde se inseriu o TCLPAC e através da qual o comitê seguiu trabalhando em diversas frentes, mas sempre no sentido da articulação transnacional dos militantes do Canadá com o contexto da África Austral antes e depois das independências de Angola e Moçambique (2022, p. 6).

Essa característica transnacional do grupo foi uma de suas marcas de nascença, com a trajetória de John Saul representando o tom das diferentes escalas de atuação que o grupo buscou exercitar em diversos momentos, inclusive em sua campanha contra os bancos. Nesse sentido, é através da trajetória acadêmica de John Saul aliada a suas conexões políticas que:

[...] facilmente se percebem os pontos de contato de uma networking transnacional que articula diversos países – Canadá, EUA, Inglaterra, Tanzânia e Moçambique, por exemplo – com uma agenda de militância global particularmente focada na luta contra o colonialismo português. (PAREDES, 2022, p. 9).

Este é o caso de outros integrantes fundadores, destaco brevemente aqui: Murray MacInnes, missionário canadense que esteve por dez anos em Angola, onde teve contato com o colonialismo português e a repressão da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) (LUCE, 2013); Stephen Gelb, ativista sul africano, se mudou para o Canadá no contexto do recrutamento militar durante as incursões em Angola e Namíbia pelas Forças Armadas Sul-Africanas (SADF) (GELB, 2018); Judith Marshall, ativista, foi voluntária em Gana, mais tarde educadora em Moçambique. (MARSHALL, 2018).

² Saul nasceu em 1938 no Canadá. É ativista e acadêmico na área da economia política. Lecionou na Universidade de York e na Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia. Passou sete anos no país, onde teve contato com diferentes movimentos de libertação, entre eles, a FRELIMO. Saul acompanhou as guerrilhas da FRELIMO pessoalmente, no norte de Moçambique, durante o conflito com Portugal. Mais informações em: Saul (2009), (2017).

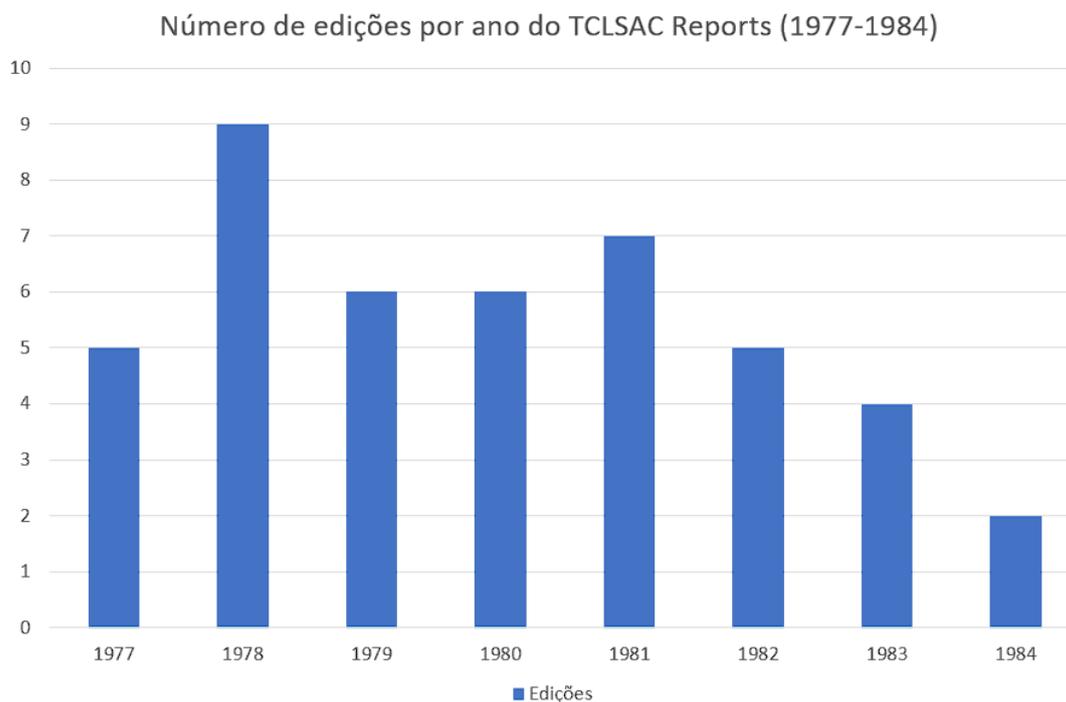
³ Frente de Libertação de Moçambique. Movimento de libertação moçambicano. Foi fundado em 1962 na Tanzânia, tendo começado a luta armada contra a ocupação portuguesa em 1964.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a campanha contra os bancos do TCLSAC presente na revista *TCLSAC Reports*. Mobilizada em diferentes países essa luta fazia parte da mobilização internacional contra o *Apartheid*. Compreender seus desdobramentos locais através de perspectivas que coloquem em evidência os múltiplos laços internacionais exercitados por diferentes atores não estatais pode ofertar a historiografia novas compreensões acerca das dinâmicas que envolvem reivindicações sociais postas em prática a partir da segunda metade do século XX. Ao traçar suas conexões é possível enxergar o trânsito que informações percorrem através das redes transnacionais de advocacia, estas conectando atores endoestatais e exoestatais.

Ao longo da pesquisa foi constatada a necessidade de interpretações que retratem a construção de práticas políticas não estatais que extrapolam o nível nacional. A pauta dos bancos afetou também espaços supranacionais, tais como órgãos multilaterais internacionais. Dosar estes impactos passa pela necessidade de pesquisas dedicadas a traçarem diferentes detalhes, como a formação, articulação e emprego de práticas de grupos dedicados a propagarem este tipo de mobilização política. É neste sentido que a atual pesquisa se insere ao buscar compreender um recorte da ação de um dos grupos envolvidos na *Bank Campaign* através do Canadá, o TCLSAC.

O papel ativo do TCLSAC nessa campanha torna relevante uma análise dedicada a estudar seus meios de comunicação com a comunidade, no caso apresentado aqui, através de seu principal veículo de comunicação, a revista *TCLSAC Reports*. Tendo início em março de 1977 e fim em setembro de 1984 o periódico era de publicação irregular, tendo no total oito volumes que correspondiam seus anos de publicação. São quarenta e quatro edições com uma média de 5,5 publicações por ano. O ano de 1978 teve o maior número de edições, contendo nove no total. Já o ano de 1984 obteve o menor número, com apenas duas. A revista tinha de quatro a dezesseis páginas, havendo constantes mudanças em sua formatação e apresentação. Além de matérias autorais a revista republicava e traduzia matérias de revistas e jornais publicados em países como Moçambique, Namíbia e África do Sul. Também eram publicados materiais de jornais europeus e estadunidenses.

Gráfico 1 - Distribuição do número de edições por ano



Fonte: Elaboração própria, 2023

O objeto de pesquisa desse trabalho é a articulação da Campanha dos Bancos dentro do periódico TCLSAC Reports, de 1977 até 1984, período em que foi publicado. A análise buscará responder estas perguntas: como os bancos canadenses eram relacionados ao *Apartheid* no periódico? Ao se observar suas publicações, quais conexões o TCLSAC apresentava ter com outros grupos nacionais e internacionais? Por último, se pretende analisar o desenvolvimento da pauta dos bancos entre as décadas de 1970 e 1980 na revista, visando entender as ações práticas empregadas através da forma em que foram apresentadas ao público.

As fontes dessa pesquisa tomam as publicações do *TCLSAC Reports* o centro da análise documental. Para auxiliar na análise foram utilizados diferentes tipos documentos. O *TCLSAC Reports* se encontra disponível no repositório da *Archives of Ontario*, na *York University*, Canadá. No mesmo acervo onde se encontra a revista estão outros documentos do TCLSAC e de outros grupos que foram utilizados nessa pesquisa, tais como documentação proveniente de igrejas, sindicatos e grupos estrangeiros. Estes outros materiais disponíveis no

TCLSAC Archive são variados, tais como: correspondências do TCLSAC; relatórios de grupos religiosos; minutas de casas legislativas; documentação proveniente do Comitê Especial Contra o Apartheid das Nações Unidas e outros materiais. Foi utilizado o repositório digital *African Activist Archive Project* ligado a *Michigan State University* dos Estados Unidos para a obtenção de materiais provenientes de outros grupos.

Quanto aos integrantes do TCLSAC e a compreensão da fundação do grupo essa pesquisa se apoiou em múltiplos materiais. Começando pelas entrevistas coletadas pelo projeto *The Canadian Anti-Apartheid Oral Histories Project*, ligado a *Carleton University*, organizado por Susan Bazilli e Michael Bueckert, da *University of British Columbia* e *Carleton University* respectivamente. Foram utilizadas as obras de memórias organizadas por John Saul, como: *On Building a Social Movement* (2017); *Against the Grain: Support Work for Southern African Liberation in Canada and the United States* (2014); *Revolutionary Traveller* (2019) e *Two fronts of anti-apartheid struggle: South Africa and Canada* (2010). Uma obra produzida por Saul no contexto da campanha também fez parte: *Canadian Bank Loans to South Africa* (1978).

O artigo de Marçal Paredes (2022) “Para Além da Lusofonia: o Toronto Committee for the Liberation of Portugal’s African Colonies (TCLPAC) do Canadá e a Luta Anticolonial em Angola e Moçambique (1972-1975)” também configurou entre os materiais utilizados na análise. A tese de Michael Bueckert: *Boycotts and Backlash: Canadian Opposition to Boycott, Divestment, and Sanctions (BDS) Movements from South Africa to Israel* (2020) e Kofi Hope: *In search of solidarity: international solidarity work between Canada and South Africa 1975-2010*. (2011) se somam a bibliografia voltada a compreensão do contexto em que o TCLSAC agia. Quanto a relação entre a África do Sul e o Canadá, abordada brevemente na contextualização da *Bank Campaign*, foi utilizada a obra de Linda Freeman: *The ambiguous champion: Canada and South Africa in the Trudeau and Mulroney Years* (1997).

Com o objetivo de apresentar os primeiros passos da crítica aos bancos e a forma com que mais tarde essa reivindicação se cruza com os comitês de solidariedade o segundo capítulo irá recortar e destacar o papel das igrejas

canadenses durante a década de 1970. As igrejas serviram de importante conexão, possibilitando o trânsito de informações provenientes de diferentes países e organizações. Para isso foi utilizada a obra de Renate Pratt: *In good faith: Canadian churches against apartheid*. (1997).

A metodologia utilizada para a pesquisa foi a Análise de Conteúdo (AD). Autores como Moraes (1999), Constantino (2002) e Bardin (2016) são tomados como referência. A escolha da AD se justifica pela ampla gama de possibilidades que dispõe na análise de múltiplas fontes documentais. Devido ao seu vasto campo de aplicação e a sua adaptabilidade na criação das categorias de análise a sua adoção se torna pertinente. O processo de aplicação da metodologia foi guiado pela construção de três categorias de análise, estas aplicadas nas matérias da revista. Dentre as matérias do *TCLSAC reports* foram recortadas as que tinham como tema principal a *Bank Campaign*. Foram encontradas 51 matérias, estas divididas nas seguintes categorias: i. Ações de conscientização e educação; ii. Ações diretas; iii. Conexões nacionais e internacionais. Essa categorização procura atender os objetivos propostos pela pesquisa ao observar o trânsito e emprego de informações; as práticas de protesto e as diferentes conexões dispostas na trajetória da campanha presente na revista.

A escolha teórica tem por base as perspectivas da História Global ao buscar relacionar o movimento antiapartheid internacional e seus desdobramentos locais, no caso apresentado, na campanha contra os bancos e seus empréstimos no Canadá. A obra tomada como referência nessa discussão é *What is Global History?* (2016), de autoria de Sebastian Conrad. A proposta da História Global busca tecer análises não-internalistas de processos históricos⁴ buscando nas conexões existentes entre diferentes contextos o seu ponto de partida. Os principais focos deste tipo de abordagem estão na mobilidade, troca e processos históricos que transcendem fronteiras. O uso desta perspectiva se faz necessário para que se melhor compreendam os diferentes fluxos de informação presentes, dados que emergem na análise ao se observar a intensa

⁴ Buscando fugir de análises que tomam as fronteiras do Estado Nação como a única unidade do processo analítico.

troca de experiências e informações presentes na campanha contra os bancos da revista *TCLSAC Reports*.

Compreender o movimento *antiapartheid* em contextos globais foi algo exercitado primeiramente por Hakan Thorn em sua obra *Anti-apartheid and the Emergence of a Global Civil Society* (2006). Nela, o autor busca retratar a luta *antiapartheid* como um movimento social transnacional construído através de uma ‘comunidade imaginada’ de ativistas de solidariedade (p. 193). As contribuições de Thorn nessa pesquisa se dão no que o autor qualifica como *Information Politics*, que são as técnicas pelas quais o movimento *antiapartheid* gerou os enquadramentos e interpretações mobilizados para ganhar proeminência nos debates públicos. Um dos aspectos importantes⁵ da mobilização *antiapartheid* transnacional foi justamente os processos de coleta, processo e implementação de informações, estes fundamentais na análise das fontes a respeito da *Bank Campaign*: “For any social movement involving action at a distance, which of course to a large extent is the case of transnational solidarity movements, media and information work become crucial.” (THORN, 2006, p. 197). Keck e Sikkink conceituam as *Information Politics* como “the ability to quickly and credibly generate politically usable information and move it to where it will have the most impact” (1998, p. 15).

Engajar o público através de diversos meios: passeatas, cines-debate, revistas, boicotes, palestras, tornou-se estratégia fundamental na crítica aos bancos. Entender a ação das instituições financeiras no Canadá e relacioná-las com a opressão do *Apartheid* na África do Sul não foi um processo automático. Para angariar apoio e adquirir credibilidade é necessário apresentar os argumentos de maneira que se mobilize o público geral a aderir as causas expostas por estes movimentos. Neste ponto entra a centralidade da informação e os processos que constituem o seu tratamento e implementação. Keck e Sikkink (1998) conceituam o uso da informação e o seu papel na organização das campanhas das redes de advocacia através da criação de enquadramentos,

⁵ É importante destacar que este não era o principal aspecto do ativismo transnacional *antiapartheid*. Thorn ressalta a relevância das viagens e da mobilidade como eixos a serem considerados, aliados a função midiática destes grupos. Um dos exemplos está no papel desempenhado pelos exilados políticos nos diferentes espaços que ocuparam na luta *antiapartheid* em diferentes lugares do mundo. (2006, p. 196).

'categorias'. Enquadramento no contexto dos movimentos sociais é o processo pelo qual se atribui significado - sentido - as ações tomadas pelos atores engajados nos movimentos em que participam. Este processo, feito pelos atores ligados aos movimentos sociais, possibilita imputar conjuntos de significado a ações e práticas, estas, por sua vez, necessárias para se atingirem os interesses almejados, sejam eles políticos, sociais, culturais ou econômicos. (SNOW, 2013). Este processo também constrói, ou seja, atribui significado e sentido aos adversários. Quando aplicado a análise dos movimentos sociais o enquadramento atua problematizando os significados associados a eventos, atividades, lugares e outros atores, sugerindo que estes significados são contestáveis e negociáveis, abrindo espaço para debates e diferentes interpretações. Neste quesito, a informação é gerada e organizada, dando subsídios para a mobilização de campanhas, gerando enquadramentos e reforçando interpretações a respeito das ações e da necessidade de continuarem sendo aplicadas.

Estas redes enquadram temas de forma a torná-los compreensíveis para públicos-alvo, buscando atrair atenção e encorajar a ação (*Ibid.*). Assim, a informação se torna necessária para mobilização, pois é através do seu acesso que os atores não estatais irão buscar legitimidade. O contato com grupos em diferentes lugares do mundo fornece ao restante dos movimentos da rede formas de se manterem interligados, os atualizando sobre o desenrolar das situações sem a necessidade de manterem representantes em outros países, sendo essa uma forma de manter conexões com um baixo custo de manutenção.

No caso do movimento de solidariedade canadense o que se observa é uma intensa troca de informações entre diferentes órgãos da sociedade civil e trocas com outros órgãos do exterior. A ligação com grupos do continente africano fornecia aos movimentos no Canadá o acesso a informações provenientes dos movimentos de libertação e da oposição ao *Apartheid* na África do Sul e na África Austral.

No sentido das conexões globais a ação do TCLSAC aqui foi compreendida através das contribuições de Margaret Keck e Kathryn Sikkink em sua obra *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*

(1998). Nesta obra as autoras conceituam as redes transnacionais de advocacia e como elas operam. Estas redes criam diferentes fluxos por onde circulam pessoas, ideias, práticas e serviços. Elas são criadas por “Relevant actors working internationally on an issue, who are bound together by shared values, a common discourse, and dense exchanges of information and services. (1998, p. 2).

Estas redes utilizam a informação como a sua principal moeda de troca na organização de campanhas e ações que buscam alterar o comportamento de Estados e instituições internacionais.

At the core of the relationship is information exchange. What is novel in these networks is the ability of nontraditional international actors to mobilize information strategically to help create new issues and categories and to persuade, pressure, and gain leverage over much more powerful organizations and governments. Activists in networks try not only to influence policy outcomes, but to transform the terms and nature of the debate (KECK; SIKKINK, 1998, p. 2).

Atrair atenção da população canadense a respeito da função de ‘apoiadores do *Apartheid*’ que os bancos estavam desempenhando servia não apenas para a busca por políticas públicas e responsabilidade corporativa, mas também se somava a condenação internacional do *Apartheid* e do racismo como forma política no mundo todo.

Com o objetivo de compreender as distintas dinâmicas que envolveram a luta contra os bancos no material analisado esta pesquisa buscará historicizar dois elementos elencados como as bases da campanha: A mobilização das igrejas cristãs canadenses e os comitês de solidariedade – representados também pela associação à outras organizações da sociedade civil⁶. Compreender estes dois elementos em seus contextos será fundamental para que se elucidem nas fontes as redes presentes nos processos de constituição da campanha. A arguição buscará dar enfoque nos laços construídos entre estes

⁶ Entre as outras organizações constam: ONGs, sindicatos, agremiações profissionais, movimentos estudantis, organizações do universo educacional e outros.

dois campos e como eles exercitaram estas conexões com entes internacionais ligados ao ativismo de solidariedade e a luta *antiapartheid*.

O segundo capítulo trabalhará a ação das igrejas canadenses no seu movimento de cobrança por responsabilidade social corporativa e a subsequente *Bank Campaign*. Para isso será abordada a *Taskforce On Church and Corporate Responsibility* (TCCR) e os desdobramentos do grupo na campanha de denúncia aos bancos. A TCCR foi uma instituição formada por uma coalizão de igrejas. Inspiradas no movimento *antiapartheid* global, junto aos comitês de solidariedade, elas envolveram universidades, sindicatos, associações e outros grupos da sociedade civil, organizando campanhas direcionadas aos bancos e ao governo canadense pedindo pelo fim da relação econômica com a África do Sul.

Centrado nas críticas ao envolvimento empresarial canadense na África Portuguesa, Namíbia, África do Sul e Rodésia, as igrejas do país, aliadas a entidades cristãs internacionais, organizaram uma série de pesquisas que ligavam os diferentes tipos de abusos cometidos no continente africano ao capital canadense, explicitando suas origens e lógicas de reprodução. A partir do escândalo dos *Frankfurt Documents* a questão dos empréstimos sigilosos ao governo sul africano se torna uma das pautas centrais da TCCR. Agindo diretamente contra os bancos, através das reuniões anuais de investidores (AGM), representantes da organização contestavam acionistas e banqueiros a respeito das políticas de empréstimo das instituições. A ação das igrejas buscou pressionar o poder público, pedindo por mais transparência nos futuros empréstimos assim como o corte dos que os ainda estivessem ativos.

O segundo capítulo buscará situar os objetivos deste órgão ao mapear suas estratégias de ação. Através do ativismo de acionistas, campanhas de educação, passeatas, reuniões com empresários e representantes políticos as igrejas procuraram asfixiar economicamente o *Apartheid* da África do Sul, que durante a década de 1970 tinha no investimento estrangeiro uma de suas bases de sustentação. Este processo procurou publicizar a luta *antiapartheid*, advogando a favor de justiça social ao passo que denunciavam as violações aos direitos humanos.

Essa mobilização teceu articulações com grupos nos Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul e Namíbia. Um dos destaques a serem explorados neste capítulo será a conexão entre a TCCR e o *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* (TCLSAC). Seu papel como articulador da campanha junto a outras expressões nacionais do ativismo de solidariedade lhe rendeu grande parcela de ação na organização das mobilizações, o que em diferentes momentos se traduziram em ações conjuntas entre estes dois grupos. Essa aliança ressalta a necessidade de compreendermos a parcela de ação das igrejas na gênese da crítica aos bancos, que mais tarde foi promovida através do *TCLSAC Reports*.

O desdobramento da questão dos bancos observado através das igrejas canadenses será retratado com o objetivo de situar as suas contribuições na luta contra os empréstimos e investimentos. Neste sentido o impacto das instituições e organizações religiosas merece ser devidamente analisado para que seja possível observar o trânsito de informações que tornaram possíveis diferentes aspectos da campanha organizada pelo TCLSAC.

O terceiro capítulo irá retratar as organizações da sociedade civil (OSC) e o surgimento do amplo movimento de solidariedade com a África Austral no Canadá. O foco será nos comitês de solidariedade e sua expansão na década de 1970. Compreendidos como viabilizadores dos debates sobre as diferentes lutas sociais do Terceiro Mundo em países do Norte Global⁷ estes grupos se tornam relevantes neste trabalho devido da sua capacidade de exercer conexões. A sua ação em conjunto com outras OSC é entendida nesta pesquisa como parcela importante para a viabilização da campanha contra os bancos.

O ‘Amplo movimento de solidariedade’ destacado nesta pesquisa é compreendido como

a stage in the development of a broader “Third World solidarity movement”, which is a construct to denote a variety of

⁷ O aspecto de ‘viabilizar’ ou ‘publicizar’ estas pautas em diferentes contextos geográficos é desenvolvido por Sidney Tarrow ao conceituar os ativistas transnacionais. Em sua obra *The New Transnational Activism* (2009) o autor qualifica o conceito como “individuals and groups who mobilize domestic and international resources and opportunities to advance claims on behalf of external actors, against external opponents, or in favor of goals they hold in common with transnational allies.” (TARROW, 2009, p. 43).

individuals, groups and organisations which engaged in various forms of solidarity with the Third World. This Third World movement is attributed to the category of the “new social movements”, which were born in the wave of contestation that swept Western Europe (and other parts of the world) during the 1960s and 1970s (CHRISTIAENS, 2011, p. 1280).

Compostos por distintos grupos sociais estes movimentos heterogêneos absorveram diferentes pautas em seu trajeto. A análise do material demanda que estes grupos sejam compreendidos ao se levar em consideração os processos históricos desenrolados no século XX na relação entre Canadá e África do Sul, com isso, para compreender a denúncia aos bancos será apresentado brevemente o desenvolvimento da postura crítica do ativismo de solidariedade canadense em relação a política internacional do país com a África do Sul e a África Austral.

As relações diplomáticas e econômicas entre Canadá e África do Sul estiveram atravessadas por diferentes contextos nacionais e internacionais durante a vigência do *Apartheid*. Processos históricos como as novas configurações políticas após a Segunda Guerra mundial, o colonialismo português, as descolonizações em África e Ásia e o estabelecimento do *Apartheid* na África do Sul colocavam o Canadá em conflito com diferentes postulados exercitados na política externa desde o século XIX. A primeira parte do terceiro capítulo irá retratar sinteticamente as pressões exercidas por estes eventos, suas continuidades e rupturas. O saldo do complexo trajeto da política externa canadense se cristaliza em 1970 em um comunicado oficial onde se apresentam as novas diretrizes do Canadá em relação às recentes configurações político-sociais das décadas de 1960 e 1970. A crítica a este comunicado oficial (*White Paper*), de título *Foreign Policy for Canadians*, surge através dos emergentes comitês de solidariedade do país que irão redigir o *Black Paper*, um documento com críticas à ambiguidade e permissividade canadense para com o colonialismo português e os regimes de minoria branca na África Austral - África do Sul e Rodésia. O procedimento heurístico empregado aqui visou sintetizar através da crítica ao *White Paper* o desenvolvimento destes comitês de solidariedade através da década de 1970. Será apresentado o

espaço de atuação destes movimentos junto as pautas levantadas nas cobranças feita ao governo canadense. Um dos focos desta crítica foi endereçada ao setor privado do Canadá no que toca a falta de legislações que barrassem o avanço nocivo da atividade corporativa em países de minoria branca. Novamente o foco será nas conexões e alianças tecidas entre estes comitês. Por fim será mostrado a fundação do *Toronto Committee for the Liberation of Portugal's African Colonies* (TCLPAC) com o objetivo de situar o grupo no contexto da ampliação da crítica feita por estes movimentos.

Após apresentada as dinâmicas dos movimentos religiosos e dos comitês de solidariedade o quarto capítulo irá focar na campanha contra os bancos no *TCLSAC Reports*. Primeiramente se comentará sobre as mudanças ocorridas no grupo. A mudança de TCLPAC para TCLSAC ocorre devido as independências na África Lusófona. A partir das novas mudanças o movimento se insere com vigor na mobilização *antiapartheid* do Canadá, principalmente no destaque deste trabalho: a *Bank Campaign*. Através das fontes primárias irá se traçar as primeiras movimentações do TCLSAC e de outros grupos na composição de uma campanha nacional contra os bancos do país. Influenciados pela recente ação das igrejas, apresentadas no primeiro capítulo através da *Taskforce on Church and Corporate Responsibility*, o *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* TCLSAC irá agir como centro de informações, produzindo materiais, organizando protestos e aplicando pressão nos bancos e nas instituições públicas. Os últimos trechos do capítulo estão reservados para a análise das fontes, com o processo analítico sendo composto pelos três eixos citados: i. Ações de conscientização e educação; ii. Ações diretas; iii. Conexões nacionais e internacionais.

2. O papel das igrejas e das instituições religiosas na crítica aos bancos: O caso da Taskforce on Church and Corporate Responsibility

Este capítulo abordará um dos dois eixos identificados como centrais na mobilização da campanha contra os empréstimos e investimentos no Canadá: a articulação das igrejas cristãs na denúncia aos abusos corporativos. A ação das igrejas canadenses proveniente das relações ecumênicas foi um dos principais canais de articulação da Campanha dos Bancos no Canadá, se somando, na década de 1970, com a expansão dos comitês de solidariedade. Para isso será retratada a *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR) e sua atuação em conjunto com forças nacionais e internacionais.

A *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR) foi criada com o objetivo de monitorar as ações e os impactos empresariais de companhias canadenses em países em desenvolvimento. Seu objetivo era discutir a dimensão moral da atividade empresarial no exterior, agindo de acordo com os apelos da comunidade religiosa: promovendo a justiça social; observando e denunciando os abusos aos direitos humanos; os abusos ecológicos e a ascensão do militarismo (PRATT R., 1997). A campanha contra os empréstimos e investimentos feitos pelo setor bancário à África do Sul junto a crítica aos efeitos negativos da atividade empresarial são tributárias dos contatos com as críticas endereçadas aos mesmos setores dentro do país vizinho, os Estados Unidos⁸.

⁸ Knight & Kumalo (2004) demonstram que os movimentos de solidariedade com a África do Sul e com as lutas de libertação do continente africano começam a ganhar um espaço significativo nos Estados Unidos durante os anos 1950, sendo possível citar anteriormente a esta década organizações como o *The Council on African Affairs*, fundado em 1937. Na década de 1950 os movimentos de solidariedade nos EUA começam a ganhar força a partir do apoio a *Campaign of Defiance of Unjust Laws*, lançada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), sendo a partir dessa campanha que se criou, em 1953, nos Estados Unidos, o *American Committee on Africa* (ACOA), organização que buscava apoiar os movimentos de libertados e denunciar o *Apartheid*. É importante destacar, conforme os autores apresentam, que o movimento antiapartheid e de solidariedade nos EUA contaram com centenas de organizações durante um longo período. Estas organizações formaram coalizões para atingirem seus objetivos, como por exemplo, a própria campanha contra os bancos, que ganhou um caráter transnacional desde seus primeiros passos. Assim como no Canadá a crítica ao papel dos bancos dos Estados Unidos no financiamento do *Apartheid* teve a participação das igrejas.

A TCCR e as organizações religiosas canadenses tiveram um importante papel no desenvolvimento do movimento de solidariedade com a África Austral. Foi a partir de suas instituições e das conexões internacionais que mantinham com outros grupos que a pauta dos bancos pode ser levada para o debate nacional.

Canadian churches played an invaluable role in creating the climate for sanctions in the first place and in never letting up on pressure for tougher measures. Two coalitions - the Taskforce on the Churches and Corporate Responsibility (TCCR) formed in 1974 and the InterChurch Coalition on Africa (ICCAF) formed in 1982 - were absolutely vital in shaping inter-denominational, ecumenical policy on southern Africa (FREEMAN, 1997. p. 142).

Este capítulo irá retratar a *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR) em suas ações na luta contra o envolvimento canadense (privado e público) com a África do Sul, relacionando suas movimentações com outros grupos que se dedicaram a construir as campanhas de denúncia ao *Apartheid* e o apoio aos movimentos de libertação no continente africano. O foco será dado na edificação da Campanha dos Bancos e no processo de construção das políticas contenciosas voltadas ao combate aos abusos cometidos pelas companhias canadenses, em especial, os grandes bancos do país.

2.1. A criação da Taskforce on Church and Corporate Responsibility

A *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR) foi criada em janeiro de 1975, porém, teve sua inauguração precedida por dois anos de planejamento, sendo concebida por uma série de congregações religiosas. Em dezembro de 1972 o *Joint Working Group*⁹ (JWG), um órgão criado em conjunto

⁹ O JWG foi um grupo de trabalho nomeado por duas congregações religiosas, uma católica e outra ecumênica, sendo esta última representante, atualmente, de 26 igrejas membro. O JWG foi criado em 1968 (PRIDEAUX, 1986).

pelo *Canadian Catholic Conference*¹⁰ e o *Canadian Council of Churches*¹¹, empregou uma resolução que incitava os quadros institucionais – tanto os componentes do clero quanto os não ordenados – de ambas as instituições a investigarem as ações do setor privado do Canadá.

O resultado foi a criação da *Task Force on Dialogue with the Corporations* (TFDC), que viria a ser mais tarde, em janeiro de 1975, a *Taskforce on Church and Corporate Responsibility*. A TFDC, criada em 1972, foi presidida pelo Reverendo Tom Anthony¹², na época diretor do *National and World Program of the Anglican Church of Canada*.

Em sua fase inicial, a partir de dezembro de 1972, o grupo tinha como objetivo o compartilhamento de informações a respeito das pesquisas feitas sobre as corporações canadenses e os seus efeitos no desenvolvimento do Canadá e dos países do exterior. O grupo planejou projetos de pesquisa a respeito do impacto de empresas como a *Falconbridge*¹³, *Gulf Oil*¹⁴ e *Alcan*¹⁵. Entre outras preocupações estava a importação de café angolano e o papel dos bancos do país na África Austral (TFDC, 1974, p. 1).

A *Task Force on Dialogue with the Corporations* (TFDC) se reunia com o JWG regularmente até que em 1975 se estabelece como *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR). Grande parte dos integrantes que ajudaram a compor as bases da organização de 1975, durante esses dois anos

¹⁰ Após 1977 passou a se chamar *Canadian Conference of Catholic Bishops*. O CCCB é a assembleia dos bispos da igreja católica no Canadá. Foi fundada em 1943, sendo reconhecida pela Santa Sé desde 1948.

¹¹ O *Canadian Council of Churches* (CCC), fundado em 1944, é um órgão ecumênico que congrega cerca de 85% dos cristãos do Canadá. CANADIAN COUNCIL OF CHURCHES. **Who we are**. Disponível em: <https://www.councilofchurches.ca/about-us/> Acesso em: 05/12/2022

¹² Thomas Murray Anthony Fonds foi ordenado como padre em 1962 e em 1972 se tornou o diretor do *National and World Programme of the Anglican Church of Canada*, assim como primeiro presidente da TCCR. Mais informações em: GENERAL SYNOD ARCHIVE RECORDS. **Thomas Murray Anthony Fonds**. Toronto, Ontario. Disponível em: <https://www.anglican.ca/archives/holdings/fonds/thomas-murray-anthony-fonds/> Acesso em: 05/12/2022

¹³ Uma das maiores companhias mineradoras do Canadá a empresa foi fundada em 1928, tendo operações em diversos países. Ela foi comprada pela competidora suíça Xstrata em 2006.

¹⁴ Fundada nos Estados Unidos no início do século XX a *Gulf Oil* foi uma das maiores companhias petrolíferas do mundo, tendo operações em diferentes países. Foi comprada em 1985.

¹⁵ Criada em 1902 no Canadá, vindo a assumir o nome *Alcan Aluminum* em 1966, a companhia foi uma das maiores produtoras de alumínio do século XX. Foi comprada pelo grupo *Rio Tinto* em 2007.

de planejamento, acabaram por ingressar formalmente como membros¹⁶, atuando em uma frente ampla que contava com o financiamento e organização de diversas outras congregações cristãs, incluindo igrejas, organizações e ordens religiosas¹⁷. As reuniões, consultas e pesquisas feitas pela TFDC, mais tarde TCCR, eram financiadas pelo *World Council of Churches* (WCC), através do *Programme to Combat Racism* (PCR). (Ibid. p, 3).

A agenda da TCCR foi marcada pela sua íntima relação com a comunidade internacional. Suas denúncias foram endereçadas para as atividades predatórias do setor privado canadense principalmente nos territórios do sul do continente africano e as suas relações com os regimes repressivos da América Latina. Seu alcance pode ser explicado através da capilarização da igreja. Este é um ponto marcante que demonstra quão expressiva fora sua conexão com o mundo desde a sua concepção. A respeito dessa ligação com igrejas mundo afora Cranford Pratt comenta sobre as igrejas em países do terceiro mundo e a rede que formavam:

The particularly close links which many of the Churches have with the Churches in these areas which have made them, in many ways, better informed about these areas than the Canadian corporations active therein or the Department of External Affairs; the activity in these countries of Canadian corporations in which the Churches are investors and the

¹⁶ Renate Pratt, autora do livro "In good faith: Canadian churches against apartheid" (1997), foi contratada como primeira coordenadora em dezembro de 1974. Nessa importante obra a autora descreve como foi a sua experiência como participante da TCCR e como essa organização atuava no Canadá. Este livro é uma das principais fontes encontradas sobre a TCCR e a sua atuação.

¹⁷ De acordo com Pratt (1997) inicialmente a TCCR era financiada, assim como atuava como representante, de quatorze entidades. As entidades fundantes entre as igrejas e organizações foram: *Anglican Church of Canada*, *Baptist Federation of Canada*, *Canadian Conference of Catholic Bishops*, *Canadian Council of Churches* (este apenas como observador), *Lutheran Church in America*, *Canada Section* (renomeada *Evangelical Lutheran Church in Canada* em 1986), *Presbyterian Church in Canada* e a *United Church of Canada*. Entre as ordens religiosas contam: *Canadian Religious Conference of Ontario*, *Jesuit Fathers of Upper Canada*, *Redemptorist Fathers*, *Scarborough Foreign Mission Society*, *Sisters of Charity of Mount St. Vincent*, *Halifax* e a *Sisterhood of St. John the Divine*. Além do financiamento os quadros administrativos eram de responsabilidade compartilhada, com cada órgão apontando um representante para os comitês e subdivisões internas. Mais outras duas organizações participavam como membros consultivos: o *Canadian University Service Overseas* (CUSO) e os representantes canadenses da *Young Women's Christian Association* (YWCA). O papel do CUSO e da YWCA será mais bem detalhado no prosseguimento deste trabalho.

potential influence for fundamental change which Canadian policy might yet have in these same countries. (1982, p. 114).

Em entrevista, Moira Hutchinson, integrante e coordenadora da TCCR, comenta que a instituição “were staying in very close touch with their partners in South Africa” (BUECKERT, 2020, p. 98).

Renate Pratt, também integrante da TCCR, comenta algo semelhante, demonstrando que as articulações internacionais também incluíam outros grupos que não os religiosos:

reciprocal visits of church people and exchanges of views with delegations from South African community organizations, trade unions and liberation movements have made it possible for the Taskforce to be confident that its actions were grounded in solidarity with these South African and Namibian partners. (1997, p. 3).

E é junto a este contexto de interligação que se destaca o relacionamento próximo que os movimentos religiosos no Canadá tinham com seus vizinhos nos EUA. A respeito destas ligações na América do Norte, tão fundamentais para a construção da campanha contra os investimentos feitos à África do Sul, Pratt comenta:

Originally the founders of the Taskforce had been influenced by the example of their American sister churches who, as shareholders, had earlier begun to protest American corporate involvement in the Vietnam War and in the apartheid system in South Africa. (1997, p. 2).

O repertório de ação da TCCR toma emprestado de experiências já exercitadas nos EUA, principalmente na sua atuação como acionistas¹⁸. Dada a

¹⁸ Nos Estados Unidos as ações de desinvestimento se intensificaram a partir dos anos 1970, encontrando nas reuniões anuais de investidores (AGM) um espaço para endereçar pautas sociais. Grandes empresas como a produtora de veículos Ford e a informática IBM configuraram espaços de atuação de diferentes grupos. “At a 1975 IBM annual general meeting (AGM) antiapartheid shareholder resolutions submitted by fourteen Protestant churches under ICCR guidance consumed one hour, or one-third of the discussion time.” (VILLIERS, 1995, p. 55). Mais informações sobre esse tipo de ativismo e sua trajetória nos Estados Unidos em De Villiers (1995) e Hull (1990).

relevância da igreja e sua capacidade de exercer influência, de acordo com Cranford Pratt:

[...] Churches, as major investors, have both a responsibility and a leverage in regard to the activities of the corporate sector. In one sense this is not a new viewpoint. There have long been Protestant Churches that have refused to hold shares in corporations involved in the liquor or armament industries. What has happened is that the concern about the social consequences of corporate activity, particularly when the churches as shareholders are themselves beneficiaries of it, has been generalized and has become much more sophisticated in its identification of practices which are socially disadvantageous and in its efforts to secure changes in corporate and public policies. (1982, p. 113).

O posicionamento crítico de algumas congregações cristãs a respeito do capitalismo não é algo recente¹⁹, a preocupação das igrejas com a responsabilidade social corporativa é algo que esteve e está presente nas ações de igrejas cristãs como instituições²⁰. É a partir desta preocupação que os quadros religiosos construíram formas de pressionar o setor privado, pedindo por transparência e responsabilidade quanto a temas como preservação ambiental, direitos humanos e a luta contra o racismo.

Entre as estratégias adotadas uma que se destaca, inclusive tendo uma posição de proeminência na paleta de ações da TCCR, é o ativismo feito através de acionistas²¹. O posicionamento das igrejas como investidoras não compartilha

¹⁹ Como exemplo, o posicionamento crítico das igrejas cristãs a respeito dos impactos da atividade econômica derivada do capitalismo, em especial a resultante das corporações, pode ser observado no início da Revolução Industrial na Inglaterra. "Christians have voiced profound criticism of the pernicious effects of capitalism, and especially corporations, on society and spirituality. William Blake wrote of "dark, Satanic mills" blotting the English landscape in the early days of the Industrial Revolution." (MACLEOD, 2011, p. 29).

²⁰ Em uma carta encíclica de 2009 o papa Bento XVI traz muitas colocações sobre as implicações éticas das dinâmicas econômicas que envolvem a atividade empresarial. "Ao lado da empresa privada orientada para o lucro e dos vários tipos de empresa pública, devem poder-se radicar e exprimir as organizações produtivas que perseguem fins mutualistas e sociais. Do seu recíproco confronto no mercado, pode-se esperar uma espécie de hibridização dos comportamentos de empresa e, conseqüentemente, uma atenção sensível à civilização da economia. Neste caso, caridade na verdade significa que é preciso dar forma e organização àquelas iniciativas econômicas que, embora sem negar o lucro, pretendam ir mais além da lógica da troca de equivalentes e do lucro como fim em si mesmo." (2009, p. 25).

²¹ MacLeod aponta que este tipo de ação vem aumentando desde o início da década de 1970. " Since the early 1970s (and in greater numbers since the mid-1990s), "investor-driven governance

dos mesmos objetivos dos quais tradicionalmente recorrem pessoas ou empresas ao investirem seu dinheiro em alguma companhia. Esta postura atende aos objetivos que as igrejas tinham em defender e lutar por questões sociais através de ações de desinvestimento. Entretanto, é preciso atentar que a própria TCCR não foi formalmente uma investidora²². Sua atividade como acionista ocorria apenas quando as denominações ou ordens religiosas que compunham o grupo tinham ações aplicadas e estavam dispostas a agirem através deste mecanismo (PRATT, R., 1997).

As igrejas, atuando como “coproprietárias” destas instituições, através da TCCR, tomaram partido dentro dos mecanismos institucionais que estavam relacionados a esta atividade financeira, como por exemplo, as reuniões anuais de investidores (AGM), onde as igrejas membro da TCCR participavam ativamente levando questões de ordem social. “They sought through negotiations with senior management to present their views and policy positions and to persuade management to change its policy or practice.” (*ibid.*, 1997, p. 03).

Outra frente de ação era a crítica endereçada ao governo canadense. O Estado, responsável pelas legislações que envolviam o universo empresarial, também estava envolvido com as dinâmicas econômicas que preocupavam a TCCR. A falta de ação aliada a uma carência de posicionamento claro quanto a sua política econômica externa fez com que a TCCR requisitasse constantes reuniões com ministros e representantes governamentais.

Em 02 de janeiro de 1975 abre-se oficialmente o escritório da TCCR. Os objetivos imediatos eram colocar em dia as pautas que passaram pela organização durante os dois anos de planejamento. Cada uma das igrejas participantes da TCCR trouxe a esta nova organização uma lista de prioridades com propostas. Em todos os pedidos estavam presentes solicitações para que

networks” (IGNs) have been created based on one or more of the tenets of socially responsible investment (SRI). SRI considers the social, ethical, and environmental consequences of investments in addition to using traditional financial criteria.” (2011, p. 30).

²² Segundo Bueckert (2020) o papel da TCCR neste tipo de ação era o de coordenar a ação dos comitês de investimento das igrejas.

se criasse um programa de enfrentamento ao *Apartheid* na África do Sul²³. (PRATT, R., 1997, p. 06).

Um dos primeiros passos do grupo foi o de organizar os subsídios necessários em matéria de informação para o planejamento das primeiras campanhas. Tendo isso em mente a TCCR focou em estudar e compreender estas complexas dinâmicas econômicas que amarravam o capital canadense com o sul africano.

Investment in Oppression foi um estudo²⁴ publicado em 1973 pela *Young Women's Christian Association* (YWCA)²⁵. Ele foi o primeiro trabalho que demonstrou as ligações econômicas do Canadá com a África do Sul e Namíbia, apresentando as maneiras com que o investimento estrangeiro, principalmente o canadense, acabava por financiar e manter o sistema do *Apartheid*.

A respeito dos investimentos o estudo da YMCA²⁶ afirma:

Foreign investment has been an extremely important contributing factor to the sustained economic growth enjoyed by the South African economy since 1948. This expansion has coincided with an equally sustained and massive effort to entrench white supremacy and racial separation in the political and social institutions of South Africa. (YWCA. 1973, *apud*, PRATT, R., 1997, p. 11).

²³ Entre outros pontos da agenda da TCCR é interessante destacar que havia planos para investigar os impactos empresariais canadenses no Brasil durante a ditadura militar. (PRATT, R., 1997, p. 20).

²⁴ Este estudo foi financiado por organizações que também vieram a fazer parte da TCCR. Entre as organizações: *Anglican Church of Canada; United Churches of Canada; Presbyterian Church in Canada; Canadian Council of Churches; Canadian Catholic Conference; Canadian Catholic Organization for Development and Peace; Canadian Council for International Co-operation* e a *United Nations Association of Canada*. Renate Pratt também foi integrante do quadro canadense da YWCA. Ela foi presidente do *Study and Action Committee*, responsável por produzir este estudo. (PRATT, R. 1997, p. xi).

²⁵ A YWCA é uma ONGI (Organização Não Governamental Internacional) voltada a defesa e promoção dos direitos das mulheres. Fundada em 1855, com sede atualmente na cidade de Genebra, Suíça, a organização está presente em mais de 100 países. A primeira sede da YWCA no Canadá foi fundada em 1870, por Agnes Blizzard, na cidade de Saint John. Mais informações em: YWCA. **Celebrating 150 years!**. Disponível em: <https://ywcacanada.ca/who-are-we/impact-history/>. Acesso em: 08/12/2022

²⁶ Não foi possível encontrar o documento em formato digital, havendo apenas versões impressas disponíveis na Biblioteca Pública de Toronto. Endereço: <https://www.torontopubliclibrary.ca/detail.jsp?Entt=RDM233498&R=233498>.

Esta foi uma das principais ferramentas das quais a TCCR se apoiaria para levantar perguntas e pressionar os empresários canadenses que estavam envolvidos financeiramente com a África do Sul.

Isso tudo não se deu sem oposições vindas do empresariado. Renate Pratt relata que era comum perceber ‘sobrancelhas levantadas’, assim como um clima geral de animosidade dentro das reuniões de investidores. (1997, p. 13). As igrejas exercendo seu direito de participarem destas reuniões anuais de investidores não deixavam a oportunidade em branco. Sempre que a ocasião permitia um debate público frente aos grandes investidores e os gerentes das empresas a TCCR buscava tomar a palavra levando questões de justiça social e luta contra o racismo.

O estudo produzido pela YWCA veio a calhar naquele momento. Ele era utilizado como fundamentação para levantar as críticas que eram apresentadas dentro das reuniões de investidores e nas reuniões individuais que a TCCR solicitava com representantes de bancos e empresas.

A TCCR também encontrou obstáculos. Membros da comunidade empresarial e alguns líderes religiosos fundaram a *Confederation of Church and Business People*²⁷ (CCBP) com o objetivo de se oporem aos avanços da TCCR. Esta organização buscou defender os interesses das empresas e criticar o movimento antiapartheid, acusando a TCCR de distribuir “informações enviesadas” (*Ibid.*, p. 13).

²⁷ A CCBP era chefiada pelo Reverendo Charles Plaskett, da United Church. O órgão também contava com encontros regulares e um periódico próprio. Jim Kirkwood, da United Church, comenta que: “the CCBP was essentially a network of businesspeople and elites with prominence within their church congregations, and therefore it had the most influence in high-brow churches or where businesspeople were the leading laity” (BUECKERT. 2020, p. 137). A CCBP tinha ligações com a *Canadian-South African Society* (CSAS), com James McAvity, presidente da *Canadian Exporters Association*, sendo diretor (na prática) da CCBP e CSAS simultaneamente. (*Ibid.*, p. 137).

2.2. “Lilliputian Darts”: A Campanha dos Bancos

As primeiras ações da TCCR em relação a comunidade empresarial foram através da pauta dos grandes bancos do Canadá e seus empréstimos à África do Sul. Em 1973, uma cópia enviada anonimamente do escritório de Frankfurt da *European-American Banking Corporation* (EABC) para o *Interfaith Center on Corporate Responsibility* (ICCR)²⁸ em Nova York, expos um esquema multimilionário de investimentos e empréstimos feitos ao governo sul africano e suas agencias estatais²⁹ entre os anos de 1970 e 1973. As informações dos empréstimos foram publicadas no seu boletim, em julho de 1973, no jornal publicado pelo *Corporate Information Center* (CIC): o *Corporate Examiner*³⁰. Estes empréstimos foram feitos por bancos europeus, estadunidenses e canadenses. O ICCR publicou essas informações, os chamados “Frankfurt Documents”, apresentando de forma esquemática as instituições envolvidas, com dados contendo os tipos de empréstimos, quais os credores e as datas de vencimento. Os bancos canadenses envolvidos, presentes nos “Frankfurt Documents”, eram: *The Royal Bank of Canada*, *The Canadian Imperial Bank of Commerce*, *The Toronto Dominion Bank*, *The Bank of Nova Scotia* e o *Bank of Montreal*³¹. (*ibid.*, p. 57).

Mais tarde, com novas informações a respeito, foi descoberto que dos cinco grandes investimentos feitos pelos bancos canadenses no ano de 1976 apenas um, no valor de 200 milhões de dólares, feito à *Electricity Supply*

²⁸ O ICCR é a fusão do *Interfaith Committee on Social Responsibility in Investments* (ICSRI) e do *Corporate Information Center* (CIC). O ICSRI, criado em 1971, foi um órgão ecumênico formado nos Estados Unidos pela Igreja Episcopal e outras seis denominações protestantes. Já o CIC, criado no final dos anos 1960, nos EUA, foi um projeto de pesquisa do *National Council of Churches of Christ*, sendo o produtor inicial do jornal *Corporate Examiner*. Em 1973 os dois órgãos se fundiram, criando o ICCR, mantendo o nome e as atividades até os dias de hoje.

²⁹ Entre as empresas estatais sul africanas envolvidas estão alguns grandes nomes como a *South African Iron and Steel Corporation* (ISCOR) e a *Electricity Supply Commission of South Africa* (ESCOM). Estas informações estão disponíveis no relatório publicado pelo CIC de 1973. Foi através deste boletim que as informações dos empréstimos foram apresentadas ao público. Este documento está presente no anexo A.

³⁰ A capa do boletim está no anexo A.

³¹ Fora os “Big Five” - como viriam a ser chamados posteriormente - envolvidos nos empréstimos, também foram vazadas informações de outros bancos canadenses menores, assim como valores de empréstimos, investimentos e correspondências enviadas (PRATT, R. 1997, p. 57).

*Commission*³², foi concluído em março, antes do massacre de Soweto³³. (*ibid.*, p. 24). Isso, mais tarde, se tornou símbolo da indiferença dos bancos quanto a quaisquer constrangimentos que o trágico massacre houvera ocasionado na comunidade internacional do período.

A primeira fase de críticas a estes empréstimos, já desde os primeiros anos de funcionamento da TCCR, foi endereçada diretamente a estes cinco grandes bancos do Canadá. Através de seus investimentos e se utilizando da sua posição de acionistas que as igrejas no Canadá buscaram se reunir com os representantes dos bancos envolvidos. As igrejas membro da TCCR exigiram de cada banco o cessamento de investimentos e empréstimos feitos a África do Sul e empresas ligadas ao governo sul africano. As respostas dos banqueiros dadas aos pedidos da TCCR e das igrejas membro eram semelhantes. Renate Pratt comenta que a maioria deles concordava que o *Apartheid* era de fato um sistema injusto e abominável, mencionando que deveriam ocorrer mudanças, entretanto, acreditavam (os bancos) que a retenção dos empréstimos não teria o efeito desejável neste sistema, podendo até prejudicar a população negra da África do Sul. (*ibid.*, p. 24).

A TCCR frisava aos bancos que o seu argumento para a manutenção dos empréstimos tinha problemas. Existiam diferenças entre o papel que os investimentos dos bancos tinham - já que eram endereçados ao governo do *Apartheid* e suas agências - e o papel das empresas estrangeiras em solo sul africano. As companhias estrangeiras (canadenses inclusas) que tinham operações na África do Sul poderiam agir em partes de acordo com a tese que os banqueiros defendiam, quando preocupadas com o bem-estar dos seus trabalhadores negros, podendo aplicar o que os banqueiros entendiam como

³² ESKOM/ESCOM, também presente nos 'Frankfurt Documents', esteve envolvida em outro grande projeto: a construção da hidroelétrica de Cabora Bassa, em Moçambique. A construção da represa foi alvo de críticas devido aos danos ecológicos e sociais derivados da alteração do curso de água do rio Zambeze.

³³ O massacre de Soweto foi resultado da repressão policial do governo do *Apartheid* sul africano. A violência policial que resultou em mais de 150 mortos foi deflagrada para reprimir uma série de protestos estudantis que tiveram como estopim um decreto que tornava o africâner a língua de instrução obrigatória (em termos proporcionais a língua inglesa) nas escolas secundárias. A data de início das manifestações foi o dia 16 de junho de 1976.

'força liberalizadora'³⁴ ao aumentar salários, melhorar condições de trabalho e aplicar programas educacionais e de moradia.

Mesmo que ainda incapazes de anular os efeitos do *Apartheid* sob seus empregados negros as empresas estrangeiras poderiam amenizar alguns de seus efeitos. Já os empréstimos feitos pelos bancos operavam de outra maneira. O órgão que recebia esses valores era o próprio Estado sul africano, sendo ele próprio o responsável pelas políticas de segregação. Estes empréstimos mesmo que resultassem em um aumento da receita do Estado sul africano não se traduziam em melhoras sociais, já que esta não era a prioridade do *Apartheid* com a sua população negra.

John Saul, um dos fundadores do *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* (TCLSAC), comentou em 1978 sobre o impacto da presença dos empréstimos estrangeiros e canadenses na África do Sul:

The negative impact of such loans for the bulk of the population in South Africa is unequivocal. Though there are strong and, I think, even overwhelming arguments against any form of western economic involvement in South Africa - after all, we have Vorster's assurance that "each trade agreement, each bank loan, each new investment is another brick in the wall of our continued existence" - the direct transfer of monies to strengthen the

³⁴ Conforme apresenta Renate Pratt, este foi o principal argumento que os bancos dispunham ao defender a manutenção dos empréstimos na África do Sul. A ideia sustentava que o papel das empresas e instituições financeiras era positivo e que o investimento canadense no país agia para melhorar o padrão de vida dos cidadãos negros, melhorando as condições de trabalho e os salários. A TCCR trabalhou para demonstrar que este argumento não surtia efeitos práticos, mais ajudando na reprodução do sistema do que na sua extinção. "Nothing in our review of Canadian corporate activity in South Africa indicates that investors were exerting a liberalizing influence for progressive change; indeed, most Canadian investors had been unwilling and at times unable even to produce employment data, let alone show improvement in black employment conditions" (1997, p. 57). Versões atualizadas do *Investment In Oppression* da YWCA procuraram abordar essa questão. Outro argumento utilizado pelos bancos, quando encurralados pela crítica, era de que a confidencialidade entre os bancos e seus clientes era inviolável, se apoiando nesta cláusula para evitarem responder perguntas a respeito do número, volume e endereço dos empréstimos feitos. Junto a confidencialidade se adicionava aos argumentos dos bancos o fato de que as atividades das empresas e dos bancos não eram tidas como ilegais. Toda sua atividade econômica era amparada pelo Estado canadense e formalmente não havia empecilhos jurídicos para tais práticas. As primeiras políticas públicas (tidas como rasas pelos ativistas) do governo quanto a questão dos investimentos e empréstimos vieram em 1977. Essa questão será abordada na sequência.

oppressive South African state yields fewer ambiguities than all other economic links (1978, p. 32).

Citando a TCCR Saul adiciona:

As the Canadian Task Force on the Churches and Corporate Responsibility has put the point, "To say that some South African Government departments or agencies can operate to the benefit of black South Africans is to fly in the face of history. Apartheid is the official policy of the South African Government and of all its departments and agencies". (*ibid.*, p. 32).

A TCCR começou a participar das reuniões anuais de investidores a partir de 1975 (PRATT, R., 1997, p. 25). Dentro do espaço cedido para perguntas, ao final de cada reunião, os representantes da TCCR se ocupavam em expor o máximo que conseguiam a respeito dos danos que tais empréstimos tinham à população sul africana.

Dentre as respostas que recebiam Renate Pratt salienta uma que foi marcante:

Over the years church shareholders experienced many styles of handling their concerns, none quite as hostile as during their first appearance at the annual general meeting of the Bank of Montreal in December 1975. Fellow shareholders and the chair got so enraged at the churches' request to halt loans to the South African government that, amidst calls of "go back to Moscow" from the shareholders, the chair had the microphone switched off during a question by W. R. Davis, then assistant treasurer of the United Church of Canada. (*ibid.*, p. 25).

Este incidente durante a reunião de investidores do *Bank of Montreal* rendeu a TCCR a sua primeira aparição na imprensa. O jornal *The Montreal Gazette* adjetivou a ação da TCCR de "Lilliputian Darts", fazendo referência ao romance "As Viagens de Gulliver" de Jonathan Swift.

Este caso rendeu a TCCR algo positivo. Mesmo que negativamente retratados no noticiário local a campanha ganhou visibilidade. Foram apresentados os empréstimos e o envolvimento do *Bank of Montreal* com o *Apartheid*, assim como a existência de um grupo disposto a criticar estas ações.

2.3. A TCCR muda de estratégia

Tendo visto que nenhum banco anunciou a extinção dos empréstimos ativos (ou de futuros empréstimos), mesmo após o trabalho da TCCR e suas igrejas parceiras nas reuniões de investidores, (*ibid.*, p. 26) o foco se voltou para buscar apoio do público e dos quadros leigos das organizações religiosas. A nova proposta de ação contra os bancos envolvia uma mobilização em larga escala dentro da comunidade religiosa integrante da TCCR. Isso se deu após a conclusão que muitos de seus congregados possivelmente teriam contas nestes bancos. O objetivo era incitar seus quadros (e o público geral) a recorrerem a outras instituições financeiras que não estivessem participando dos empréstimos³⁵. Tal ação poderia vulnerabilizar os bancos e fazer com que outras instituições financeiras absorvessem essa demanda.

Junto a isso um panfleto intitulado *Banking on Apartheid* foi distribuído ao público através da TCCR³⁶. O informativo continha dados sobre as condições dos trabalhadores negros que estavam sob o *Apartheid*, o que se sabia a respeito dos empréstimos dos bancos canadenses e o posicionamento das igrejas. Junto ao folheto estavam as respostas que cada banco deu a TCCR a respeito do encerramento dos empréstimos:

Toronto Dominion Bank: "The Bank's policy has remained the same... the limited request of the churches not to grant loans to the South African government is an oversimplification of the issue... there would not be much business in South Africa in that case."

Canadian Imperial Bank o/Commerce: "We examine all applications, and from time to time we may make loans but we will not disclose them."

³⁵ Essa prática iria entrar mais tarde para o repertório de ações do TCLSAC, com o grupo encorajando a transferência de contas destes bancos para outras opções, tais como cooperativas de crédito e bancos menores não envolvidos.

³⁶ Cinquenta mil cópias foram distribuídas em 1976. Dado o sucesso do informativo, e segundo a "demanda popular", a TCCR atualizou e reimprimiu o panfleto em 1977. (PRATT, R., 1997, p. 27). O TCLSAC também buscou produzir informativos semelhantes em sua revista. Panfletos também foram utilizados como material educativo.

Royal Bank: "We are convinced our fundamental policy is sound, ethical and responsible, and it has not changed since last year... we anticipate and accept accountability for the direct and indirect economic and social consequences of our economic decisions."
(SAUL, 1978, p. 34)

A TCCR fez um apelo ao público para que protestassem. Entre as sugestões estava a de contatar o gerente do seu banco, cobrando-o esclarecimentos a respeito da política de investimentos com a África do Sul da instituição.³⁷

Em 1977 a TCCR organizou um fórum público de debates para tratar dos empréstimos feitos ao governo do *Apartheid*. Entre os presentes estavam nomes de grande calibre na articulação do movimento *antiapartheid* pelo mundo. Baldwin Sjollema³⁸, diretor do *Programme to Combat Racism*³⁹ (PCR) do *World Council of Churches* (WCC) e Tim Smith⁴⁰, do *Interfaith Center on Corporate Responsibility* (ICCR), estavam presentes⁴¹. Os representantes dos bancos também foram convidados a prestarem esclarecimentos no evento, porém, nenhum compareceu. Os organizadores, de forma simbólica, deixaram uma cadeira vazia para representá-los. (PRATT, R., 1997, p. 27).

³⁷ Essa também foi uma das estratégias das quais o TCLSAC se inspirou. Na segunda edição de 1978 da revista TCLSAC Reports consta como meio de ação (entre outros) o questionamento direto ao seu gerente. (SCHEFFER, 2022, p 23).

³⁸ Sjollema nasceu em 1927 nos Países Baixos. se formou em sociologia pela University of Utrecht. Mais tarde ele se tornou o primeiro diretor do PCR, estando envolvido desde 1958 com o *World Council of Churches*.

³⁹ O PCR foi um programa criado pelo *World Council of Churches* em 1969. Atuou como lobby ecumênico mantendo relações transnacionais com diversos outros grupos que buscavam combater o *Apartheid* e os governos de minoria branca na África austral. O PCR agiu de forma direta em suas políticas de solidariedade, chegando a financiar órgãos como o Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso Pan-Africano e o Congresso dos Sindicatos Sul-africanos (COSATU). Mais informações a respeito do PCR na tese de MUFAMADI, T. (2011).

⁴⁰ Smith foi um dos fundadores do ICCR, onde trabalhou por mais de duas décadas. Esteve envolvido com a causa antiapartheid durante a sua presidência do ICCR.

⁴¹ A presença de ambos foi significativa. Isso demonstra a íntima relação que os movimentos que contestavam os empréstimos dos bancos no Canadá tinham aliados no exterior. Renate Pratt traz em sua obra algumas informações que demonstram a articulação em diferentes escalas já nestes primeiros anos da Campanha dos Bancos no Canadá. Em 1977, mesmo ano da conferência organizada pela TCCR, o *World Council of Churches* (WCC) produziu um livreto intitulado "The W.C.C. and Bank Loans to South Africa". Em nível local (cidade, província) a autora lembra da produção e distribuição de um "kit de educação de ação" com o título *Canadian Banks & South African Apartheid: A Strategy for Christian Action* feito pela *United Church of Canada*. (PRATT, R., 1997, p. 57).

O massacre de Soweto em junho de 1977 foi um ponto de virada dentro dos movimentos de ativistas e dos grupos de solidariedade ao redor do mundo. No Canadá a campanha contra os investimentos ganhou força. O assassinato de Steve Biko⁴², líder do Movimento da Consciência Negra na África do Sul, em outubro do mesmo ano, impulsionou a ação da TCCR, que organizou uma manifestação no setor financeiro da cidade de Toronto. O protesto foi montado no cruzamento das ruas *King* e *Bay*, onde ficam os maiores bancos do país. A manifestação contou com mais de duzentas pessoas. (*ibid.*, p. 27).

2.4. Os primeiros posicionamentos dos bancos e o panorama internacional da campanha.

A campanha contra os bancos fora do Canadá começara a ganhar suas primeiras vitórias ainda na década de 1970. A pressão popular orquestrada por diversos órgãos civis⁴³ nos Estados Unidos trouxe a primeira resposta vinda de um banco da América do Norte acerca dos empréstimos.

O *Chase Manhattan* em 1977 adotou um código de ética⁴⁴ que proibia as ações de empréstimo que financiassem o *Apartheid* ou quaisquer políticas discriminatórias. Outro sucesso da campanha internacional contra os bancos

⁴² Liderança estudantil e criador do Movimento da Consciência Negra. Biko foi um grande expoente do ativismo antiapartheid na África do Sul. Foi torturado e assassinado em 1977 por agentes policiais.

⁴³ Toda uma rede de movimentos sociais baseados nos EUA participou em diferentes intensidades da pauta dos empréstimos. Para citar algumas organizações relevantes tomo o exemplo do *Committee to Oppose Bank Loans to South Africa* (COBLSA) e do *Interfaith Center on Corporate Responsibility* (ICCR). Mais informações em: NESBITT (1977); SMITH (1977) e KNIGHT e KUMALO (2004)

⁴⁴ É preciso destacar o impacto que os chamados “Princípios de Sullivan” tiveram nos EUA e no mundo logo em 1977 e qual era o debate do período acerca da crítica do envolvimento econômico dos países do ocidente com a África do Sul. No ano de 1977 Leon Sullivan, ministro batista e liderança dos direitos civis, propôs um conjunto de seis princípios que guiarão os investimentos e operações econômicas dos EUA na África do Sul. Seu objetivo era produzir um código de ética que advogasse a favor da igualdade de salários, na luta contra a discriminação e as políticas de segregação. O objetivo era de que seus princípios fossem adotados pelas companhias estadunidenses e que elas desenvolvessem políticas inspiradas nessas diretrizes. Existia entre os movimentos *antiapartheid* dos EUA uma descrença quanto a real eficácia destes princípios (caso fossem adotados pelas empresas). Entre os partidários de práticas de desinvestimento havia a ideia de que tais princípios poderiam afetar a efetividade das ações de desinvestimento. Leon Sullivan também foi integrante do conselho administrativo da *General Motors*, empresa criticada pela presença na África do Sul. (LARSON, 2020, p. 479).

também foi alcançado neste mesmo período, desta vez, fora da América do Norte. O banco *Amsterdam-Rotterdam* (AMRO) da Holanda, que vinha sendo criticado desde os *Frankfurt Documents*, tomou uma posição em 1977 após uma campanha envolvendo grupos de solidariedade holandeses em aliança com o *Programme to Combat Racism* (PCR) do *World Council of Churches* (WCC)⁴⁵. (BOSGRA, 2007, p. 62-63).

Em agosto de 1972, um ano antes dos *Frankfurt Documents*, O Comitê Central do WCC adotou uma política que proibia o depósito de seus fundos em bancos que mantivessem operações bancárias na África do Sul. (Executive Committee of the World Council of Churches. 1980, p. 26).

As recomendações do WCC/PCR endereçadas a comunidade cristã internacional quanto as ações a serem tomadas contra os bancos ganharam fôlego após as negativas que o grupo recebeu da *European-American Banking Corporation* (EABC) assim que o escândalo dos *Frankfurt Documents* foi apresentado ao público.

The wcc executive committee, considering these replies, resolved at Nairobi to deposit no funds in eabc member-banks (which resulted in the closing of its account with only one of them, the Midland Bank of the United Kingdom) and **encouraged other Christian groups to continue pressure on these banks to cease loans to South Africa by means of publicity, stockholder action, and with-drawal of accounts** (HUDSON, 1979, p. 492. grifo nosso.)

O desenrolar da campanha no cenário internacional⁴⁶ tinha grande apoio de entidades religiosas. O posicionamento do WCC através de seu programa de

⁴⁵ O PCR teve um papel de protagonismo na campanha holandesa em prol do banimento de empréstimos e investimentos feitos à África do Sul e suas empresas (estatais e paraestatais). A ação conjunta do PCR e dos órgãos da sociedade civil holandesa através de boicotes fizeram com que dois bancos parassem os empréstimos: O banco AMRO e o banco ABN.

⁴⁶ É importante destacar que o apoio a posição do WCC quanto aos bancos não era unanime internacionalmente. A *Evangelische Kirche in Deutschland* (EKD) da Alemanha Ocidental se recusou a contatar o *Deutsche Bank* (envolvido com a EABC e os empréstimos) para iniciar conversas sobre o fim dos investimentos. Ocorreram movimentações individuais de algumas igrejas alemãs e do movimento dos estudantes cristãos em apoio a resolução do WCC, porém a mobilização não teve o mesmo caráter unanime que recebeu no Canadá. Outra oposição veio do bispo Oscar Sakrausky, da igreja evangélica da Áustria, que em carta ao banco *Creditanstalt-Bankverein* de Viena informou que discordava do posicionamento do WCC. (HUDSON, 1979, p. 492-493)

combate ao racismo, o PCR, foi um eixo importante na produção de informação e de relacionamento com outros grupos que visavam construir e aplicar políticas contenciosas.

Renate Pratt comenta que o *World Council of Churches* (WCC) e o *Programme to Combat Racism* (PCR) internacionalizavam a pauta dos bancos e seus empréstimos à África do Sul:

We also began to feel part of an international movement to end loans to South Africa. The World Council of Churches (WCC) had established The Programme to Combat Racism (PCR) under Baldwin Sjollema, its first energetic Dutch director. Thanks to his encouragement, organizations such as ours were strengthened in Britain, Belgium, France, Germany, Holland and Sweden. (1997, p. 27).

A atitude das igrejas sinalizava aos grupos canadenses (ONGs, sindicatos, associações de estudantes) de que era possível extrair resultados a partir de suas ações. Os sucessos encabeçados por estes grupos religiosos oxigenaram a pauta dentro do Canadá, trazendo métodos e informações – este último indispensável para qualquer campanha que vise engajar o público.

Os primeiros avanços da campanha no Canadá chegaram em março de 1978, após três anos de negociações infrutíferas com os grandes bancos desde que o escritório da TCCR fora oficialmente aberto. O *Royal Bank*, o maior banco do país, emitiu uma nota declarando que não havia feito mais nenhum novo empréstimo nos últimos dois anos ao governo sul africano ou quaisquer empresas relacionadas a ele. De acordo com o Royal Bank:

Under current circumstances it will not make general purpose loans or balance of payment loans and that it will not make loans if these are judged to support apartheid or South Africa's pass-law system. (ROYAL BANK OF CANADA, 1978. *Apud.*, PRATT, R. 1997, p. 28)

Mesmo que a constatação fosse breve, e que ela não demonstrasse a mudança que os ativistas desejavam, este avanço foi marcante, já que foi a primeira vez que um banco canadense emitiu uma declaração pública a respeito dos empréstimos e investimentos.

Na sequência o *Toronto Dominion Bank* foi o próximo a responder aos apelos da comunidade religiosa. Em 1979, em uma reunião de investidores, o banco informou que tinha participado, no último mês de agosto, de um novo empréstimo firmado com a ESCOM. Segundo o banco esse empréstimo seria usado para trazer eletricidade a comunidades negras na África do Sul. As igrejas criticaram esse empréstimo, alegando que o maior beneficiário do dinheiro canadense seria o programa nuclear sul africano do qual a ESCOM tinha parte. (PRATT, R. 1997, p. 31).

Em janeiro de 1980 um avanço considerável ocorreu nas relações entre as igrejas e os 'Big Five'. Em reunião com representantes do *Toronto Dominion Bank* a TCCR e suas igrejas membro concordaram em prorrogar a publicação de um informativo contendo detalhes atualizados acerca dos novos empréstimos. Enquanto este novo informativo não fosse publicado o banco anunciou que iria reaver as suas políticas de empréstimo com a África do Sul. A resposta veio em março de 1980. O presidente do *Toronto Dominion Bank* anunciou que "this loan [to ESCOM] will not be renewed, nor will the Bank make new loans to the Government of South Africa or its agencies under present conditions" (PRATT, R. 1997, p. 31).

Essa mudança de atitude do *Royal Bank* e do *Toronto Dominion Bank* não se deve apenas ao horror que fora o Massacre de Soweto e a derivada atenção que o governo do *Apartheid* havia adquirido para si. A mudança de estratégia das igrejas através da construção de um projeto de educação pública (a respeito do *Apartheid* e seus crimes) aos cidadãos canadenses trouxe aos bancos novos desafios: como se evadir de críticas que relacionam os bancos com os horrores do *Apartheid*? E na sequência, conforme as igrejas e organizações da sociedade civil (OSC) como o TCLSAC irão expor: como explicar que o dinheiro de seus clientes estava indiretamente a serviço de tal sistema?

O posicionamento dos bancos frente aos seus clientes está ligado com a necessidade de construírem uma imagem positiva sobre si mesmos. Isso foi uma ferramenta explorada pelos ativistas para forçarem os bancos a assumirem a culpa. O objetivo era demonstrar ao público que suas atitudes eram moralmente reprováveis e que ações de desinvestimento e boicote não eram apenas

legítimas, mas necessárias. Essa fragilidade dos bancos não era encontrada em outras organizações, como em empresas. Sobre esse assunto, comenta John Saul:

The banks, while powerful, are also vulnerable. Unlike corporations such as Falconbridge which have little reason to solicit public support, Canadian banks are very much concerned with matters of "corporate image" and with institutional advertising. Like Gulf Oil (Canada) Ltd., a target of support groups several years ago because of its Angola entanglements, the banks may feel the cool wind of protest more quickly than some other corporations. (1978, p. 32).

As igrejas no Canadá se utilizaram dessa problemática da imagem, relacionando a persistência dos crimes contra a humanidade⁴⁷ em solo sul africano com a recalcitrante presença do capital bancário canadense.

2.5. A laicidade e a política institucional canadense acenam para a Campanha dos Bancos.

Ainda em 1978 a TCCR obteve o apoio do senador Eugene Forsey, que também era acionista de alguns dos bancos envolvidos. Forsey participou da reunião anual de 1978 do *Bank of Montreal* e propôs aos executivos (embora não tenham dado ouvidos) que todos os empréstimos fossem terminados. (PRATT, R., 1997, p. 29). Essa importante contribuição do senador foi um passo significativo para as igrejas e o restante dos ativistas. A pauta dos bancos começava a se fazer presente na política nacional⁴⁸.

⁴⁷ O Apartheid foi configurado como crime contra a humanidade em 1966, pelas Nações Unidas.

⁴⁸ As cidades do país foram as primeiras entidades políticas a participarem da Campanha dos Bancos. Movimentações a nível nacional só vieram mais tarde. O concelho municipal da cidade de Vancouver foi a primeira casa legislativa do Canadá a deliberar a respeito dos bancos e seus empréstimos à África do Sul. Em 27 de agosto de 1979 o município adotou uma lei que o proibia de negociar com quaisquer instituições financeiras que fizessem negócios com a África do Sul e suas empresas. Junto a proibição também foi anunciado que a cidade iria desinvestir quaisquer valores que estivessem alocados em qualquer empréstimo do gênero. (PRATT, R. 1997, p. 129).

Entre 1978 e 1980 o *Bank Act*, legislação voltada ao meio bancário, começara a ser revisitado pelos parlamentares. Essa foi uma oportunidade para a TCCR e as igrejas agirem no nível institucional. A TCCR apresentou no *House of Commons Stranding Committee on Finance, Trade and Economic Affairs* um boletim pedindo por mais transparência nos empréstimos internacionais feitos pelos bancos canadenses. Foi proposto na sessão que o novo *Bank Act* exigisse dos bancos a divulgação dos empréstimos com mais de um milhão de dólares que fossem endereçados aos governos estrangeiros e suas agências. (PRATT, R. 1997, p. 33). Embora os argumentos das igrejas fossem bem embasados e apelassem para além da questão moral, tocando na responsabilidade dos bancos com seus investidores, os pedidos não foram atendidos pelos congressistas.

Apesar da pequena parcela de apoio dos representantes políticos a campanha obteve ajuda de outros órgãos: o *Canadian University Service Overseas*⁴⁹ (CUSO), uma ONG canadense voltada principalmente a ações de voluntariado, anunciou ainda em 1977 a retirada de 11 milhões de dólares, que correspondiam ao seu orçamento anual do Royal Bank of Canada.

Na sequência, em maio de 1978, o *Dawson College* retirou a sua conta do *Bank of Montreal* em protesto a recusa que o banco tinha dado ao fim dos empréstimos. Isso se deu devido ao posicionamento do banco que em dezembro de 1977, na reunião anual de investidores, Fred McNeil, presidente do *Bank of Montreal*, alegou que ceder aos pedidos das igrejas “would not be morally defensible nor morally consistent”, já que ele considerava os empréstimos à África do Sul como sendo insignificantes em seu retorno financeiro (*Ibid.*, p. 29).

A ação do *Dawson College* foi a primeira entre as instituições de ensino do Canadá. Nos anos subsequentes essa atitude se multiplicaria, com universidades e outros órgãos anunciando a retirada de suas contas destes

⁴⁹ Fundado em 1961 no Canadá o *Canadian Service University Overseas* (CUSO) foi uma das principais ONGs canadenses envolvidas no ativismo de solidariedade com a África Austral. Sua principal atividade é o envio de voluntários para países em desenvolvimento, focando no combate à pobreza e a desigualdade. Mais informações em SMILLIE (1985).

bancos para outras instituições financeiras que não participassem dos esquemas de empréstimo à África do Sul.

O TCLSAC⁵⁰, ativo desde 1972, ganhou destaque de Renate Pratt ao mencionar a sua parcela de participação na Campanha dos Bancos:

An audacious action by the Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa's Colonies mixed faked cheques among the banks' stacks of deposit and withdrawal slips which read "pay to the order of John Balthasar Vorster, prime minister of South Africa, the sum of \$50 million. (Ibid., p. 30).

Sobre outras ações, em especial os dias nacionais de ação contra os bancos, a autora relembra:

Each commemorative day—such as 21 March (Sharpeville Day), 16 June (Soweto Day) or 18 July (Mandela's birthday)—were occasions for demonstrations or pickets in front of bank buildings. Soon important organizations and individuals publicized the transfer of their accounts from banks still unprepared to announce a no-loans policy to alternative lending institutions (Ibid., p. 30).

A partir de 1979 a TCCR deu um passo importante na luta contra os bancos. Essa ação seria relevante para os demais grupos canadenses engajados na campanha. O grupo passou a publicar um periódico intitulado *A few words from the canadian banks* com dados reunidos a respeito dos empréstimos. Informações contendo quantias, datas, bancos responsáveis e os credores: se eram empresas sul africanas ou órgãos do Estado. Junto aos dados também iam as notas recentes publicadas pelos bancos a respeito de suas posições e se haviam futuros empréstimos a serem feitos.

A produção e organização destas informações factuais foi importante não apenas para guiar as ações da TCCR em sua campanha, mas também ajudou a guiar outros grupos: "There was great demand for such straightforward factual information. **It was used for years by many different Canadian**

⁵⁰ O TCLSAC e seu periódico serão discutidos mais tarde.

organizations—church and secular—as a basis for their own statements and actions. (*Ibid.*, p. 30, grifo nosso).

A circulação dessas informações foi possibilitada e facilitada pela aliança que a TCCR tinha com órgãos internacionais que coletavam dados a respeito dos empréstimos e investimentos. É importante observar este relacionamento através da troca de informações, principalmente as entre instituições religiosas e não religiosas. O *Corporate Data Exchange*⁵¹ Inc., (CDE) de Nova York; o PCR do *World Council of Churches* e o *End Loans to South Africa* (ELTSA) do Reino Unido mantinham contato com as igrejas canadenses e regularmente compartilhavam além de dados, formas de ação⁵². Este relacionamento entre órgãos religiosos e não religiosos no âmbito internacional dentro do Canadá foi fundamental para a produção dos meios dos quais qualquer campanha e/ou políticas contenciosas precisam para se manter: informações.

2.6. As Igrejas e os questionamentos ao governo canadense

A estratégia levada pela TCCR quanto as empresas e bancos foi preferencialmente a de uma solução negociada. (*Ibid.*, p. 49). Entretanto, nem sempre os bancos e empresas reconheciam que suas atividades eram danosas. Eles se blindavam das críticas ao anunciarem que nenhuma de suas atividades

⁵¹ *Corporate Data Exchange* (CDE) foi um instituto de pesquisa independente fundado em Nova York no ano de 1975. Foi criado para monitorar a concentração de capital e a extensão do envolvimento de corporações norte americanas em diferentes aspectos. Foi um dos centros de informação responsáveis por encontrar dados sobre novos empréstimos e bancos envolvidos em negócios com a África do Sul. Mais informações em Pratt (1997).

⁵² Essa rede de relacionamento é apresentada brevemente por Renate Pratt em uma nota de rodapé. Destaco aqui as alianças internacionais com organizações de países como Reino Unido, Estados Unidos, Holanda, Alemanha e Noruega. "Organizations that were particularly helpful to the work of the Taskforce in this period included the ANC's Canada office; the Calgary Committee on Racism; CUSO; the Canadian SACTU Solidarity Committee and the Toronto Committee for the Liberation of Southern African Colonies (TCLSAC). Internationally the Taskforce's anti-apartheid network included the Interfaith Centre for Corporate Responsibility in New York, the End Loans to South Africa Committee in Britain, the World Campaign against Military and Nuclear Cooperation with South Africa in Norway, the Shipping Research Bureau of the Netherlands and the German Bank Aktion. From the beginning the Taskforce also relied on the wealth of factual information on developments in South Africa and Namibia provided by publications of the International Defence and Aid Fund for Southern Africa (IDAF), located in London, England, since being banned in South Africa in 1966." (1997, p. 182).

eram ilegais, sempre alegando que suas práticas estavam embasadas nas leis asseguradas pelo governo canadense. E de fato, a atividade econômica canadense na Namíbia e na África do Sul não possuía quaisquer empecilhos até 1977. Dado essa questão era preciso agir também através dos meios institucionais, apelando ao governo canadense que ele assumisse uma posição quanto ao empresariado e os bancos nas suas relações com o *Apartheid*.

Renate Pratt comenta que a ação da TCCR em suas denúncias aos bancos e as empresas que operavam na África do Sul e na Namíbia foi enfraquecida pelo silêncio quase total do governo canadense quanto a este tema. (*Ibid.*, p. 49). Além do silêncio havia outro ponto que escancarava as inconsistências do governo canadense quanto a questão da África do Sul e da Namíbia⁵³.

As igrejas buscaram encontrar coerência na posição canadense quanto ao que o governo pregava em suas posições diplomáticas oficiais nos diversos órgãos multilaterais em que estava incluso. O objetivo era analisar em que medida a posição oficial do Estado estava de acordo com o que era transmitido nestes espaços. Como por exemplo, em 1966, o Canadá votou nas Nações Unidas a favor do fim da ocupação sul africana da Namíbia. Outra posição oficial foi o voto a favor da resolução 418 de 1977 do conselho de segurança da ONU, que impunha um embargo de armamentos à África do Sul. Apesar dos votos do Canadá a presença (e o “apoio”) canadense mantinha laços com o governo do *Apartheid* através dos investimentos, empréstimos e empresas operando tanto na Namíbia quanto na África do Sul.

A preocupação das igrejas era esse espaço não endereçado de forma concisa pelo governo canadense. Mesmo que o país denunciasse o *Apartheid* publicamente (inclui também a ocupação da Namíbia) e se colocasse contrário as políticas de segregação e as práticas de violência, a sua omissão permitia que tecnologias militares⁵⁴ e dinheiro canadense continuassem a serviço do

⁵³ Anteriormente um protetorado alemão a Namíbia esteve ocupada pela África do Sul desde 1915. Sua independência ocorreu apenas em 1990.

⁵⁴ A *Alcan Aluminium* é um exemplo que demonstra as falhas que o embargo de armamentos tinha na África do Sul. A *Alcan* foi uma mineradora e produtora de alumínio do Canadá. A TCCR denunciou a *Alcan* por produzir produtos de alumínio específicos para a indústria militar. Apesar de não produzirem armamentos a troca de tecnologias de construção viabilizava cada vez mais

sistema do *Apartheid*. Essa “desarmonia”, de acordo com Pratt, foi o que motivou a TCCR e as igrejas a pressionarem o Estado a construir políticas públicas que resolvessem essa ambiguidade (PRATT, 1997, p. 50).

O primeiro relatório da TCCR foi enviado em novembro de 1975 ao secretário de relações exteriores do Canadá, Allan MacEachen e ao ministro da indústria e do comércio, Don Jamieson. O documento intitulado *Canadian Policy on Southern Africa: An Ecumenical Consensus Paper* exprimia um resumo das diretrizes que as igrejas membro tinham acordado a respeito do papel canadense quanto a questão dos bancos e das empresas.

O ponto que reforçava o caráter de consenso do documento era a anuência das igrejas irmãs da África do Sul ligadas ao movimento ecumênico canadense. Nele, representantes de igrejas sul africanas garantiam ao governo do Canadá que a TCCR tinha uma “visão realista” dos acontecimentos da região. (*Ibid.*, p. 50-51).

Este documento trazia consigo uma série de recomendações. Entre elas:

[...] A halt to formal and informal links between South Africa and NATO; for the withdrawal of Canadian commercial officers from South Africa; and for a strong code of practices that Canadian companies operating in South Africa would need to respect. It asked that Canadian diplomats be present at political trials in South Africa and that they protest the continuing detentions without trial. The churches asked for official Canadian recognition of the authority of the UN Council for Namibia and enforcement by the Canadian government of UN Decree No. 1 of 1974; it called for an end to the practice of allowing Canadian

a “Estratégia Total” do então ministro da defesa Pieter Willem Botha. (PRATT, R. p, 36-37). Outra marcante relação militar entre Canadá e África do Sul se dá no contexto de produção do obuseiro G-5, produzido pela *ARMSCOR* com apoio da *Space Research Corporation* do Canadá. O G-5 no período de sua produção era o dispositivo de artilharia mais avançado do mundo, contendo os mais avançados componentes de aquisição de alvos e cálculo de trajetórias balísticas até então produzidos e empregados. Este armamento também era capaz de disparar dispositivos táticos nucleares. (FREEMAN, 1997, p. 109-110). A “Quebec Battery”, como era apelidado, contou com apoio direto canadense em suas etapas de produção e treinamento. Gerald Bull, presidente da *Space Research Corporation* do Canadá, viajou pessoalmente com um time de especialistas com o objetivo de treinar o exército sul africano a operar este aparelho. (*Ibid.*, p. 109). A venda deste equipamento também foi uma das formas de aquisição de receitas. Em uma feira de armamentos em Atenas no ano de 1982 os sul africanos exibiram a ‘bateria de Quebec’ também em sua versão autopropulsada, o G-6. (THE GLOBE AND MAIL. out. 1982, p. 11).

corporations in Namibia to deduct from their Canadian tax obligations, the taxes paid to the South African regime which occupied Namibia illegally (*Ibid.*, p. 51).

Allan MacEachen recebeu os representantes da TCCR, porém rejeitou todas as propostas relacionadas a atividade empresarial canadense, tanto na África do Sul quanto na Namíbia.

Dois anos mais tarde, em 1977, Don Jamieson, agora secretário de relações exteriores, anunciou à TCCR que o governo iria adotar novas políticas quanto ao apoio comercial ofertado pelo estado canadense às atividades empresariais na África do Sul⁵⁵. Entre as declarações do governo canadense havia duas que mais chamavam a atenção da TCCR: O governo canadense, através da sua conta no *Export Development Canada* (EDC)⁵⁶, não iria mais estar disponível para quaisquer negócios que envolvessem transações com a África do Sul. Junto a isso Jamieson também anunciou que o governo iria retirar os seus conselheiros comerciais de Johannesburg. (*Ibid.*, p. 53).

Outro ponto marcante na resposta de Jamieson a *House of Commons* em dezembro de 1977 foi o anúncio do desenvolvimento de um código de conduta, que seria aplicado em abril de 1978. Neste anúncio o secretário explica o motivo do código não ser aprovado e posto em prática imediatamente:

We are also establishing possible codes of conduct for further investment by Canadians in Namibia. It may be asked – I am sure it will be – why these measures are not introduced immediately. There are two reasons: First, we want to be very sure that we do not penalize Canadian companies which may have been active in that country under legitimate and perfectly acceptable processes. Nevertheless, there is unquestionably an incongruity in a situation which permits an illegal regime, by world definition, to be benefiting with Canadian companies in the manner I have outlined. There is a second reason why we are withholding: for the time being, any further action. We continue to hope that a

⁵⁵ O documento que anuncia todas essas mudanças está disponível no anexo B. Este anúncio foi feito ao parlamento canadense, o *House of Commons*, em 19 de dezembro de 1977.

⁵⁶ A EDC oferecia seguros de empréstimo para empresas canadenses realizarem negócios com a África do Sul. O Canadá tinha uma conta própria dentro junto a EDC. O objetivo desse órgão estatal era fomentar negócios com o exterior. Informações sobre o anúncio do término da prestação de seguros por parte do governo canadense está disponível no anexo B.

means will be found of ensuring that there is a peaceful and satisfactory solution for Namibia, on that will bring about equality – one man, one vote. We hope this can be done through negotiations and the process in which Canada is participating, which relates to the five Western members of the Security Council talking with the Government of South Africa and the other parties concerned. (JAMIESON, D. 1977, p. 13-14).

Na própria declaração de Jamieson é possível observar a então criticada dupla posição canadense. O secretário expõe sua preocupação em não penalizar empresas canadenses operando através de processos ‘legítimos e perfeitamente aceitáveis’ em solo namibiano, apesar das graves denúncias relacionadas as condições de trabalho dos funcionários negros: “corporations operated within the context of a contract labour system, minimal rights for African workers, appalling working conditions, and extremely low wages.” (FREEMAN, 1997, p. 64-65).

Outras empresas canadenses, como a *Falconbridge*, operavam na extração de recursos não renováveis, o que era explicitamente contra resoluções já discutidas na ONU a respeito dos recursos naturais da Namíbia⁵⁷.

Others (Falconbridge, Rio Algom, Cominco, and Noranda) maintained significant investments, exploiting non-renewable resources against the explicit intent of U.N. resolutions. Falconbridge even joined in partnership with the South African government through its parastatal, IDC, to take a 75 per cent share in the development of a Namibian copper and silver mining company, Oamites Mining Company (Pty) Ltd. (Ibid., p. 65).

Outro agravante que exprime a dupla posição canadense, mesmo após as mudanças anunciadas em 1977 pelo departamento de relações exteriores do

⁵⁷ Resolução de Proteção de Recursos Naturais de 1974. Mais informações em: *United Nations Council for Namibia: Decree on the Natural Resources of Namibia*. 1974. *International Legal Materials*, 13(6), 1513-1514. Disponível em doi:10.1017/S0020782900040006 Acesso em: 21/03/2023. Segundo Linda Freeman (1997), o papel dos representantes canadenses na ONU foi fundamental para abalar a proposta de sanções econômicas obrigatórias para a África do Sul devido a sua ocupação na Namíbia. O governo canadense também se absteve na decisão de 1974 que votou a respeito da resolução que considerava ilegal a exploração estrangeira de recursos na Namíbia. (p. 64)

Canadá, é a relação ocorrida na Namíbia entre empresas canadenses e o governo sul africano. Mesmo após a autoridade sul africana ter sido reconhecida como ilegítima na Namíbia as empresas canadenses ainda reconheciam o governo sul africano como a autoridade fiscal legítima dentro do país.

The EDC made no distinction between exports to South Africa and to Namibia (an approach adopted also by Statistics Canada), and Commonwealth preferences still applied. Bowing to influence from the Department of Finance and pressures from the private sector, the government even refused to cancel credits for the taxes paid by Canadian corporations to the South African administrative authority in Namibia. (FREEMAN, 1997, p. 64)

Estas medidas manifestadas pelo governo canadense não agradaram as igrejas. Embora animadoras no princípio, em seu anúncio, o impacto era mínimo. Conforme traz Renate Pratt, que participou das críticas aos anúncios de Jamieson, as mudanças eram no máximo simbólicas. (PRATT R., 1997. p. 53). Por exemplo, a conta do governo canadense junto ao *Export Development Canada* (EDC) não era utilizada para negócios com a África do Sul já se faziam dez anos (desde 1967). Todavia, as contas corporativas da EDC ainda continuavam a prestar serviços de seguro e outros tipos de financiamento.

As críticas a este primeiro posicionamento do governo canadense quanto a questão da África do Sul ganhou força com um estudo de 1982 produzido pelo professor T. A. Keenleyside, no qual ele demonstra o pequeno impacto que estas medidas de 1977 tiveram nos investimentos e empréstimos. Inclusive, Keenleyside conclui que os negócios canadenses com a África do Sul aumentaram desde 1977, ao invés de diminuir. (1982, p. 464).

Os diversos grupos do Canadá engajados em algum grau com a Campanha dos Bancos mantiveram importante conexão. Este relacionamento multinível entre diferentes campos da sociedade civil canadense, começando pela participação das igrejas, expressos nesse capítulo através do notável papel da TCCR em seus primeiros anos, demonstra a quão heterogênea e dinâmica fora essa campanha. O papel das igrejas foi central em conectar pautas internacionais, a luta contra o *Apartheid*, aos desdobramentos locais, os investimentos e empréstimos canadenses. Essa ponte também serviu para

conectar o Canadá com o exterior. A relação das igrejas com o WCC, igrejas nos EUA, África do Sul e países da União Europeia foi importante no compartilhamento de informações, práticas e resultados.

O aporte internacional da participação das igrejas canadenses na campanha nacional contra os bancos pode ser explicado pela histórica capitalização - fruto da presença global das múltiplas expressões cristãs - muito tributária de laços ecumênicos que já vinham sendo reforçados desde o século XX, conforme retratado anteriormente. Sua posição possibilitou canais abertos entre diferentes países. Foi possível, através de ONGs religiosas, produzir, propagar informações, circular pessoas e ideias através dos caminhos criados pelos órgãos religiosos. Dos contatos entre os diversos países o mais marcante foi a ligação que se tinha com as entidades congêneres na África do Sul. Esta proximidade foi possível de ser verificada no primeiro relatório das igrejas canadenses entregue ao governo, que contou com a participação de igrejas sul africanas.

A aplicação de recursos conceituais é essencial para observar a formação de redes internacionais – com as conexões formais e informais entre atores não estatais. O eixo fundamental da análise feita aqui da TCCR (e das igrejas canadenses) na questão da Campanha dos Bancos gira entorno desse complexo relacionamento entre múltiplos atores não estatais, característica basilar da formação e atuação das redes transnacionais de advocacia. A atuação da TCCR esteve ligada tanto com os grupos nacionais, no Canadá, quanto aos órgãos e grupos não estatais internacionais.

As ligações exoestatais e endoestatais destes atores não estatais são fundamentais. Observá-las torna possível enxergar as formas que esta campanha foi composta e aplicada. São diversas frentes que trabalham desde o nível local até o nível internacional. O próximo capítulo se dedicará a cobrir outra face da mobilização da *Bank Campaign* no Canadá, os comitês de solidariedade.

3. O movimento de solidariedade com a África Austral no Canadá

Não diferente dos seus semelhantes do resto do mundo o movimento de solidariedade com a África Austral no Canadá apresentou-se como pertencente a um ecossistema político vasto. Foi possível observar no capítulo anterior a natureza multifacetada que o apoio canadense ao continente africano tinha. Dentro do espectro dos movimentos religiosos ligados ao apoio e à solidariedade foi possível verificar múltiplas nuances. Esta complexidade também se faz presente no universo das organizações não governamentais desligadas ou não fundadas no meio religioso.

Este terceiro capítulo se dedicará a apresentar de forma sintética as organizações da sociedade civil (OSC) canadenses ligadas ao movimento de solidariedade com a África Austral. O objetivo aqui será mostrar a sua expansão pela década de 1970 dando foco na forma em que as campanhas anticorporativas foram articuladas através da pauta *antiapartheid* no Canadá, culminando na campanha contra os bancos. A opção por uma abordagem panorâmica do fenômeno se dá pela quantidade de grupos e instituições envolvidas no recorte da Campanha dos Bancos, inserida no universo das campanhas anticorporativas ligadas ao ativismo de solidariedade.

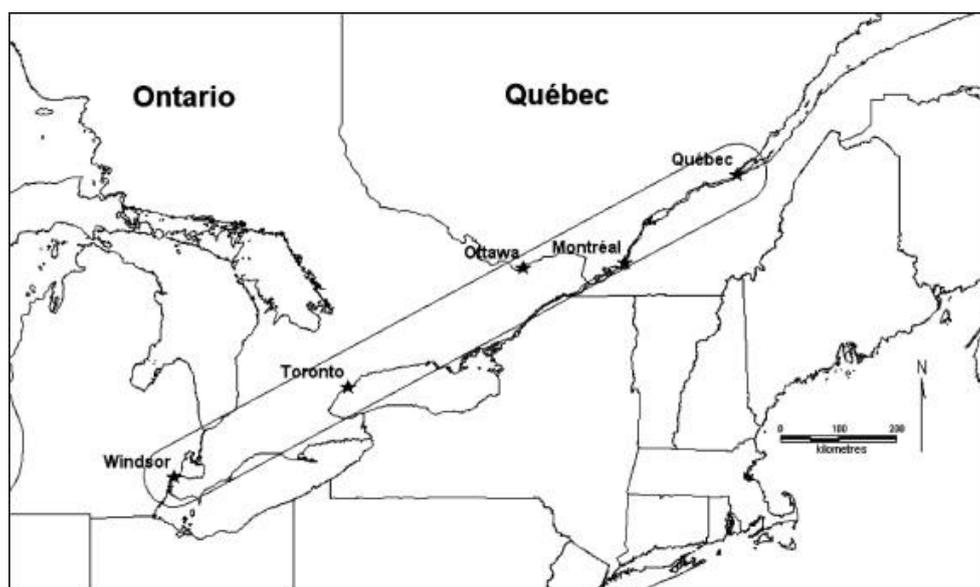
David Beer⁵⁸, um dos fundadores do *Canadian Voluntary Commonwealth Service* (CVCS) e do *Canadian University Service Overseas* (CUSO), qualificou a rede *antiapartheid* canadense como um “colar de pérolas” devido a quantidade de grupos locais que se estendiam desde a costa atlântica até o pacífico, mobilizando apoiadores e angariando valores na casa dos milhões de dólares.

⁵⁸ David Beer é um ativista canadense. Ele esteve presente nas celebrações de independência da Zâmbia em 1964, Zimbábue em 1980 e Namíbia em 1990. Esteve envolvido com movimentos de libertação na África Austral e com o movimento *antiapartheid* durante a sua estadia nestes países. Foi fundador do grupo *Canadian Voluntary Commonwealth Service* (CVCS) – que mais tarde, após sua fusão com o *Canadian Overseas Volunteers*, veio a formar o *Canadian Service University Overseas* (CUSO), atualmente *CUSO International* – na *University of Toronto* assim como voluntário por um ano na Jamaica através do CVCS. Mais tarde, através do CUSO, Beer foi enviado para a Rodésia do Norte pouco antes da independência. Mais informações em: Canadian Anti-Apartheid Oral Histories Project, Entrevista com David Beer, Carleton University, Ottawa, ON, Canadá. Março, 2018. Disponível em: <https://carleton.ca/africanstudies/conferences/oral-history-interviews-solidarity-and-shifting-patterns-of-hegemony-in-southern-africa/> Acesso em: 10/04/2023

(HOPE, 2012. p. 52). Precisar o número de organizações da sociedade civil que estiveram engajadas em algum grau de ativismo de solidariedade com a África Austral e a causa *antiapartheid* de meados dos anos 1950 até o final do *Apartheid* é uma tarefa difícil. É preciso ressaltar que a questão da luta *antiapartheid* no Canadá não pode ser dissociada do apoio as independências e as lutas de libertação na África Lusófona. O trabalho *antiapartheid* estava inserido no mesmo enquadramento da luta pelas descolonizações do continente.

Este esforço de sistematizar e compreender as dimensões do movimento *antiapartheid* no Canadá foi exercitado por Kofi Hope (2012). Em sua pesquisa o autor coloca que a rede *antiapartheid* canadense era um movimento de dimensões nacionais que incluía grupos que estavam fora do corredor Quebec-Windsor⁵⁹.

Figura 1 - Mapa do corredor Quebec-Windsor



Fonte: PATTERSON, Zachary; EWING, Gordon O.; HAIDER, Murtaza. The potential for premium-intermodal services to reduce freight CO2 emissions in the Quebec City–Windsor Corridor. *Transportation Research Part D: Transport and Environment*, 2008, 13.1: 1-9.

O uso de fontes primárias é um recurso fundamental para que se possa vislumbrar as dimensões destes grupos. Em uma carta escrita por Stephen Gelb,

⁵⁹ Região que historicamente concentra a maior densidade populacional do país, se estendendo da cidade de Quebec ao norte até a cidade de Windsor, ao sul.

integrante do TCLSAC, 33 organizações *antiapartheid* foram convidadas a participarem de uma conferência sobre a África Austral em 28 de fevereiro de 1980. No material é possível observar o local de origem de alguns grupos fora do corredor Quebec-Windsor, o que demonstra a amplitude do movimento, algo extraordinário se levarmos em conta o fato de que o Canadá é o segundo maior país em extensão territorial do planeta. As cidades de origem destes grupos incluídos na carta que estavam fora do corredor citado eram: Halifax, Edmonton, Calgary e Winnipeg (HOPE, 2012, p. 119), algumas delas estando a mais de dois mil e quinhentos quilômetros de distância de Toronto⁶⁰.

No mesmo sentido em uma lista presente nos arquivos do *Canadian Service University Overseas* (CUSO) datando o ano de 1979 é possível encontrar um panorama sobre a quantidade de integrantes que havia em cada um dos grupos envolvidos no movimento de solidariedade. Formando grupos de 5 a 20 membros eles eram espalhados em células presentes em várias cidades da maioria das províncias do país. Estes integrantes em alguma medida eram envolvidos em atividades de protesto, boicotes, encontros e/ou reuniões públicas. (*Ibid.*).

Outro esforço de sistematizar este universo de movimentos de solidariedade no Canadá foi um manual produzido por Ann McKinstry Micou em 1992, com financiamento da Fundação Ford⁶¹ e da *Carnegie Corporation*⁶² esse guia foi produzido nos Estados Unidos através do *South African Information Exchange*⁶³ (SAIE), que por si está ligado ao *Institute of International Education*⁶⁴ (IIE). Em 1991 o SAIE entrevistou 22 pessoas ligadas ao movimento de

⁶⁰ Esse número equivale a distância de Porto Alegre, Rio Grande do Sul a Aracajú, Sergipe.

⁶¹ A Fundação Ford é uma entidade filantrópica criada em 1936, nos Estados Unidos. A entidade foi parceira do Departamento de Estado dos Estados Unidos, servindo de ferramenta no envio de apoio a diferentes grupos da África Austral, como no apoio dado a FRELIMO na década de 1960. Mais informações sobre esta conexão e o contexto da Fundação Ford na Guerra Fria em Barbosa (2023) e Chaves (2019).

⁶² A *Carnegie Corporation* é uma organização filantrópica fundada nos Estados Unidos, em 1911. Seu foco é subsidiar programas de educação nos Estados Unidos e no mundo.

⁶³ O SAIE foi um órgão ligado ao Institute of International Education de Nova York. Sua função era disseminar, compartilhar e publicar informações sobre a África do Sul em articulação com os movimentos de solidariedade na luta por mudanças políticas no país. Mais informações em Micou (1990).

⁶⁴ Fundado em 1919, nos Estados Unidos, o IIE é uma organização 501(c)(3), ou seja, uma ONG isenta de alguns dos impostos federais. É qualificada como uma organização de caridade, entretanto, seu foco é na promoção da educação.

solidariedade com a África Austral no Canadá, visitando apenas as cidades de Ottawa, Montreal e Toronto. Como a pesquisa não optou por uma cobertura nacional muitos grupos ficaram de fora da análise. Entretanto, mesmo com a omissão de muitos grupos relevantes, conforme a própria pesquisa assume (MICOU, 1992. p. 8), é notável o número de organizações presentes no documento, assim como as suas variadas origens.

O guia subdivide as organizações canadenses que visou retratar em 10 categorias, incluindo setores do governo canadense⁶⁵, sendo elas:

1. O governo canadense
2. Redes não governamentais e coalisões
3. Corporações da Coroa
4. Instituições não governamentais
5. Agencias de desenvolvimento e educação
6. Organizações Sindicais
7. Agencias da Igreja
8. Organizações de apoio angariadoras de dinheiro para causas sul-africanas
9. Grupos de solidariedade
10. Centros de pesquisa, informação e documentação.

Micou (1992) completa:

The impressions and generalizations in this overview are drawn from discussions with a small number of thoughtful, experienced people in Canada, most of whom have been involved for many years in initiatives to assist in the creation of a democracy in South Africa. (*Ibid.*, p. 9)

Linda Freeman⁶⁶, em sua obra *The ambiguous champion: Canada and South Africa in the Trudeau and Mulroney years*, chega próximo a um número

⁶⁵ O conflito existente entre estes movimentos originários da sociedade civil e o governo do Canadá não é retratado no guia de Micou. Logo no início do documento a autora expõe o papel de liderança do governo do Canadá na sua condenação ao *Apartheid* e na sua íntima relação com as ONGs e a sociedade civil no combate a segregação. A relação entre estes grupos e o governo canadense estava longe de ser amistosa. Inclusive, a origem dos protestos endereçados ao governo do Canadá orbitava na crítica a duplicidade canadense quanto ao *Apartheid* e suas relações ambíguas com a África do Sul.

⁶⁶ Foi professora do departamento de ciência política da *Carleton University*. Pesquisadora, docente e escritora, Freeman trabalhou temas relacionados a África Austral por mais de quarenta anos, com sua trajetória de pesquisa voltada a analisar África do Sul e Zimbábue.

durante a década de 1980: “During the 1980s, this movement mushroomed, as 150 organizations were involved in southern Africa support work, linked by a monthly network bulletin.” (1997, p. 146-147). Já Hope (2012) coloca o número por volta de 200. (p, 120). Entretanto, estes números em si não tornam possível a compreensão da profundidade que esta rede tinha, pois, se colocarmos no saldo as organizações ligadas as igrejas esta quantidade pode aumentar.

Para se colocar em perspectiva Jim Kirkwood⁶⁷ estima que havia 200 células ligadas a *United Church of Canada* (UCC) que estavam envolvidas com o movimento *antiapartheid* e de solidariedade. (HOPE, 2012. p. 120), número este significativo se levarmos em conta que ele abrange apenas as organizações ligadas a UCC.

Nas entrevistas coletadas por Hope (2012) foram observadas diferentes organizações da sociedade civil com diferentes envergaduras e espaços onde atuavam:

Certainly not all of these local formations would have been involved in continuous contentious activism, or sent reps to national conferences, so it seems safe to say the network had 150-200 groups at the core of the network, which were a mix of large professional CSOs and smaller localized groups, with hundreds of local grassroots groups across Canada who temporarily mobilized at different times to contribute to the movement (p. 120).

O surgimento destes grupos esteve ligado a diversas influências tanto nacionais quanto internacionais, e é com essa dinâmica em mente que se buscará abordar o fenômeno dos movimentos de solidariedade canadenses no contexto de crítica ao *Apartheid* e do esforço de libertação da África Austral. O foco será na expressão dos comitês de solidariedade: organizações civis heterogêneas fundadas com base nos ideais de solidariedade internacional no

⁶⁷ Kirkwood foi um pastor canadense, tendo sido missionário em congregações rurais na Zâmbia entre 1962 e 1976. Ao retornar ao Canadá Kirkwood assumiu a diretoria da pasta responsável pelo continente africano dentro do *Division of World Outreach* (UCC), mantendo esse cargo de 1977 até 1994. Mais informações em HOPE (2012).

que diz respeito ao enfrentamento das opressões derivadas do colonialismo e do racismo institucionalizado.

Para dar conta do que foi proposto este capítulo foi estruturado em três partes: A primeira irá desenhar um panorama sobre a política externa canadense nas suas relações com a África do Sul. A importância dessa apresentação se dá pela necessidade de compreendermos como a crítica estruturada pelo ativismo de solidariedade se endereçou às posições oficiais do governo do Canadá – que era taxada de ambígua, oscilando entre a condenação e a omissão. Primeiramente serão apresentadas as linhas gerais da política externa canadense na sua relação com a África do Sul. A ênfase será colocada nas mudanças de paradigma que vigoraram entre os governos Diefenbaker (1957-1963), Trudeau (1968-1979) e o início do governo Mulroney (1984-1993), período em que as primeiras sanções foram aplicadas ao governo sul africano, em julho 1985. O objetivo será elucidar os trajetos e escolhas políticas e como elas se relacionaram com o setor privado canadense. As pressões externas, internacionais e as internas, nacionais, foram fatores centrais para o desenvolvimento do plano de ação que os ativistas montaram para as campanhas anticorporativas e a subsequente Campanha dos Bancos.

A segunda parte do capítulo se voltará a retratar as primeiras movimentações da sociedade civil (ONGs, sindicatos e universidades) pela década de 1970 em sua crítica à política externa (e a falta dela) em relação ao *Apartheid*. Para isso será abordado o surgimento das principais críticas ao setor privado e ao Estado canadense através do *Black Paper* de 1970. O destaque será dado aos comitês de solidariedade e as suas campanhas anticorporativas. Sua apresentação buscará retratar as conexões existentes entre os comitês e outras organizações da sociedade civil que engajaram na pauta do ativismo de solidariedade com a África Austral.

Por fim será apresentada a formação do *Toronto Committee for the Liberation of Portugal's African Colonies* (TCLPAC), o posicionando em meio a formação das diferentes expressões civis do ativismo de solidariedade.

3.1. A relação entre Canadá e África do Sul: A pauta do *Apartheid* através do século XX.

A relação entre Canadá e África do Sul esteve historicamente pautada pela sua compartilhada presença na *Commonwealth*. Essa aliança sofreu sucessivos abalos com o estabelecimento do *Apartheid* como política de Estado, ocorrendo diferentes crises desde sua formal implementação em 1948 até sua desarticulação e desintegração em meados dos anos 90.

As pautas levantadas pelo movimento de solidariedade no Canadá e no mundo, assim como a pressão exercida pela sociedade civil canadense através de suas organizações, levaram a condenação do *Apartheid* para o centro do debate político do país na época. A política externa canadense do período proposto a ser discutido aqui é marcada pela mudança. Essa alteração foi influenciada por múltiplos fatores: indo de uma amigável aliança até o período pós Segunda Guerra Mundial, passando por uma condenação velada nas décadas seguintes até desaguar nas primeiras sanções e ações da sociedade civil a partir das décadas de 1970 e 1980.

Linda Freeman posiciona a postura do Canadá como estando de acordo com outros Estados do Ocidente:

The Canadian state, no less than other Western states, was faced with hard and soft options in its approach to the regime in South Africa and with competing internal and international pressures. As in much of the West, its record is complex, ambiguous, and contradictory. (1997, p. 5)

Essa transição, trazendo alguns elementos já levantados no capítulo anterior, foi recheada de contradições e ambiguidades. Ambiguidades estas expostas pelo ativismo de solidariedade. Embora oficialmente a condenação, durante diferentes administrações canadenses, endereçasse as violações aos

direitos humanos⁶⁸, não havia por parte do governo suficientes esclarecimentos quanto a manutenção das relações econômicas e diplomáticas com o Estado sul africano.

Canadian officials, like their counterparts in other Western countries, made increasingly strong statements against apartheid, but continued to support full economic and diplomatic relations with the white minority regime. In Canada, these cross currents gained in intensity, **as the relationship with South Africa changed from the warm comradeship of the wartime alliance and Commonwealth connection to a more distant association as the postcolonial world began to take shape** (Ibid., p. 13. grifo nosso).

A carência de explicações plausíveis quanto a não adoção de uma postura diplomática que surtisse efeitos visíveis no combate ao *Apartheid* teve destaque nas preocupações dos ativistas. Estas preocupações relacionadas às incertezas políticas vindas das decisões de Ottawa também se viam presentes nos movimentos de libertação. Em entrevista a CBC-Radio em 1973, Marcelino dos Santos, vice-presidente da FRELIMO, comentou:

Really, Canada has made many statements but... I must say Frankly that, knowing and having heard that Canada (has) said several times... but knowing that Canada is doing nothing real to help the liberation movements, one should at least ask: is... the Government of Canada sincere. We don't believe it, and we hope that Canada will try to show us that it is really sincere. (DOS SANTOS, M. 1973, *apud*. SAUL, 1978, p. 28).

Para melhor situar o objeto de pesquisa é necessário retratar alguns pontos da relação Canadá e África do Sul para que seja possível compreender o processo de construção das críticas feitas pelos ativistas e seus movimentos. A ligação entre estes dois países remonta finais do século XIX. Após a Segunda

⁶⁸ A trajetória de aliado dos países recém independentes se apresenta em diferentes momentos nas relações diplomáticas canadenses pelo século XX. Um dos exemplos que será abordado mais tarde neste trabalho é o papel da administração Diefenbaker na resolução da crise da saída da África do Sul da *Commonwealth*. Advogar a favor das autodeterminações em África e Ásia, o que passava pela questão dos direitos humanos, também atendia interesses canadenses ao endereçar seus próprios anseios em relação a sua independência para com a pretérita metrópole, o Reino Unido.

Guerra Boer o esforço de reconstrução das então devastadas Repúblicas *Afrikaners*⁶⁹ contou com o apoio da administração Laurier (1896-1911). A proposta de Chamberlain em agosto de 1902 de enviar fazendeiros *Afrikaners* em viagem pelo Império Britânico com o objetivo de apresentar modernas técnicas de agricultura foi bem recebida pelo primeiro-ministro canadense. Laurier prometeu ofertar a eles ‘toda a atenção possível’ (TENNYSON, 1982. p. 26). A reconstrução chamou a atenção da indústria canadense, que no período buscou expandir a exportação de bens para a colônia sul africana. O comércio entre os dois países ganhou tarifas com taxas especiais ainda em 1904 (*Ibid.*, p. 26).

As influências trocadas na administração pública relacionada aos povos nativos foram pontos marcantes desta relação, aproximando as nações neste quesito. Entre 1940 e 1960 ambos os países observavam o tratamento que davam as suas populações autóctones (*Ibid.*, p. 16). Inclusive, no início do século XX, John Saul (2017) comenta que “there was, in fact, a pattern of ‘learning from each other’, from the very beginning of the twentieth century, that Canadian governmental elite was happy to facilitate vis-à-vis South Africa” (p. 86). Visitas de representantes sul africanos às reservas indígenas canadenses ocorriam regularmente. O objetivo destes representantes era estudar o modelo de escolas residenciais⁷⁰ que vigorava no final do XIX. (FREEMAN, 1997. p. 16).

Ron Bourgeault (1998) aprofunda a questão do relacionamento entre Canadá e África do Sul nas trocas de influências relacionadas às práticas de segregação:

It is significant that South Africa came to Canada at different times since the Boer War asking and getting permission to study the Canadian system by which Indian people were controlled and managed separately from the politically dominant white

⁶⁹ Formadas durante o século XIX no contexto dos atritos dos colonos holandeses com ingleses e grupos locais na região onde hoje é a África do Sul, as repúblicas do Transvaal, Estado Livre de Orange, Natal e outras, foram experiências nacionais organizadas por diferentes grupos falantes da língua holandesa. Estas chegaram ao fim após a Segunda Guerra Boer (1899-1902), sendo incorporadas pelo império britânico em 1910 à União Sul Africana (1910-1961).

⁷⁰ As escolas residenciais para indígenas no Canadá foram uma rede de internatos criada entre o século XIX e o século XX. Seu objetivo era assimilar as crianças nativas através de um processo de afastamento forçado de suas famílias, tradições, culturas e língua com o objetivo de integrarem os jovens à cultura considerada dominante no país.

population. South African took what it needed and applied it to its own situation: first to segregation, and after the Second World War to apartheid. The fundamental difference between Canada and South Africa was that Canada was interested in segregating and managing, as cheaply as possible, a population it did not want as an important source of labour. South Africa was interested in the same type of relationship, but for a people whose labour it needed and wanted cheaply. (p. 07).

Após o estabelecimento formal do *Apartheid* no final da década de 1940 e a subsequente escalada de políticas segregacionistas a questão sul africana se tornava cada vez mais incontornável no cenário internacional. Apesar de alguns líderes políticos canadenses no princípio não concordarem com as políticas de segregação impostas na África do Sul não era comum que protestassem abertamente contra.

Logo após a Segunda Guerra as relações entre Canadá e África do Sul se mantiveram ativas independentemente da repressão que assolava o país africano durante a década de 1950. Inclusive, logo após o estabelecimento do *Apartheid*, a administração St. Laurent (1948-1957) não instruiu seus diplomatas na África do Sul a fazerem representações que endereçassem a imposição de políticas baseadas na raça (FREEMAN, 1997. p. 16).

O que vigorava na política externa canadense no início da implementação das políticas de segregação racial na África do Sul era a crença de que os tomadores de decisão sul africanos iriam responder de forma razoável se o restante da comunidade internacional não os coagisse de uma forma que os levasse a tomar uma posição defensiva. Freeman expõe que essa abordagem se baseava fundamentalmente na má compreensão da natureza que o movimento *Afrikaner* tinha. Questões como a dimensão psicológica, moral e religiosa que o *Apartheid* mobilizava não faziam parte da interpretação canadense do problema na época. (1997, p. 16). Havia também uma tradição de não interferência nos assuntos internos dos países membros da *Commonwealth*. A ideia de que o conceito de 'autogoverno' era o cerne da liga fazia com que a discussão sobre o *Apartheid* o colocasse no espectro dos assuntos domésticos, logo, não qualificável de ser denunciado. Este foi o caso de Lester Pearson, na

época secretário de relações exteriores do governo St. Laurent. Pearson expressou seu repúdio as políticas de segregação, entretanto, por entender que o *Apartheid* era uma questão doméstica, se mostrou contrário a interferências advindas de órgãos multilaterais, tanto através da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto pela *Commonwealth*. (*Ibid.*, p. 17).

A questão da não interferência balizou a ação dos representantes canadenses na ONU. Um representante do Canadá em discurso ao Comitê Político Especial alegou que a comissão não teria tido avanços, e que o Canadá

Was more and more convinced that intervention in the internal affairs of a State might well have serious international implications and was of very little practical value... the situation that had been created was not only harmful to the prestige of the United Nations but was also paralysing friendly discussions and jeopardizing the settlement of a very delicate problem (Special Political Committee Proceedings, 1957. p. 65, 75. *Apud.*, TENNYSON, 1982. p. 139)

Na décima primeira sessão da ONU o governo canadense esteve determinado a impedir tanto o reestabelecimento da comissão sobre o *Apartheid* quanto a adoção de uma resolução *antiapartheid* mais incisiva. Acreditava-se que essa ação resultaria na saída da África do Sul da ONU. (TENNYSON, 1982. p. 139). Com isso, o Canadá manteve sua postura em advogar a favor de uma não intervenção. O receio da saída da África do Sul de órgãos multilaterais e a crença de que a questão do *Apartheid* poderia ser resolvida por meios pacíficos manteve forte presença nas ações do país nos órgãos intergovernamentais que participava. D.B. Sole, representante da África do Sul na ONU entre os anos de 1957 e 1961, reportou a Eric H. Louw, no período Ministro de Relações Exteriores da África do Sul, o papel de 'lobby por baixo dos panos' que a delegação do Canadá e dos Estados Unidos desempenharam em favor da África do Sul na ONU. (TENNYSON, 1982, p. 139).

A política externa canadense em relação a África do Sul obteve suas primeiras mudanças, ainda que graduais, a partir do governo Diefenbaker em 1957. Entretanto, para que seja possível observar as nuances destas mudanças, é preciso ter em mente os eventos que influenciaram estes novos rumos.

Observá-los será fundamental para que seja possível acompanhar a crítica posterior construída pelo movimento antiapartheid canadense.

Linda Freeman (1997) apresenta três crises diferentes em que o Canadá se posicionou como articulador. Nestas três ocasiões as relações entre Canadá e África do Sul tiveram que adotar novas configurações. Para a autora, foram nestas oportunidades que os representantes da diplomacia canadense tiveram que repensar a política externa do Canadá e o seu papel na Commonwealth e na ONU.

A primeira crise diz respeito as novas independências em África e as consequências internacionais destes eventos. Durante os anos 1960 estes novos países independentes alteraram a composição da *Commonwealth*, com a organização passando cada vez mais a ter um carácter multiétnico. Consequentemente as pautas destes novos Estados-Nação se fizeram presentes nas discussões do órgão. Neste ponto a própria manutenção da África do Sul como integrante da *Commonwealth* foi criticada pelos países agora independentes. Serão abordadas brevemente algumas das ações da administração Diefenbaker que alteraram os trajetos da política externa canadense em relação ao continente africano e o seu contexto internacional.

O governo Diefenbaker primeiramente buscou manter relações amenas com a África do Sul, buscando persuadir o governo sul africano a fazer mudanças, seguindo a abordagem que vinha sendo posta em prática até então. Em janeiro de 1960 uma delegação do *Canadian Labour Congress*⁷¹ (CLC) pressionou o governo canadense a pedir a expulsão da África do Sul da *Commonwealth*, porém, o pedido não foi considerado. O primeiro-ministro canadense, em uma arguição presencial no parlamento, comentou o caso apresentado pelo CLC, alegando que:

[...] the commonwealth is representative of countries in various stages of democratic advancement, and that I would not support any action to exclude from the councils of the commonwealth of nations the Union of South Africa, regardless of my strong

⁷¹ CLC, Canadian Labour Congress (Ou CTC em Francês), União central dos sindicatos do Canadá, fundada em 1956.

feelings in respect of discrimination. (DIEFENBAKER, 1960. p. 491)⁷²

Entretanto, essa posição começaria a mudar ainda na década de 1960. É preciso lembrar que os anos 1960 foram marcantes para as descolonizações em África e Ásia. Com a adesão destes novos países a Commonwealth passou a ter uma maioria não branca. Em 1961 dois terços da ONU eram compostos por países africanos, asiáticos e latino-americanos. As relações diplomáticas canadenses com países africanos expandiram de seis para vinte e um países entre 1960 e 1961. Junto a isso foi decretada a criação de uma divisão específica para a África dentro do Departamento de Relações Exteriores do Canadá. (TENNYSON, 1982. p. 158).

Estas mudanças de configuração no cenário geopolítico global pressionaram por novas mudanças na postura internacional dos países do Norte Global quanto as descolonizações. a repercussão internacional do Massacre de Sharpeville⁷³ e sua subsequente condenação reverberou em diferentes espaços, aumentando a visibilidade da violenta da repressão sul africana.

Após o referendo de outubro de 1960 que decidiu a transformação da África do Sul em uma república a sua situação dentro da *Commonwealth* teve que ser revista pelos membros integrantes⁷⁴. A readmissão da África do Sul, agora sob o status de república, precisaria de aprovação unanime de todos os países inclusos. Dada a grande movimentação contra a sua reentrada, aliada a falta de apoio dos países ocidentais, a África do Sul retirou a sua candidatura de reingresso. Sendo assim, em 31 de maio de 1961, data em que se tornou república, o país também deixou de fazer parte da *Commonwealth*.

⁷² Documento disponível no anexo C.

⁷³ O Massacre de Sharpeville ocorreu em 21 de março de 1960 durante as manifestações contra as leis de passe na África do Sul. A polícia sul africana abriu fogo contra os manifestantes utilizando armamento letal, matando 69 pessoas, incluindo 29 crianças.

⁷⁴ A saída da África do Sul da Commonwealth no início da década de 1960 colocou dois importantes postulados do órgão em atrito: O princípio de não interferência e a igualdade entre os povos. Em referendo feito em 1960 a população da então União Sul Africana decidiu pela adoção da república. A partir disso os líderes políticos sul africanos buscaram enquadrar a África do Sul na Commonwealth sob o estatuto de 'república membro', o que foi barrado por ação de diferentes países recém independentes.

Estes atritos entre as velhas alianças canadenses e as posições políticas das novas nações surgidas entre 1950 e 1960 podem ser observados através da fala de Lester Pearson, líder da oposição durante o governo Diefenbaker. Embora sua postura fosse contra a saída da África do Sul da *Commonwealth*, Pearson admitiu o seguinte em uma fala ao congresso:

It has been suggested in some quarters that if the governments of the commonwealth took irresponsible or drastic or strong action it might drive South Africa out of the commonwealth. [...] South Africa may drive herself out of the commonwealth by forcing a choice between her policies and the views of other members. I read only this morning a report from Kuala Lumpur in Malaya which underlines this danger". (PEARSON, 1960. p. 3323).

Essa fala ocorreu em 27 de abril de 1960, pouco mais de um mês do massacre de Sharpeville. Também se destaca o último trecho da fala recortada de Pearson. Sua percepção de perigo com possibilidade da saída dos países afro-asiáticos demonstra a pressão que estes faziam na *Commonwealth* pela condenação das práticas segregacionistas da África do Sul.

Em Belfast, alguns dias antes da conferência de 1961, Diefenbaker expressou relutância quanto a não admissão da África do Sul:

No one wishes to interfere with the domestic affairs of any member, [...] No one would like to sit in judgment on his fellow-member. But on the other hand... Any association that hopes to play an effective role in the world must... Endeavour to bring about co-operation and understanding between races. (INGRAM, 1961. p. 252)

Essa fala demonstra parte da transição que estava ocorrendo na política externa canadense. Durante o século XX o Canadá foi um defensor da autonomia dos países da *Commonwealth* no plano das políticas domésticas, advogando a favor de uma não intervenção. Este postulado começou a ser revisto em diferentes situações, o que se deu em boa parte devido à pressão destes emergentes países por igualdade racial.

O papel de liderança na saída da África do Sul deve ser atribuído aos líderes da Índia⁷⁵, Gana⁷⁶, Nigéria⁷⁷ e Malásia⁷⁸. A pressão exercida por estes países foi fundamental para a revisão da política externa do Canadá. A preocupação da administração Diefenbaker era assegurar a integridade da *Commonwealth*, pois ela oferecia vantagens no contato com os países recém independentes em África e Ásia, exercendo sua influência de maneira que não seria possível através de outros mecanismos. Dada a preocupação que o Canadá tinha frente aos Estados Unidos, a sua conexão via *Commonwealth* com o restante do mundo o possibilitava formas de balancear a influência dos Estados Unidos. Uma das ferramentas que beneficiavam o Canadá era a vantagem tarifária existente entre os integrantes da organização.

As crescentes adições na Commonwealth durante as décadas de 1960 e 1970 escancaravam a questão da incompatibilidade de um regime segregacionista dentro de um órgão que cada vez mais rumava para uma abertura a diferentes povos.

Conforme comenta Hayes:

Not only had the value of the association as a forum promoting closer relations between peoples of different races been handicapped by the presence of a member which practiced racial discrimination, but the continued existence of the Commonwealth as a multiracial body was at stake. (1980, p. 462).

A segunda crise da política externa canadense se dá na declaração unilateral de independência da Rodésia em 1965 e a subsequente adoção de um regime de minoria branca. A urgência deste evento e as diferentes posturas frente ao ocorrido tomadas pelos integrantes da *Commonwealth* alertaram os países afro-asiáticos, sobretudo os africanos. O Canadá tomou o papel de mediador entre os países afro-asiáticos e as diferentes posições de países como

⁷⁵ Jawaharlal Nehru foi primeiro-ministro da Índia de 1950 até 1964.

⁷⁶ Francis Kwame Nkrumah foi primeiro-ministro de 1957 até 1960, sendo presidente de 1960 até 1966.

⁷⁷ Abubakar Tafawa Balewa foi o primeiro e único primeiro-ministro da Nigéria, de 1957 até 1966.

⁷⁸ Tunku Abdul Rahman foi o primeiro primeiro-ministro da Malásia, de 1957 até 1970. Mais informações sobre estes líderes e o seu papel de agenciamento na saída da África do Sul em Freeman (1997).

Inglaterra e Austrália dentro dos órgãos diplomáticos, negociando em diversos momentos os anseios por atitudes incisivas vindas por parte dos países do Terceiro Mundo e as decisões dos países do Norte Global.

Por último, a retomada da venda de armamentos por parte da Inglaterra à África do Sul nos anos 1970 gerou uma nova situação de desconforto. Novamente a legitimidade da *Commonwealth* e seus propósitos eram postos em pauta pelos países afro-asiáticos nas diferentes conferências do órgão.

Essa posição de ‘reparador útil’, verificada nestas três ocasiões, influenciou a abordagem canadense a respeito da política racial sul africana. Sua necessidade de rever a postura diplomática com a África do Sul precisa ser compreendida no contexto das alterações de configuração de órgãos como a ONU e a própria *Commonwealth*.

Essa mudança de posição do Canadá veio acompanhada de críticas ao setor privado ligado a atividades na África do Sul, já que um dos principais setores da economia canadense, a mineração, esteve historicamente engajado na economia sul africana. (SAUL, 2017. p. 86). J. R. Bradfield, presidente da *Noranda Mines*⁷⁹ e presidente do *Canadian Institute of Mining and Metallurgy* (CIM)⁸⁰ comentou: “most of us deplore the part our government has played in South Africa leaving the Commonwealth” (FREEMAN, 1997. p. 28). Neste quesito a saída da África do Sul da *Commonwealth* colocaria em risco futuras operações econômicas do setor minerador, já que com a sua saída a manutenção das tarifas especiais entre os dois países seria colocada em risco.

Em julho de 1961 em pesquisa feita pelo *Canadian Institute of Public Opinion* (CIPO), constatou que 50% dos canadenses apoiavam uma relação amigável com a África do Sul. Apenas um grupo de 5% era favorável a um corte total nas relações entre os dois países. (MUNTON *et al.*, 1987. p. 10).

A partir do governo Diefenbaker a incipiente nova abordagem do Canadá – que agora pendia para a condenação – se manteve oscilante em diferentes

⁷⁹ Fundada em 1922 a Noranda era uma empresa de mineração e metalurgia. A empresa se fundiu com a Falconbridge em 2005.

⁸⁰ Autarquia fundada em 1898 o CIM reúne profissionais da área da metalurgia, mineração e petróleo.

ocasiões. Sua política externa alternou entre a condenação dos regimes de minoria branca – aliada as pautas dos direitos humanos e da democracia – e a necessidade de mediar seus interesses econômicos e os interesses dos países brancos da *Commonweath*.

A questão da Rodésia no contexto das sanções impostas pelo conselho de segurança da ONU⁸¹ exemplifica as oscilações do ‘discurso oficial’ da política externa canadense quanto ao envolvimento do seu setor privado em regimes de minoria branca. A *Falconbridge*, grande mineradora canadense, continuou a operar na Rodésia, mantendo relações corporativas normais com seu escritório central no Canadá. Mesmo que os investimentos na Rodésia fossem proibidos pela lei canadense, de acordo com as sanções de 1966 e 1967, o governo do Canadá não se mobilizou para fiscalizar as quebras na lei, independentemente das fortes evidências que comprovavam estas violações (FREEMAN, 1997. p. 34). As filiais da *Bata*⁸² e da *Massey-Ferguson*⁸³, empresas canadenses (e sediadas no Canadá) que operavam na Rodésia, continuaram a exportar produtos para a África do Sul apesar das sanções impostas.

Essa tendência na manutenção dos laços econômicos com países de minoria branca e/ou ainda sob administração colonial se manteve nas administrações seguintes. Em 1970 um estudante da Carleton University perguntou ao primeiro-ministro Trudeau se a política econômica canadense com a África do Sul poderia ser conciliada com a condenação ao *Apartheid*. Essa resposta apareceu no jornal *Toronto Telegram* em 25 de fevereiro de 1970, com o primeiro-ministro respondendo:

I have a very poor answer to that. We are keeping on with our trade despite the fact that we condemn this policy (apartheid) in the United Nations. We are not very proud of this approach. It's

⁸¹ Destaco aqui a invocação do artigo 41 do Conselho de Segurança da ONU, feito em 16 de dezembro de 1966, implementando sanções econômicas obrigatórias na Rodésia. Resolução 232 de 1966.

⁸² Bata Corporation é uma das maiores fabricantes de calçados do mundo. Foi fundada em 1894 na Áustria-Hungria, hoje República Tcheca.

⁸³ Massey Ferguson é uma das maiores fabricantes de maquinários agrícolas do mundo. A empresa como é conhecida hoje é resultado da fusão, em 1953, da canadense Massey-Harris e a Ferguson-Brown do Reino Unido.

not consistent. We should either stop trading or stop condemning (BLANCHETTE, 1980. p. 165).

A abordagem política que pregava a manutenção de relações econômicas aliada as pautas de justiça social viria a se cristalizar em um comunicado oficial, *White Paper*, em 1970, dois anos após Pierre Trudeau assumir ao cargo de primeiro-ministro. Foi também na década de 1970 que a sociedade civil canadense demonstrou seu maior fôlego na crítica a este tipo de conduta político-econômica em relação a África Austral e os regimes de minoria branca do continente. O próximo trecho irá retratar de forma sintética as novas posições do Canadá a partir de 1970 em seu comunicado oficial e o alargamento das queixas do movimento de solidariedade canadense, apresentadas brevemente aqui através do *Black Paper*, espécie de contra-comunicado organizado por diferentes organizações da sociedade civil (OSC).

3.2. A expansão do ativismo de solidariedade canadense na década de 1970

Em formato de livreto, em 1970, o governo canadense emitiu um documento balizando seus novos posicionamentos para a política externa. Colocando o comércio como o principal motor da sua agenda política com o objetivo de diversificar seus mercados para além da esfera dos Estados Unidos (HILLMER, 2004. p. 233) o *Foreign Policy For Canadians*, chamado de *White Paper*⁸⁴, expressou sua preocupação em exercer uma política autônoma e distanciada do seu histórico papel de “reparador útil”, denominação atrelada ao seu recente passado de ‘resolverdor de conflitos’ entre os países do Norte Global e os países do Terceiro Mundo, como por exemplo, na crise de Suez⁸⁵.

It is even riskier—certainly misleading—to base foreign policy on an assumption that Canada can be cast as the "helpful fixer" in

⁸⁴ Uma tradução possível de ‘White Paper’ pode ser ‘memorando’ ou ‘comunicado’. Este trabalho utilizará o termo ‘White Paper’ para se referir ao documento *Foreign Policy for Canadians* de 1970.

⁸⁵ Após a nacionalização do Canal de Suez no Egito em 1956 forças de Israel, França e Reino Unido invadiram o país apesar da oposição internacional. A resolução do conflito teve protagonismo de Lester Pearson, no período secretário de Estado dos assuntos externos do Canadá.

international affairs. That implies, among other things, a reactive rather than active concern with world events, **which no longer corresponds with international realities or the Government's approach to foreign policy.** (CANADÁ, 1970. p. 08. grifo nosso)

Outro foco de sua nova roupagem política foi uma preocupação para com a promoção da justiça social, principalmente no eixo da discriminação racial (Ibid., p. 14). Essa nova postura conseqüentemente teve que lidar com a questão da África do Sul. Entre as implicações das novas diretrizes uma se destaca: Como manter uma postura de denúncia aos crimes contra a humanidade e simultaneamente defender uma agenda econômica irrestrita?⁸⁶ A aproximação econômica com países que regularmente denunciava fazia parte da agenda canadense desde o início do século, principalmente em suas relações com a África do Sul, Rodésia e os territórios da África Portuguesa.

Buscando mediar estas duas posturas o *White Paper* conciliou estes dois objetivos: O desenvolvimento econômico e a denúncia às violações dos direitos humanos. Ao se apresentar como o país ocidental desenvolvido que mais simpatizou com as causas do continente africano o Canadá apresenta a sua 'dupla reação' a esta questão:

The reaction of Canadians has two main characteristics. One is a broad revulsion against the racial discrimination practised in southern Africa, and a general agreement that self-determination for Africans is a principle that cannot be denied. This reaction has been articulated by Canadian churches and other organizations, and by individuals. The other is the reaction of businessmen who see better-than-normal opportunities for trade and investment in the growing economy of the Republic of South Africa, or of those who are conscious of the practical limitations of effective outside influence on the pace of developments in South Africa. These latter views do not necessarily reflect approval of the system in that country but recognize current realities [...] The possibilities for Canada to exercise significant influence on the situation must be recognized as limited (Ibid., p. 19).

⁸⁶ Quanto a questão das relações econômicas irrestritas o país deixou claro sua postura de comercialização com todos os povos, independente de suas posturas políticas. (CANADÁ, 1970, p. 19-20).

Fazendo paralelos com outras nações a expansão do comércio, base de suas novas diretrizes, se faz presente nestes dois pontos:

The Canadian Government's attitude can be seen as reflecting two policy themes which are divergent in this context: (1) Social Justice and (2) Economic Growth. The first theme has been pursued in Canadian policy statements and in its actions against the illegal regime in Rhodesia, as well as the embargo on the shipment of significant military equipment to South Africa and Portugal. The second reflects Canada's basic approach, which is to trade in peaceful goods with all countries and territories regardless of political considerations. This principle has motivated Canadian trade with China and Cuba, as well as with authoritarian regimes of the right and left with whose policies Canada does not agree. (*Ibid.*, p. 19)

Adotar uma linha na política externa que rechaçasse o envolvimento econômico com os países de minoria branca consequentemente comprometeria sua posição com estas nações. Ou o Canadá se afirmaria com os países africanos, defendendo o princípio da igualdade, ou, se manteria ao lado dos regimes de minoria branca, visando os benefícios econômicos. A escolha tomada no *White Paper* defende essa dupla ação: denunciar e negociar (CANADÁ, 1970, p. 20).

O *Foreign Policy for Canadians* de 1970 foi criticado por setores da sociedade civil engajados com o ativismo de solidariedade. Criado no mesmo ano o *Committee for a Just Canadian Policy Towards Africa*⁸⁷ através de Cranford Pratt⁸⁸ lançou o *Black Paper*, um documento voltado a criticar a recente publicação das novas diretrizes da política externa do país. Este comitê pediu a

⁸⁷ Organização criada em maio de 1970 na cidade de Toronto. O *Committee for a Just Canadian Policy Towards Africa* reuniu diferentes personalidades engajadas com o ativismo de solidariedade. Entre os integrantes do grupo estavam clérigos, representantes de organizações de voluntariado, sindicalistas, empresários, acadêmicos e voluntários do *Canadian University Service Overseas* (CUSO) que haviam retornado ao Canadá. Mais informações em SAUL (2014).

⁸⁸ Ativista, foi professor de Estudos Africanos na University of Toronto e o primeiro reitor da universidade de Dar es Salaam na Tanzânia (na época, Tanganyika). Mais informações em: <https://politics.utoronto.ca/2016/09/remembering-robert-cranford-pratt/> Acesso em: 28/03/2023.

Cranford Pratt e Garth Legge⁸⁹, junto a dois outros autores, Hugh Winsor⁹⁰ e Rick Williams⁹¹, para criarem um documento que rebatesse o comunicado oficial canadense. Publicado em setembro de 1970 o *Black Paper* buscou apontar o envolvimento passado canadense com os regimes brancos do continente africano. Entre as denúncias estão as ligações entre o Canadá e o colonialismo português: como na questão do envio de equipamentos com fins militares através de sua ligação na OTAN⁹² e o projeto da hidroelétrica de Cabora Bassa⁹³ em Moçambique.

O objetivo da resposta foi atacar as bases filosóficas da posição canadense quanto a África Austral ao escancarar a incompatibilidade da abordagem dupla assumida pelo governo do Canadá frente aos horrores do colonialismo e do preconceito baseado na raça. O centro da sua argumentação orbitou na crítica dos laços econômicos e como estes últimos se sobrepõem a valores como a justiça social e os direitos humanos. O *Black Paper* colocou a relação econômica entre Canadá e estes países como sendo a principal base de sustentação da persistência do *Apartheid* e do colonialismo.

⁸⁹ O reverendo Garth Warren Legge esteve envolvido com o ativismo de solidariedade desde os anos 60. Se tornou o presidente da World Outreach Division da UCC. Também foi missionário na Zâmbia (na época, Rodésia do Norte), sendo retratado como o 'pai dos missionários' canadenses envolvidos com a rede internacional de ativismo. Segundo Kofi Hope: "Garth Legge, the 'father' of these missionaries, is a prime example, having interacted with a variety of regional liberation movement activists through serving on the board of the Mindolo Ecumenical Centre in Kitwe Zambia from 1959-1964 [...] Kirkwood, Legge and the other former missionaries were part of a larger network of progressive activists that was existed within the church during the 1960s-80s." (2012. p. 189). Mais informações em: <https://www.legacy.com/ca/obituaries/theglobeandmail/name/warren-garth-obituary?id=40495705> Acesso em: 28/03/2023.

⁹⁰ Jornalista no The Globe and Mail, também foi voluntário pela CUSO na Tanzânia. Fundou o North-South Institute e trabalhou nos quadros da OXFAM-Canadá. Mais informações em: <https://www.gq.ca/en/honours/recipients/146-15580> Acesso em: 28/03/2023.

⁹¹ Ativista canadense. Trabalhou com a CUSO na Tanzânia, tendo feito parte do Project Mozambique em Toronto. Foi membro do International Education Project. (LEGGE, 1970. p. 363), (SAUL, 2014. p. 196).

⁹² O Canadá mantinha a exportação de peças de reposição para a aviação militar que incluíam peças de motores a jato que equipavam os F-86 Sabre da força aérea sul africana e portuguesa. (LEGGE *et. al.*, 1970. p. 392).

⁹³ Finalizado em 1974, no oeste de Moçambique, este foi um megaprojeto de engenharia orquestrado pelo Império Português com apoio da África do Sul. A usina hidroelétrica foi alvo de muita controvérsia, já que sua posição geográfica ocasionou grandes impactos ecológicos e sociais no rio Zambeze. Sua construção tinha por objetivo fornecer energia para as indústrias sul africanas.

Embora o documento não advogue por uma postura incisiva, recomendando o estrangulamento de todo e qualquer investimento ou relação econômica, este foi um passo importante na crítica ao longo legado de duplicidade que o Canadá veio desempenhando nas décadas anteriores.

Um ano após o *Black Paper* foi publicado pelo *Committee for a Just Canadian Policy towards Africa* um novo comunicado chamado *Further Notes on An Alternative Policy For Canada Towards Southern Africa*. Nele, buscou-se fazer um balanço geral das mudanças ocorridas até então. Passado um ano 15 mil cópias do *Black Paper* de 1970 foram vendidas, assim como um número crescente de grupos começaram a adotar as recomendações feitas nele. Entre eles: a *United Church of Canada* (UCC), a Igreja Anglicana e a *Young Women Christian Association* (YWCA) do Canada. (MATTHEWS & HELLEINER, 1971. p. 359).

A década de 1970 foi marcada pela postura dupla anunciada no *White Paper*. As relações econômicas do Canadá com a África do Sul, Rodésia os territórios da África Portuguesa fizeram grande parte dos laços econômicos que o Canadá tinha com o continente africano. Os interesses do setor privado em manter tarifas econômicas especiais para com a África do Sul aliada a pressão feita pela comunidade empresarial a favor dos dispositivos governamentais de fomento e segurança comercial⁹⁴ foram peça marcante nas relações econômicas de diferentes setores, principalmente o setor bancário e o de mineração. O *Department of Industry, Trade and Commerce* foi uma peça importante nas ações de *lobby* contra a adoção de sanções durante todo este período. Freeman apresenta a íntima relação que havia do setor privado canadense com o governo do Canadá. Essa relação foi construída através dos corpos de diretores de instituições governamentais como a *Export Development Canada* (EDC) e a *Canada Development Corporation*⁹⁵ (CDC) (1997, p. 57). Estes laços faziam com que as reivindicações do movimento de solidariedade no país não surtiram o efeito desejado, não ocorrendo a tradução de suas demandas em políticas

⁹⁴ No caso apresentado, os órgãos públicos de fomento ao comércio exterior como o *Export Development Canada* (EDC) e o *Canada Development Corporation* (CDC).

⁹⁵ Criado pelo governo canadense em 1971 o CDC foi uma organização voltada ao fomento das indústrias privadas do país através de investimentos públicos e privados.

públicas que coibissem o relacionamento entre o setor privado do Canadá e os regimes brancos da África Austral. Em matéria de legislações voltadas ao setor privado a relação com a África do Sul começou a mudar a partir de 1977, mesmo assim, segundo Keenleyside (1983), o impacto foi pequeno se analisarmos a balança comercial do Canadá.

O que reforçava mais ainda o apelo pelo corte de relações em prol da salvaguarda dos valores de justiça social era o fato das margens de ganhos serem extremamente pequenas. O *Black Paper* buscou salientar este ponto. Mais tarde outros movimentos irão tocar no mesmo quesito ao criticarem a resiliência canadense em manter conexões econômicas com a África do Sul. Essa conexão mais tarde foi explorada na denúncia do envolvimento dos bancos do país com o *Apartheid*.

As margens de ganho do Canadá com a África do Sul foram pequenas. As exportações canadenses para a África do Sul representavam 0,7% de todas as exportações na década de 60. Este número foi para 0,3% na década de 70. Já as importações foram 0,3% a 0,4% do total durante as décadas de 60 e 70. (FREEMAN, 1997, p. 57). Em 1970 o comércio canadense com o restante do continente africano era maior do que com a África do Sul, e em 1976 o comércio com a Argélia ultrapassava a África do Sul como sendo o maior mercado dos produtos canadenses. (*Ibid.*). No seu auge o investimento direto canadense na África do Sul era apenas 0,73 de todo o montante de investimentos feitos ao redor do mundo (*Ibid.*, p. 58), com a década de 70 representando um pico de investimentos feitos por bancos canadenses ao país, porém, eles logo decaíram (*Ibid.*, p. 58). Colocando estes dados em perspectiva uma pergunta surge: Por que a política canadense se mostrou tão persistente quanto as reivindicações dos ativistas?

Freeman (1997) traz algumas contribuições que podem nos ajudar a compreender o tema. A primeira é a nova política econômica e industrial do governo Trudeau. A segunda está nas relações estreitas que existiam entre o Estado canadense e seu setor privado. De forma resumida se buscará tratar dos dois pontos. Quanto a política econômico-industrial a administração Trudeau tinha um objetivo claro: "Increase manufactured exports and to diversify

Canadian economic relations outside of North America. Relations with South Africa fitted both objectives.” (Ibid., p. 58). Mesmo que a África do Sul representasse uma parcela pequena do comércio exterior é importante lembrar que o Estado sul africano foi por duas décadas o maior parceiro canadense do continente após a Segunda Guerra Mundial. Entre 1950 e 1969 70% das exportações canadenses que iam ao continente africano estavam indo para a África do Sul. (Ibid., p. 58).

Embora o comércio com a África do Sul tenha caído bastante na década de 70 a sua manutenção não perdeu relevância, pois, as operações comerciais entre os dois países eram as que menos dependiam de subsídios estatais de todo o continente africano. Ou seja, eram de baixo custo de manutenção. (Ibid., p. 58). Em níveis de cadeia de produção e estratégia industrial os itens canadenses eram muito bem recebidos no país, já que o envio destes fazia parte da estratégia da administração Trudeau em diversificar os produtos vendidos para o exterior. (Ibid., p. 58). Para além da estratégia estatal Linda Freeman pontua os interesses do setor privado na manutenção das relações econômicas. Quando a questão das sanções está posta em pauta existe uma diferença entre as companhias que são canadenses, como no caso dos grandes bancos envolvidos nos empréstimos à África do Sul, e as empresas de capital global operando no Canadá – com filiais em diversos países como EUA, Inglaterra e África do Sul.

Fora os bancos envolvidos a maior parte das exportações canadenses para a África do Sul na década de 1970 vinha de um pequeno grupo de oito grandes corporações transnacionais que operavam através do Canadá⁹⁶. (Ibid., p. 59). Um estudo que analisou as vinte e oito maiores empresas canadenses operando na África do Sul na década de 1970 descobriu que elas compartilhavam de forma interligada noventa diretorias⁹⁷ entre os cinco maiores

⁹⁶ Em 1976 a Ford Canadá era responsável por 25% das exportações canadenses para a África do Sul. Mais informações em: SACTU Solidarity Committee. Trafficking in Apartheid. p. 93. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=XhcvAQAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em: 03/04/2023.

⁹⁷ Se relacionavam no sentido de compartilharem propriedade, copropriedade e filiações em conselhos administrativos. Estas relações se expandiam em uma rede transnacional de acordos

bancos canadenses envolvidos com empréstimos à África do Sul. (PRATT, Renate. 1982. p. 10-12 *Apud.*, FREEMAN, 1997. p. 324).

O exemplo do *Bank of Nova Scotia* serve para sintetizar a rede de relacionamentos que havia entre diversas instituições privadas canadenses. De 1969 até 1984 o *Bank of Nova Scotia* foi o principal distribuidor e importador no Canadá da moeda de ouro *Krugerrand*. Em 1980 o presidente do banco, Cedric Ritchie, se tornou diretor da MINORCO, um braço de investimentos de dois dos maiores conglomerados empresariais sul africanos, a *Anglo-American*⁹⁸ e a *De Beers*⁹⁹, ambas ligadas ao setor de mineração. (Ibid., p. 60). A MINORCO por si controlava uma empresa sediada em Nova York, a *Inspiration Resources Corp.*, que era proprietária de 100% da *Hudson's Bay Mining and Smelting*¹⁰⁰, uma das maiores empresas do norte da província de Manitoba no Canadá. A intrincada rede de relacionamentos entre diversas empresas multinacionais tornava as ações de *lobby* mais eficazes. Bueckert (2020) comenta que órgãos como o *Canadian-South African Society*¹⁰¹ (CSAS) representavam as ligações estruturais dos interesses sul africanos no Canadá. (p. 126-127). O interesse em manter as tarifas preferenciais que existiam entre África do Sul e Canadá e a ação de “lavagem de relações econômicas” das empresas dos EUA através do Canadá¹⁰² exerciam forte influência nas decisões da política externa canadense. (FREEMAN, 1997. p. 61, 324).

de parceria que amarravam as empresas de capital canadense e estrangeiro (operando no Canadá) com a África do Sul.

⁹⁸ Fundada na África do Sul em 1917 a Anglo American Corporation é uma mineradora multinacional sediada na Inglaterra. Atualmente ela é a maior extratora de platina do mundo.

⁹⁹ Fundada em 1888 por Cecil Rhodes, famoso expoente do imperialismo inglês, o grupo De Beers é uma multinacional especializada na extração, comércio e manufatura de diamantes.

¹⁰⁰ Fundada em 1927 no Canadá a Hudson Bay Mining and Smelting Co. é uma empresa do ramo da mineração. Começou suas operações na província de Manitoba, Canadá, atualmente expandindo suas ações de extração em países como Peru e Estados Unidos.

¹⁰¹ Fundada em 1979 a CSAS agiu como oposição ao movimento antiapartheid no Canadá, sendo um dos principais órgãos de lobby da propaganda sul africana no país. “the society had more than 20 directors across the country, many of them corporate executives of major corporations with business interests in South Africa, among other academics and political elites.” (BUECKERT, 2020. p. 126). Mais informações em Bueckert (2020).

¹⁰² Empresas estadunidenses sediadas no Canadá tinham acesso as tarifas preferenciais que existiam entre Canadá e África do Sul. A pressão exercida pelo movimento antiapartheid dos EUA aliada as novas leis referentes a África do Sul nos Estados Unidos valorizavam ainda mais a opção das empresas em operar pela via canadense.

Estes fatores influenciaram o desenvolvimento da dupla postura canadense quanto as questões da África Austral, notadamente em relação ao *Apartheid*. Entretanto, a manutenção dessa dicotomia não deixaria de ser combatida pela sociedade civil. Através da década de 1970 diversos grupos vindos de múltiplos contextos sociais se uniram em oposição ao sistema sul africano vigente. Travada em diversos países a luta contra o *Apartheid* tomou diferentes abordagens em seu desenrolar. Uma das formas de oposição foi através das práticas de boicote e desinvestimento. O histórico negativo do Canadá em sua relação comercial com a África do Sul já vinha sendo criticado na década anterior, principalmente através de grupos ligados aos movimentos de libertação da África Austral e a oposição ao racismo do *Apartheid*¹⁰³. Começando de forma lenta na década de 1960 o movimento de solidariedade canadense veio a ganhar musculatura a partir das décadas seguintes, em especial na década de 1970 (SAUL, 2014), com o início da década apresentando uma intensificação dos protestos.

Os pedidos de revisão e construção de uma nova abordagem em relação ao continente africano eram acompanhados pelas denúncias de cumplicidade do setor privado canadense. Conforme observado no *Black Paper* existia uma conexão entre o envolvimento econômico do Canadá com estes regimes - através de suas empresas - e a manutenção das estruturas de poder e opressão.

Com o aumento dos comitês através da década de 1970 as pautas anticorporativas se tornaram indissociáveis da luta contra o *Apartheid* e o apoio as libertações. A luta pela justiça social em África compelia os comitês do outro lado do atlântico a agirem sobre as estruturas que identificavam como perpetradoras do sofrimento na região.

Em duas vias a ação ocorria no Canadá: pressionando o governo a tomar ações quanto as reivindicações e agindo diretamente contra as companhias que

¹⁰³ Grupos como o *Canadian Committee on Zimbabwe*, ligado ao professor Cranford Pratt; o *Liberation Support Movement (LSM)* criado por Donald Barnett, antropólogo formado pela UCLA, são exemplos de movimentações da sociedade civil do Canadá que lutaram a favor de princípios como NIBMAR (No Independence Before Majority Rule) e a causa antiapartheid ainda na década de 1960.

eram identificadas como financiadoras destes regimes. Segundo John Saul, do ponto de vista internacional os ativistas presentes nos comitês compartilhavam uma visão dupla de ação:

Many of us had indeed sought to carry out a struggle on two fronts, both against the structures of oppression as they manifested themselves in southern Africa but also against those agents engaged in placing North America on the wrong side of the war for the future of southern Africa – on the side, that is, of power and exploitation, past and present, rather than on the side of the oppressed and exploited people themselves (2017, p. 36).

Agir em seu próprio país era a forma que os ativistas enxergavam de exercer controle sobre as ações danosas dos interesses econômicos e políticos do Ocidente, ajudando os povos africanos em seu processo de libertação. (*Ibid.*, p. 36-37). Neste processo, cidadãos mundo afora se organizaram “from bellow, to take noteworthy initiatives to challenge their own country’s support of racist rule – and to give succor as they could to those on the ground in Southern Africa. (*Ibid.*, p. 53).

Nos anos seguintes essa rede se expandiu. Crescendo em número e nas atividades que desempenhavam:

Support work did continue to expand throughout the ‘70s, however. Numerous groups emerged in a range of diverse centres and engaged in a substantial range of parallel initiatives: the lobbying of various levels of government, a growing array of anti-corporate actions, the hosting of the visits of representatives of the liberation movements, some fund-raising on the latter’s behalf, and various forms of “propaganda” work (talks, film-shows, publications). (SAUL, 2014. p. 199)

No ano de 1970 uma marcha em frente à embaixada sul africana em Ottawa encheu seus degraus com caixões de madeira em memória ao décimo aniversário do massacre de Sharpeville. (HOPE, 2012. p. 58). Em entrevista a Kofi Hope, Clyde Sanger, ativista e repórter da cidade de Ottawa, comenta que as mulheres da UCC mantiveram vigílias a luz de velas em frente à embaixada por toda a década. (*Ibid.*, p. 58).

Em junho de 1971 o *House of Commons Committee on External Affairs and National Defense* estabeleceu uma série de audiências públicas a respeito do *Foreign Policy for Canadians* que incluía também uma seção maior dedicada à África Austral. Respostas escritas foram enviadas por diversos grupos interessados, entre eles: *Committee for a Just Canadian Policy*, *Canadian University Service Overseas* (CUSO), *New Democratic Party* (NDP) e a YWCA. (LADOUCEUR, 1978. p. 88). A reunião montada pela *House of Commons* ouviu os representantes de apenas três grupos: O *The Committee for a Just Canadian Policy for Africa*, a YWCA e o CUSO. (SAUL, 2014. p. 199). De acordo com testemunhas presentes na audiência do dia 01 de junho quase nada do que foi proposto nas 21 recomendações do *Black Paper* foi levado em consideração pelo governo. (LADOUCEUR, 1978. p. 88).

Em protesto a ação da *Alcan*, que estava entregando 4 milhões de dólares em materiais para a construção da barragem de Cahora-Bassa em Moçambique, o grupo *Project Mozambique* tornou quarenta de seus membros em acionistas da empresa. Em 1971 o grupo fez uma fala contra a construção da represa na reunião anual de investidores da *Alcan Co.* (SAUL, 2014. p. 196). John Saul alega que a ação do *Project Mozambique* abriu precedentes, influenciando outros grupos em questões de estratégia. (*Ibid.*, p. 203).

Em 1971 O *Committee for a Just Canadian Policy Towards Africa* produziu outro documento, dessa vez se opondo ao recente retorno da venda de armamentos da Inglaterra para a África do Sul. Com o título *The Commonwealth at Stake* o comunicado produzido por Linda Freeman, Gerald Helleiner e Robert Matthews exigiu que o governo canadense fizesse oposição aos acordos firmados entre estes dois países. (FREEMAN, 1997. p. 69).

No ano de 1973 um grande evento marcou a trajetória dos comitês de solidariedade. Simultaneamente a conferência da *Commonwealth* de 1973 em Ottawa foi organizado na mesma cidade um encontro chamado *People's Forum on Southern Africa*. O evento foi preparado por diversas organizações canadenses, entre elas: *Southern Africa Information Group*, TCLPAC, *Liberation Support Movement* (LSM), CUSO, OXFAM e a *United Nations Association*. Essa 'contra-conferência' ocorreu na University of Ottawa, recebendo grande

cobertura midiática devido a presença de palestrantes vindos dos movimentos de libertação do Zimbábue (na época Rodésia) e representantes de países africanos. (LADOUCEUR, 1978. p. 89).

1973 foi um ano movimentado. Uma grande marca foi a produção do *Investment in Oppression* da YWCA. John Saul expressa a profundidade que fora a sua publicação no período.

Crucial seeds of a critique of Canada's corporate sector were sewn in a key document, *Investment in Oppression*, one of the first initiatives to present this southern African issue and its Canadian connection clearly to a wider audience. (SAUL, 2014. p. 198).

Freeman também expressa uma visão semelhante quanto ao peso da TCCR na construção do movimento *antiapartheid* canadense:

In this period, the founding of the ecumenical Taskforce on the Churches and Corporate Responsibility (TCCR) was to give the anti-apartheid movement one of its most enduring, effective, and informed lobbies [...] In its campaign against corporate and bank involvement, the taskforce met with senior corporate executives, conducted spirited questioning at corporate annual general meetings, and submitted shareholder resolutions to stop business dealings in South Africa (1997. p. 69).

No caso da campanha contra os bancos, o papel da TCCR é ainda mais evidente: "The greatest taskforce success came out of its campaign to stop Canadian banks from participating in international consortia providing major financial assistance to South Africa." (*Ibid.*, p. 70).

No estudo chave da YWCA o grupo apresentou recomendações explícitas quanto ao investimento canadense na África do Sul; sendo elas, mais tarde, utilizadas na mobilização de novas legislações para o meio financeiro:

The central policy recommendation that emerges [from our study] and which we now urge is that there ought to be no new Canadian investment and no expansion of existing Canadian economic operations in South Africa. Increasing Canadian investment would reinforce the strength of the white economy... [A] categorical Canadian policy to dissuade Canadian investment

would demonstrate a concern not to acquiesce in or benefit from racial oppression and would achieve a greater harmony between our economic policies and our basic political and social values. Such a policy also would break the existing pattern in which the predominantly rich and white nations align themselves with the rich, white minorities of southern Africa to profit from the exploitation of the black people. (YWCA Canadá, 1973. *Apud.*, SAUL, 2014. p. 198)¹⁰⁴.

Levando em consideração o contexto, a publicação do estudo da YWCA foi posta em um momento de expansão da crítica ao setor privado. Conforme levantado no capítulo anterior as lentes do movimento religioso já analisavam o impacto corporativo canadense no exterior desde 1972. Somando-se aos fatores foi no mesmo ano (1973) que o escândalo que envolvia os bancos canadenses veio a público. Um ano antes, em 1972, era criado o TCLPAC em Toronto.

Essa consciência anticorporativa ligada a libertação da África ganhou embalo com uma série de delações escritas por Hugh Nangle, um dos editores do jornal *Ottawa Citizen*. Em suas colunas Nangle desvelou o esquema de enriquecimento de algumas empresas canadenses (em destaque a *Ford Canadá, Alcan, Massey-Ferguson, Bata e Falconbridge*) através da exploração de mão de obra barata por meio dos sistemas de opressão racial. Em suas matérias Nangle expos o fato de que embora as empresas canadenses na África do Sul fossem lucrativas quase todas pagavam seus empregados abaixo da linha da pobreza. As denúncias aparecerem pela primeira vez no *Ottawa Citizen* em 1973. Mais tarde elas foram compiladas em formato de livreto levando o nome *The Nangle Report*¹⁰⁵, sendo distribuídas pelo *Canadian Council for International*

¹⁰⁴ Infelizmente não foi possível ter acesso ao documento diretamente e na íntegra. Existem apenas versões impressas em papel, o que dificulta a obtenção do documento. Existem duas cópias na Toronto Public Library, no Canadá. Informação disponível em: <https://www.torontopubliclibrary.ca/detail.jsp?Entt=RDM233498&R=233498> Acesso em: 15/05/2023.

¹⁰⁵ Um dos artigos de Hugh Nangle publicados no 'The Nangle Report' do CCIC está disponível no anexo D.

*Cooperation*¹⁰⁶ (CCIC) e o *Southern African Information Group*¹⁰⁷. (SAUL, 2014. p. 199).

A preocupação em manter uma boa imagem com a comunidade canadense acompanhou o desenvolvimento dos grupos envolvidos nestas campanhas de denúncia ao setor privado. A conexão que eles começaram a estabelecer com os movimentos de libertação em África levantava questões dentro dos círculos mais conservadores do Canadá.

It also proved inordinately easy for conservative voices in Canada (as in the United States) to misrepresent such movements manipulatively, either as proto-communist fronts (in part because of Eastern military assistance to them) and/or as mere “terrorist organizations.” (Ibid., 2014. p. 200).

A partir das ações da TCCR e de outros grupos a questão dos bancos e dos investimentos canadenses na África do Sul se tornou um ponto de encontro para diferentes organizações da sociedade civil engajadas no movimento *antiapartheid*.

In the 1970s, the question of Canadian bank loans and Canadian investment in South Africa provided a central focus for anti-apartheid activities on university campuses, within the trade union movement, and the NGO community. (FREEMAN, 1997. p. 70).

A largada para a campanha contra os bancos teve início através do movimento das igrejas, mais tarde, sendo acompanhada pelos comitês de solidariedade:

The initial impetus for this campaign has come from the churches. Fortified by the undertakings of American and European churches on the issue and building on the exemplary research work of Renate Pratt and others, the aforementioned

¹⁰⁶ Fundado em 1968 o *Canadian Council for International Cooperation* (CCIC) é uma coalizão formada por diferentes movimentos sociais em prol de pautas como o desenvolvimento e o combate à desigualdade.

¹⁰⁷ Grupo responsável pela produção de informações a respeito do *Apartheid* e os malefícios do colonialismo na região. Não foram encontradas mais informações sobre este grupo.

Task Force on the Churches and Corporate Responsibility (SAUL, 1978. p. 34).

A TCCR não agia sozinha, sua ação se combinava com outras organizações:

Other groups were involved in sanctions work vis-à-vis South Africa in the 1970s, and they, too, continued their efforts into the following decade. Far from ignoring the sanctions issue and shying away from confrontations with corporate Canada most anti-apartheid groups had actually been taking the need for such confrontations quite seriously. **Indeed, anti-corporate work (together with liberation movement support) became the very centre of their activities.** (SAUL, 2017. p. 111. grifo nosso).

O próprio TCLSAC mantinha a campanha contra os bancos como uma preocupação primária (*Ibid.*, p. 111), havendo conexões entre ele e a TCCR:

TCCR and TCLSAC worked effectively together to help facilitate the emergence of a majority at the Toronto City Council in support of withdrawals of city funds from offending banks. And TCLSAC also made its presence known at various bank (and other corporate) AGMs - when not picketing them, with many others, outside on the streets; it also spent hours engaged in such tricks as stuffing, for purposes of public enlightenment, the deposit and withdrawal tables of numerous Canadian bank branches with fake withdrawal slips that carried on the back injunctions against the practice of loans to South Africa and of "banking on apartheid." (*Ibid.*, p. 111).

Essa ligação entre os movimentos religiosos e as outras OSCs canadenses ajudou a moldar o movimento de solidariedade no país. John Saul pontua essa união entre a ação vinda das igrejas e o trabalho dos ativistas:

For here was a connection formed between southern African activist work and a substantial, church-based constituency of Canadians that would be of increasing importance in subsequent years as the question of Canada's questionable links with white power, especially in South Africa, became ever more prominent as a political issue. (2014. p. 203).

Para John Saul existiam duas vertentes presentes nas críticas feitas pelos movimentos de solidariedade no Canadá. A primeira é uma crítica imbuída de premissas socialistas (2017, p. 103), identificando as grandes empresas e as classes dominantes brancas do continente africano como responsáveis pela repressão na região. A segunda é uma crítica a específicos abusos de poder que partiam das corporações. Estes excessos eram combatidos sem que se aprofundasse em uma crítica que englobasse o próprio capitalismo. Para o autor estas duas abordagens eram suficientes a curto prazo para que se construísse um movimento de resistência a partir do Canadá. Para ele os problemas começariam a surgir a longo prazo, como no caso do fim do *Apartheid*.

Este laço entre diferentes campos da sociedade civil canadense impulsionou as diversas campanhas anticorporativas que começaram a surgir pela década de 1970. Elas vieram a constituir o que seria, nas palavras de John Saul, “[...] the heart and soul of the liberation-support movement” (*Ibid.*, p. 204).

3.3. Fundação do TCLPAC

Impulsionado pela emergente crítica ao papel canadense na África Austral e as descolonizações no continente africano o TCLPAC surgiu pouco depois do *Black Paper*, junto aos primeiros grandes comitês nacionais de solidariedade. John Saul, um dos fundadores do grupo, comenta sobre os movimentos presentes no Canadá envolvidos com as pautas do continente africano antes da fundação do TCLPAC:

Not that there weren't principled Canadians, alert to the issue of southern Africa and to the enormities of white minority rule there prior to 1972. Thus, when I arrived home (in 1972) the work of stitching together such a group of Canadians concerned with and about southern Africa had already begun, but much remained to be done. (2009, p. 79-80).

Muitos dos envolvidos em organizações de apoio e solidariedade entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 eram voluntários do

Canadian University Service Overseas (CUSO) e outras OSC canadenses que estavam envolvidas com atividades no continente africano.

[...] there were others in Toronto and elsewhere in Canada who were already engaged with liberation support and anti-apartheid activities. There were also a lot of fresh recruits to such a struggle, some returned from assignments with CUSO and other Canadian NGOs in Africa [...] (*Ibid.*, p. 24).

Os movimentos de solidariedade durante a década de 1970 passaram a receber e integrar (e serem formados por) canadenses que haviam retornado do continente africano. Este é o caso de John Saul e outros. Saul cita o seu encontro com Samora Machel¹⁰⁸ no contexto de seu envolvimento com a FRELIMO durante os anos que esteve na Tanzânia como um dos fatores que o influenciaram em sua trajetória no Canadá. Em uma reunião com Machel, em sua casa, o canadense comenta:

The echo of the words of Frelimo's President, Samora Machel, in my back garden immediately upon my return from Tete and on the eve of my departure with my family to come back to Toronto still rang in my ears: "The knowledge of our country's struggles is, in your country, still this much" (and he held up his thumb and forefinger positioned merely a millimeter apart). "You must go and help us to do something about that". It was not "an order" exactly but it was very difficult to ignore – and, in any case, it fit well with my own evolving thoughts on the matter. (SAUL, 2009, p. 24).

Ao retornar ao seu país de origem, em 1972, influenciado por sua experiência na Tanzânia e em Moçambique, John Saul e outras personalidades que compartilhavam trajetórias semelhantes fundam o TCLPAC. O grupo focou no apoio aos movimentos de libertação da África Lusófona (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), em especial o apoio a FRELIMO.

¹⁰⁸ Samora Moisés Machel foi presidente da FRELIMO após a morte de Eduardo Mondlane, sendo também o primeiro presidente de Moçambique após a independência. Morreu em 1986 em um acidente aéreo.

Formado por personagens muito distintos o grupo reuniu lideranças religiosas, acadêmicos, políticos, sindicalistas, ativistas estrangeiros e estudantes. Atuando em diversas frentes suas atividades envolviam:

[...] edição de publicações, manifestos e prospectos, organização de eventos, cine-debates e passeatas, chegando à recepção e acolhimento de líderes políticos e artistas oriundos dos movimentos de libertados. Merece destaque a compra e o envio de materiais para logística da guerra, incluindo a doação de um caminhão Scania em 1973 para a FRELIMO, em Moçambique. Depois das independências, junto com outras organizações canadenses, o TCLSAC seguiu organizando eventos e implementando projetos que incluíram desde a recepção de políticos e artistas moçambicanos em Toronto até mesmo ao envio de cidadãos canadenses que se alinhassem voluntariamente às políticas de construção de novos padrões societários no Moçambique pós-colonial. (PAREDES, 2022. p. 5).

A criação do TCLPAC/TCLSAC envolveu pessoas vindas de diferentes contextos sociais, tendo forte presença de integrantes com experiência em diferentes contextos africanos. Paredes divide estas diferentes personalidades que compuseram o grupo em três eixos: Acadêmico, religioso e um último eixo ligado as ONGs. (2022, p. 8-9).

A formação do TCLPAC tem imbuída em suas premissas muito do clima crítico que havia surgido no Canadá entre finais de 1960 e início de 1970 a respeito da responsabilidade social corporativa. Uma de suas primeiras mobilizações foi a campanha organizada contra a *Gulf Oil* e o colonialismo português¹⁰⁹. Inspirado em ações feitas por grupos anteriores como o *Project Mozambique* o TCLPAC através da compra de ações da *Gulf* por parte de seus integrantes pode ter acesso as reuniões anuais de investidores, espaço onde puderam ter acesso a informações estratégicas a respeito dos negócios da empresa em países como Angola.

Em 1974, 25 membros do TCLPAC compareceram na Reunião Geral dos Acionistas da Gulf Oil acontecida no Royal York Hotel

¹⁰⁹ Mais informações sobre a campanha contra a Gulf Oil do TCLPAC em: Paredes 2022.

em Toronto. Nesta reunião, estiveram também membros da OXFAM, da Igreja Anglicana e da United Church of Canadá, além de Saydi Mingas, membro do MPLA. Neste evento salienta-se que a existência da rede de contatos onde se colocava o TCLPAC se manifestava, efetivamente, numa perspectiva política global. Afinal, além do fato de que o objetivo deste meeting ser um posicionamento contra os interesses diretamente ligados entre o colonialismo português e o capitalismo internacional representado pelas corporações canadenses, essa manifestação incorporou além da esquerda canadense um militante do MPLA de Angola. (PAREDES, 2022, p. 14).

Em 1976, já sob a nova sigla TCLSAC, essa posição combativa em relação ao Canadá Oficial e o 'Canadá Corporativo' aparece em uma obra organizada pelo grupo: *Words and Deeds: Canada, Portugal and Africa*.

The Canadian government voiced criticism! But this is not the main point to be made in the essays collected here. Instead, they seek to underscore the fact that 'official Canada' (corporate and governmental) acted in a manner entirely opposite to that suggested rhetoric. Far from backing the African people struggling for freedom, official Canada actually supported the Portuguese in their futile colonial wars. Indeed, it is precisely in the juxtaposition of Canada's words and deeds that one can trace the essential pattern of Canada's policy towards "Portuguese Africa" (TCLSAC, 1976, p. 1-2).

Influenciado pelo sentimento de solidariedade internacional o TCLPAC intensifica a sua participação no movimento *antiapartheid* ao passo em que o grupo vai aumentando de tamanho. Com o fim do colonialismo português em África o movimento adere novas perspectivas a respeito de sua atuação no Canadá, adotando a *Bank Campaign* como uma de suas principais vias de ação.

4. A Campanha contra os bancos no TCLSAC Reports (1977 – 1984)

Este capítulo se dedicará a analisar a campanha contra os bancos presente na revista *TCLSAC Reports*, do comitê *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* (TCLSAC), de 1977, data de início da publicação do periódico, até 1984, encerramento das publicações. Antes de adentrar o material as primeiras partes do capítulo buscarão i. apresentar as mudanças ocorridas na transição de TCLPAC para TCLSAC e ii. situar a revista *TCLSAC Reports*, trazendo informações sobre sua composição e organização.

As partes finais serão reservadas à análise da *Bank Campaign* presente nos artigos publicados de 1977 até 1984. Para isso, foi feita uma seleção das matérias que se relacionam a esta campanha. A investigação deste recorte foi organizada em três categorias de análise: i. Ações de conscientização e educação ii. Ações diretas iii. Conexões nacionais e internacionais. O primeiro eixo, ações de conscientização e educação, irá abordar os processos de enquadramento e o uso estratégico de informações. O foco será na relação feita pelo periódico entre o *Apartheid* e os bancos canadenses; O segundo, ações diretas, buscará retratar as políticas contenciosas presentes e seus desdobramentos na revista; por último, conexões nacionais e internacionais, se localizará o TCLSAC dentro da rede nacional de ativismo e das conexões exteriores que o grupo mantinha. O foco aqui será no trajeto de pessoas, materiais e, principalmente, informações.

Partindo da compreensão do papel das igrejas e das instituições religiosas no fomento da campanha contra os bancos em diversos espaços, assim como a trajetória da crítica e dos movimentos de solidariedade canadenses em sua atuação nas campanhas anticorporativas pela década de 1970, este capítulo irá apresentar os pontos de contato destas múltiplas vertentes da Campanha dos Bancos na forma com que ela se apresentou na revista *TCLSAC Reports*.

A partir do entendimento destas duas bases de sustentação: as igrejas e os comitês de solidariedade, teremos os subsídios necessários para que se construa uma análise atenta a perspectiva teórica adotada aqui. A análise destes

dois setores se faz necessária para que possamos entender o emaranhado de redes que compuseram os traços constituintes da *Bank Campaign* organizada pelo TCLSAC.

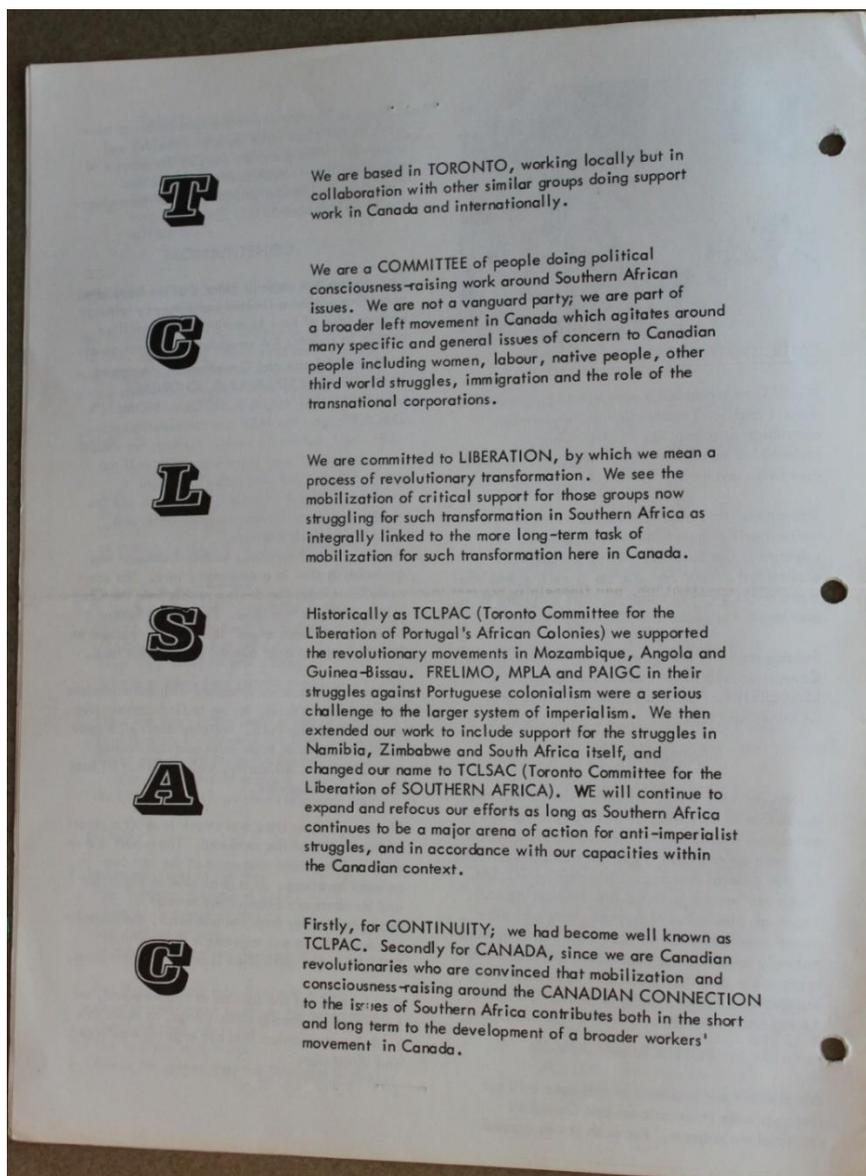
4.1. TCLSAC e o início da sua campanha contra os bancos

A partir das independências da África Lusófona o grupo mudou sua nomenclatura. Em 1976 ele assume o título *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* (TCLSAC). Essa mudança buscou alargar seu escopo de ação, envolvendo pautas ligadas aos atritos provenientes da Guerra Fria: englobando temas como a luta *antiapartheid* e o apoio aos países recém independentes. Na edição de número 4 (figura 5) do *TCLSAC Reports* o grupo comenta sobre essa alteração com objetivo de apresentar seus novos rumos:

We extended our work to include support for the struggles in Namibia, Zimbabwe and South Africa itself, and changed our name to TCLSAC (Toronto Committee for the Liberation of SOUTHERN AFRICA) WE will continue to expand and refocus our efforts as long as Southern Africa continues to be a major arena of action for anti-imperialist struggles, and in accordance with our capacities within the Canadian context. (TCLSAC Reports. v. 01, n. 04, jun. 1977, p. 8).

Identificando na ocupação da Namíbia, no *Apartheid* sul africano e no governo de minoria branca da Rodésia forças que ainda precisam ser combatidas, o grupo passou a englobar diferentes pautas que envolviam as lutas presentes nestes países. O que anteriormente era uma luta de apoio a libertação da África Lusófona sob o TCLPAC passou a ser uma luta em toda a África Austral sob o TCLSAC.

Figura 5: Sigla TCLSAC apresentada na revista TCLSAC Reports de 1977, um ano depois de terem mudado sua nomenclatura.



Fonte: TCLSAC Reports. v. 01, n. 04, jun. 1977, p. 8.

O comitê se situava no que qualificava como ampla esquerda 'broader left'. Em sua revista, *TCLSAC Reports*, essa questão é repassada junto a outros princípios base da agremiação (figura 05).

We are not a vanguard party; we are part of a broader left movement in Canada which agitates around many specific and general issues of concern to Canadian people including women, labour, native people, other third world struggles, immigration

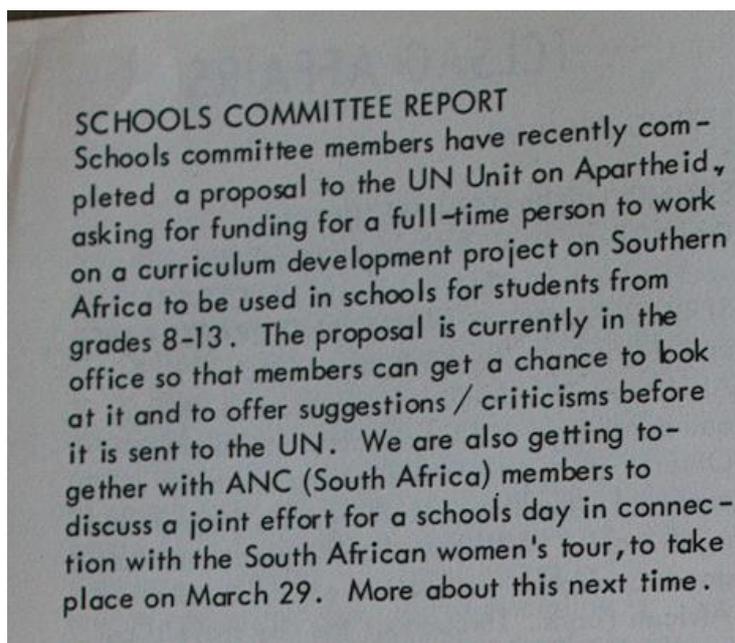
and the role of the transnational corporations. (TCLSAC Reports. v. 01, n. 04, jun. 1977, p. 8).

Em entrevista Stephen Gelb, um dos integrantes do TCLSAC, também comenta sobre o posicionamento do grupo como sendo parte de uma 'esquerda independente':

We saw ourselves as part of the independent left in Canada... meaning, not essentially... not the leanest left... which was the communist party that also... a lot of other small groups of different sorts. We were all interested in South Africa but we did not relate to them. We also saw ourselves basically separate from the NDP sort of mainstream politics. So the independent left was... essentially a lot of groups who were focusing on... a number of issues in Canada around a number of things like indigenous people rights, some union and labour activity (GELB, 2018).

O TCLSAC engajava em diferentes atividades: organizava grupos de estudo voltados a comunidade e aos integrantes; festivais de cultura, feiras temáticas, artesanato. O trabalho era organizado através de subcomitês, estes responsáveis por administrar diferentes áreas de ação, como por exemplo, o comitê das escolas, que criou propostas de educação popular para escolas locais buscando levar temas sobre a África Austral para alunos secundaristas (figura 6).

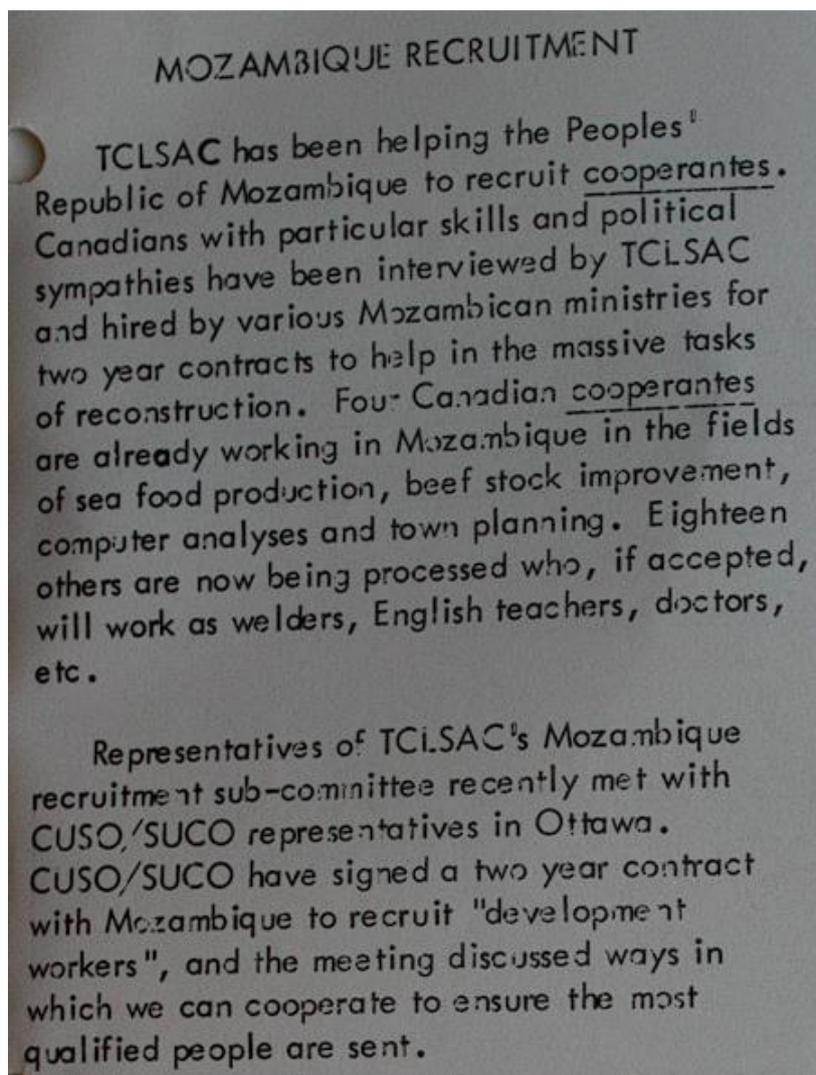
Figura 6: Subcomitê das escolas. TCLSAC Reports 1977.



Fonte: TCLSAC Reports. v. 01, n. 01, mar. 1977, p. 4.

Em outra de suas subunidades, junto ao CUSO, organizaram um processo de recrutamento de mão de obra especializada para voluntários interessados em trabalhar em Moçambique, geralmente em contratos de até dois anos firmados entre os voluntários e órgãos públicos moçambicanos (figura 7).

Figura 7: Recrutamento TCLSAC/CUSO. TCLSAC Reports 1978.

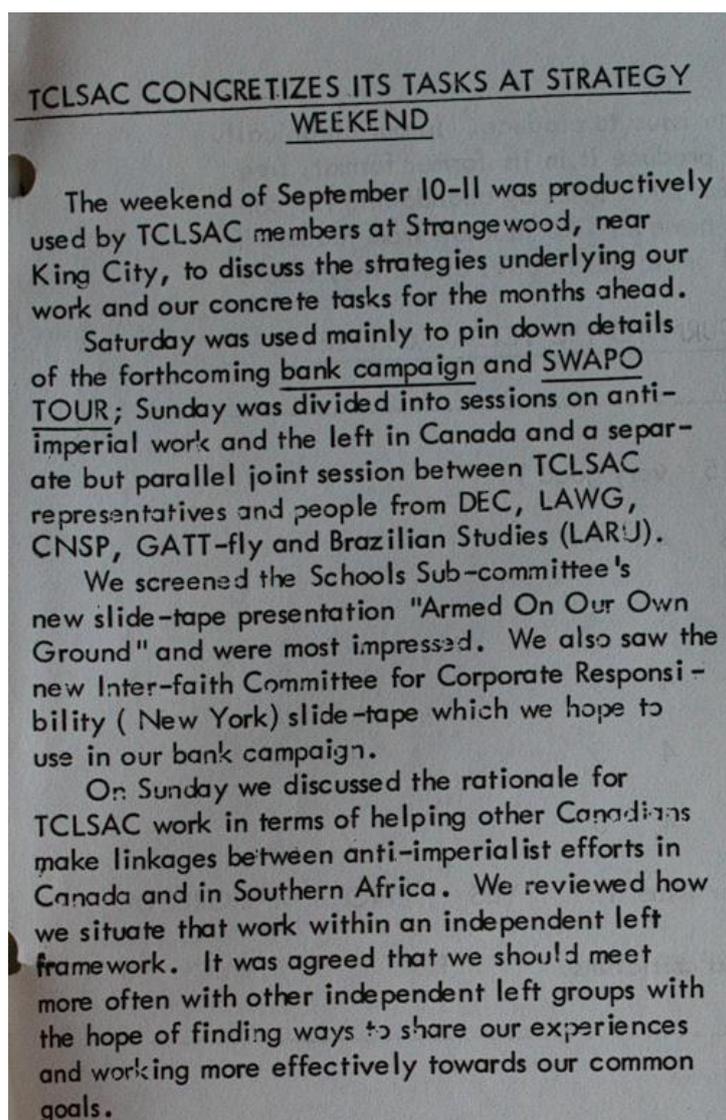


Fonte: TCLSAC Reports. v. 02, n. 06, jan. 1978, p. 5.

Junto a estas diversas ações o TCLSAC foi um grande articulador da campanha contra os bancos. A partir de Toronto o grupo se reuniu com outras entidades da sociedade civil para montar uma campanha nacional contra as instituições financeiras canadenses recentemente denunciadas pelas igrejas através dos *Frankfurt Documents*. Em setembro de 1977, entre os dias 10 e 11, o TCLSAC organizou um encontro em Strangewood, próximo a cidade de King City. A reunião tinha como objetivo assentar as diretrizes do grupo e pensar em planos de ação a respeito de diferentes temas, entre eles, a campanha dos bancos. Representantes de outros movimentos também compareceram nestas datas (Figura 8).

In september of 1977, a bank campaign was suggested by TCLSAC as a useful and important way to underscore the connections between Canada and South Africa. It was seen as an important issue around which both Canadian individuals and organizations could be mobilized in an effort to understand and influence the activities of Canadian banks in South Africa. (BAKER, 1979, p. 3).

Figura 8: Artigo 'TCLSAC Concretizes its tasks at strategy weekend'. 1977.



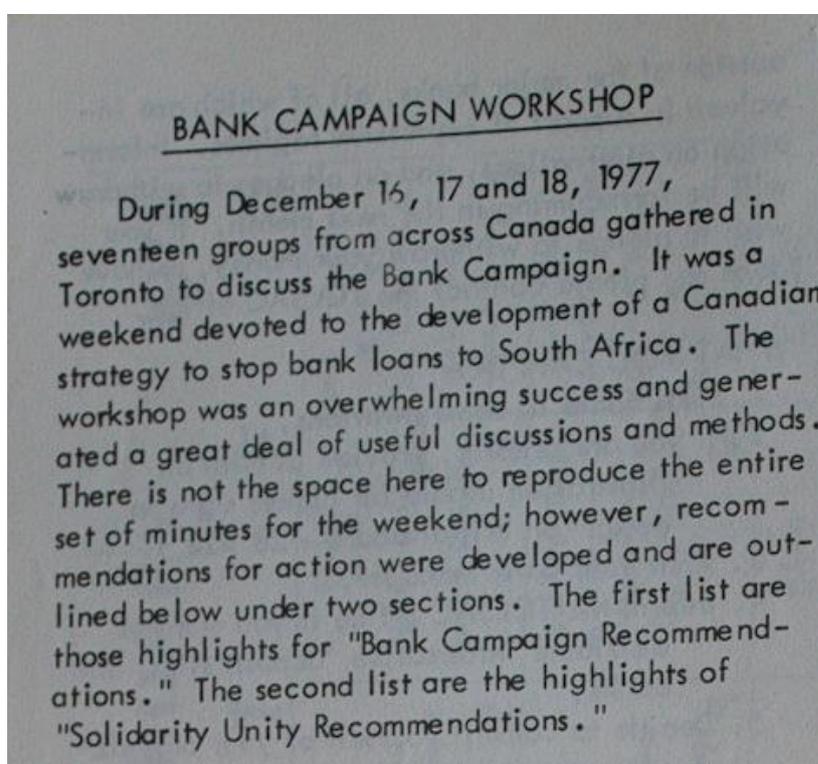
Fonte: TCLSAC Reports. v. 01, n. 05, set. 1977, p. 9.

Patrocinado pelo CUSO - em dezembro do mesmo ano - ocorreu outra reunião, em Toronto, entre os dias 16 e 18. O objetivo do encontro foi discutir

exclusivamente a construção de uma campanha contra os bancos canadenses. Entre dezessete e vinte grupos compareceram¹¹⁰. (FREEMAN, 1997. p. 320).

Goups from Vancouver, Edmonton, Calgary, Saskatchewan, Winnipeg, Kitchener, Waterloo, Hamilton, Toronto, Ottawa, Kingston and Halifax were involved, Mr. Prexy Nesbitt of the Committee on Bank Loans to South Africa (COBLSA) and the American Committee on Africa (ACOA), attended and presented information on the bank campaign in the United States. (BAKER, 1979, p. 3).

Figura 9: Artigo 'Bank Campaign Workshop' TCLSAC Reports. 1978



Fonte: TCLSAC Reports. v. 02, n. 07, fev. 1978, p. 3.

Antes de 1977 já existiam iniciativas no Canadá visando criticar os bancos, porém, não existia uma unidade nacional que amarrasse os diferentes grupos. Em um de seus artigos, publicados em seu boletim, o *Southern Africa Action Coalition* (SAAC)¹¹¹ comentou sobre este ciclo de reuniões que aconteceram entre o final de 1977 e o início de 1978 (Figura 10). Este conjunto

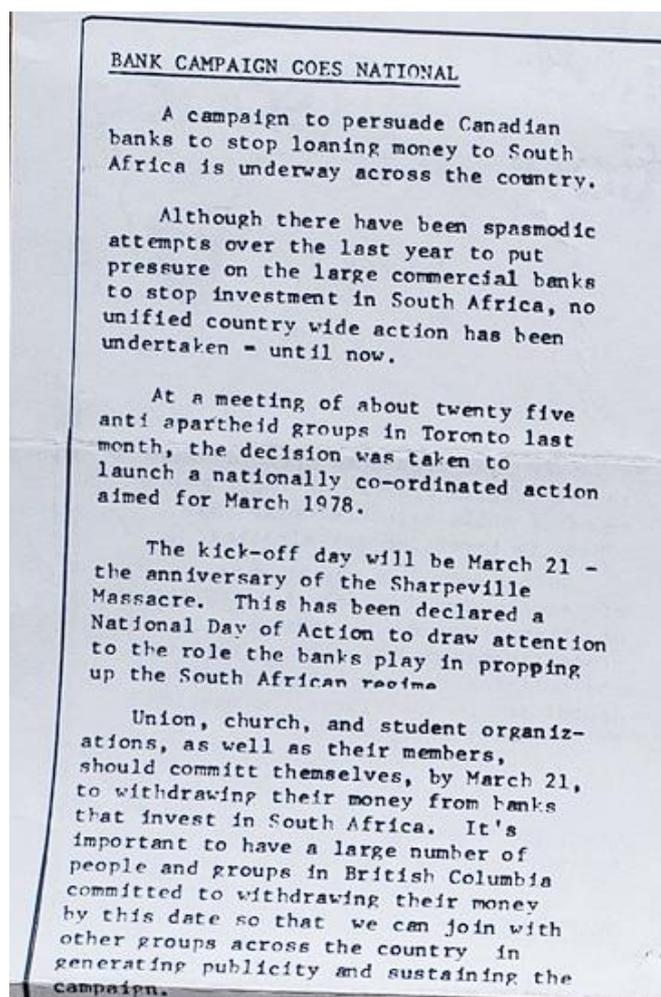
¹¹⁰ Freeman (1997) aponta 20 grupos. O TCLSAC apresenta outro dado, 17 grupos. Não foram encontradas mais informações sobre essa reunião ou o nome dos grupos envolvidos.

¹¹¹ Comitê de solidariedade fundado em Vancouver, Canadá. Mais informações em: <https://africanactivist.msu.edu/organization/210-813-831/> Acesso em: 26/05/2023.

de encontros entre 1977 e 1978 buscou alinhar o trabalho dos comitês na luta contra os bancos com o que já vinha sendo executado pelas igrejas desde o início da década, em específico, o trabalho da *YWCA Canada* e da *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR). Pat Baker, integrante do TCLSAC, comentou a respeito da iniciativa da TCCR no Canadá em sua apresentação da *Bank Campaign* na reunião do Comitê Especial Contra o *Apartheid* da ONU em 1979:

The first organization in Canada to take up the issue of bank loans was an ecumenical church group, the Task Force on the Churches and Corporate Responsibility (TCCR), The Task Force has been conducting a dialogue directly with the banks since its beginning in 1975. (BAKER, 1979, p. 2).

Figura 10: Artigo 'Bank Campaign goes national' do SAAC. 1978



Fonte: Southern Africa Action Coalition. 1978. fev. p. 2.

As estratégias de ação combinadas entre os grupos elencaram uma série de datas para mobilização nacional. O dia 21 de março, aniversário do Massacre de Sharpeville, foi escolhido para ser a data foco para os protestos. Já o dia 16 de junho, data de aniversário do Massacre de Soweto, foi o dia combinado para a retirada de contas dos bancos que ainda mantivessem políticas de empréstimo à África do Sul.

Dentro das campanhas de desinvestimento e boicote a questão dos bancos, a partir de seu início em 1977/1978, se tornou o principal foco do TCLSAC. Stephen Gelb comenta a respeito deste período e a centralidade que a pauta tinha nas ações do grupo:

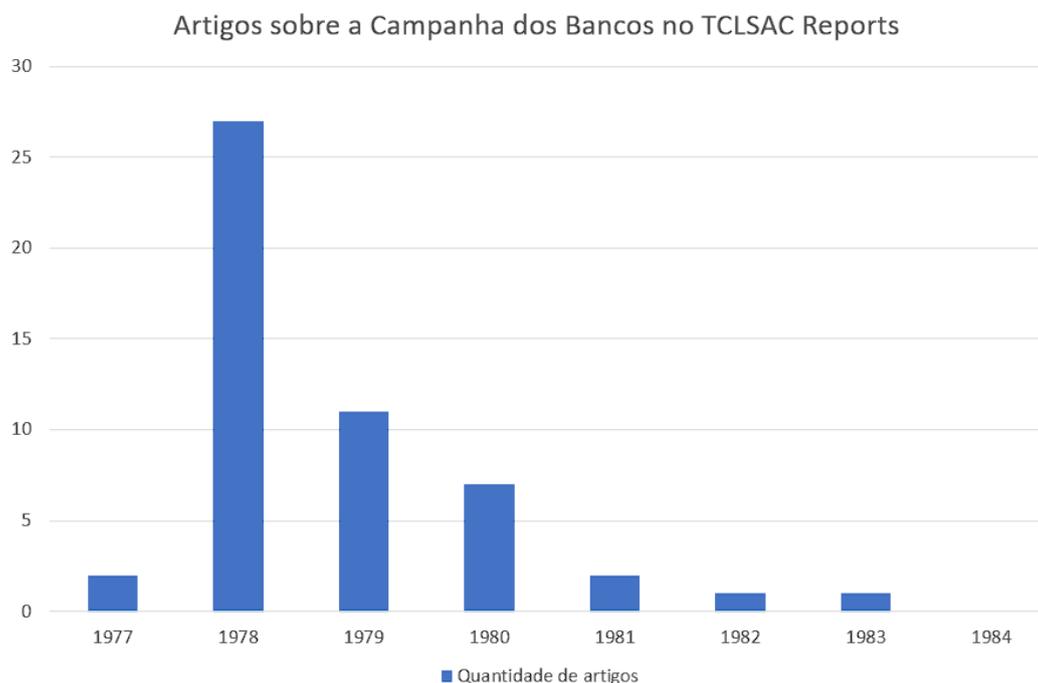
From about 1979, 1980... The canadian banks that were lending to south Africa became sort of the main... the biggest single focus, I would say, around the divestment... But we also work with other groups around to support and to publicize, groups on other countries. (GELB, 2018). cita

John Saul também ressalta a relevância que a campanha tinha:

At TCLSAC in Toronto, for example, a primary preoccupation of the committee was also very much with those Canadian banks who were deeply implicated in loans to the South African Government [...] The banks were a key target, in short, but so too were various mining companies. (2017, p. 110).

O protagonismo da questão dos bancos transparece nas edições do *TCLSAC Reports*. A partir de 1977 os artigos que tratavam da campanha aumentaram subitamente (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição do número de artigos sobre a Campanha dos Bancos por ano de publicação



Fonte: elaboração própria, 2023.

O ano de 1978 contém o maior número de menções, com 27 artigos no total. Após 1978 o número de artigos cai para menos da metade, com 1984 - ano onde terminam as publicações - tendo nenhuma menção sobre a campanha.

Embora tenha características distintas a crítica contra os empréstimos tomava lado junto a maior denúncia dos laços econômicos entre o setor privado do país e a África do Sul.

Canadian banks played a more indirect role than Canadian industries in strengthening South Africa's military capabilities, but their activities were equally significant. They participated in international consortia whose loans not only restored general confidence in the South African economy after Soweto but also buttressed the system as a whole. (FREEMAN, 1997. p. 107).

Ainda que não contribuíssem diretamente com o setor de defesa sul africano – que era relacionado a repressão das populações locais e os ataques aos países vizinhos – estes empréstimos viabilizavam setores estratégicos como a produção nacional de armamentos; o setor de energia atômica e o complexo

militar sul africano¹¹². Instituições como a *South African Iron and Steel Industrial Corporation* (ISCOR), grande indústria metalúrgica sul africana, a *Electricity Supply Commission of South Africa* (ESCOM) e o *South African Transport Services* (SATS) recebiam estes empréstimos e forneciam subsídios aos setores estratégicos mencionados (Ibid., 108).

No Canadá a parcela das empresas de capital nacional se via mais vulnerável a ação dos ativistas, já que diferente das empresas de capital internacional, as canadenses sofriam de forma mais imediata as consequências das políticas contenciosas. O fato de os grandes bancos envolvidos serem em sua maioria empresas nacionais os tornava mais suscetíveis a essa ação, já que as estruturas identificadas como perpetradoras da desigualdade no exterior estavam ao alcance, na parte interna das fronteiras. Em meio a campanha John Saul comenta sobre essa relação:

The banks are particularly central institutions in our own domestic economy. Indeed, if there is an indigenous core to our capitalist class the work of Naylor, Clement and others would suggest that it lies in the financial sector. Thus in pin-pointing the role of the banks and in combatting them Canadians who seek to aid in the liberation of Southern Africa may well find themselves contributing to their own liberation. (1978, p. 32).

Neste ponto é importante ressaltar novamente a dimensão que a ideia de solidariedade tinha entre muitos dos ativistas. John Saul comenta sobre essa dinâmica que relacionava o combate feito no Canadá com o que era feito na África Austral em relação a opressão:

What was being forged here, we increasingly felt, was not just an identification with and support for those at the receiving end of white-faced oppression in southern Africa – for this was something that could all too easily become merely “charitable” and therefore rather patronizing if we let it. No, we were increasingly seeking, as suggested, genuine solidarity with the people of southern Africa, comradeship with them in a shared

¹¹² O obuseiro G5, que obteve grande parcela de participação canadense em seu desenvolvimento, é um dos exemplos.

struggle against oppressive structures both world-wide and local. (2009, p. 16).

Essa genuína solidariedade, ou ‘camaradagem’, se tornou um fio condutor, identificando e relacionando estruturas de opressão em níveis globais. Para enfrentá-las a ação também necessitaria ser entendida desta maneira. Com isso, o esforço de denúncia contra os bancos e os empréstimos – identificados como agentes parceiros da opressão na África do Sul – era compreendido de uma forma ampla, o que acabava por influenciar estes grupos a buscarem relações que necessariamente extrapolavam o nível local.

4.2. A revista TCLSAC Reports

De acordo com a revista o *TCLSAC Reports* tinha dois objetivos:

First, to provide an alternate source of information about the liberation struggle in Southern Africa and to counter the systematic distortions of Western media; second, to inform the membership about current liberation support work in Toronto and elsewhere in Canada including speakers, tours, films, concerts, public meetings and demonstrations. (TCLSAC Reports. v. 03, n. 15, fev. 1979, p. 3).

Assim como outros grupos como o *Liberation Support Movement* (LSM) do Canadá o TCLSAC também reimprimia e traduzia materiais vindos de fontes do continente africano. Materiais provenientes de grupos como a FRELIMO, ZAPU, ANC e SWAPO, também como jornais da mídia local (Figura 11).

Discursos de lideranças políticas e religiosas também faziam parte do leque de materiais provenientes de diferentes países da África Austral:

An edition of speeches by Samora Machel printed by TCLSAC. It is a valuable collection of key statements on FRELIMO policy and methods of work. Valuable not only to gain an understanding of that party or of Mozambique, but also helpful for us in our own political work in Canada (TCLSAC Reports. v. 02, n. 09, abr. 1978, p. 9).

Estes materiais eram tanto apresentados nos artigos do *TCLSAC Reports* quanto vendidos. Uma edição com discursos selecionados de Samora Machel estava à venda por 1,50 dólares aos interessados em aprofundarem os conhecimentos no tema.

Os artigos não informavam a autoria, elemento que irá surgir mais tarde no próximo periódico do grupo, o *Southern Africa Report* (SAR). Junto as informações a revista publicava entrevistas conduzidas pelo grupo; fotografias dos protestos e dos eventos organizados; charges; calendário com datas de ação e inclusive uma seção dedicada ao esporte.

Figura 11 – Tradução de artigo da revista Tempo de Moçambique presente no TCLSAC Reports

9

semana nacional

COOPERANTES CANADIANOS APOIAM RECONSTRUÇÃO NACIONAL



O Chefe de Estado moçambicano recebeu no passado dia 29 na Presidência da República um grupo de cooperantes canadianos acompanhados de seus filhos.

Este encontro destinava-se à entrega de 60000\$00 em apoio à reconstrução Nacional. No acto da entrega, aqueles cooperantes leram uma mensagem onde condenam o apoio do governo canadiano nos ataques rodesianos ao povo de Zimbabwe.

Usando da palavra, o Presidente Samora Machel disse que a solidariedade é uma força que avança continuamente e apesar de combatida pelo imperialismo continua a ser a força dos povos oprimidos.

«E, quando um povo se junta a outro e faz da luta deste a sua, o imperialismo actua, mas tem como barreira a nossa determinação, determinação dum povo resoluto».

Continuando afirmou:

«Nós apreciamos quando um povo tão longe de nós faz da nossa luta e reconstrução, a sua. E todo o apoio dado até então ao nosso povo, é dado pelas forças progressistas, o que mostra o objectivo comum dos povos: Alargar a zona libertada da humanidade».

CANADIAN COOPERANTES ASSIST NATIONAL RECONSTRUCTION
translated from Tempo July 8/79

On June 29 the Chief of the Mozambique State received at the Presidency a group of Canadian cooperantes accompanied by their children.

This meeting occurred to hand over 60,000 escudos (\$1,800 Canadian) to assist national reconstruction. During the ceremony, these cooperantes read a message which condemned the support of the Canadian government for the Rhodesian attacks on the people of Zimbabwe.

In response, President Samora Machel said that solidarity is a force which advances continually, and, in spite of imperialist opposition continues to be a great force on behalf of oppressed people.

"And when one people joins another and makes the struggle theirs, imperialism acts, but meets the barrier of our determination, the determination of a resolute people."

He continued:

"We appreciate when a people so distant from us makes our struggle and reconstruction their own. It is all the assistance up to now to our people from progressive forces that demonstrates the common objective of people: to expand the liberated area of humanity."

(the full text of the message from the Canadian cooperantes is available in the TCLSAC office)

Fonte: TCLSAC Reports. v. 03, n. 18, set. 1979, p. 9

A revista era mantida através de inscrições renovadas anualmente. Os valores da assinatura eram diferentes para estrangeiros; com estudantes, idosos e desempregados tendo desconto.

Existia um subcomitê dedicado a edição e organização da revista. Editado por Heather Irving, Richard Lee e Heather Speers. A revista também tinha contribuições de outros integrantes, com Joe Vise sendo uma das principais peças na sua confecção. Nas capas e na identidade visual em geral a responsável foi Margie Adams.

Moreover, there was a shifting cast of hard-working comrades who now were to meet virtually every week for the next fifteen years, not least Joe Vise whose technical know-how converted our texts, rounded up from writers across southern African region and elsewhere (including Canada), into a crisp and authoritative magazine four or five times a year. (SAUL, 2009, p. 16-17).

A experiência de Joe Vise e John Saul com outras publicações antes do lançamento do *TCLSAC Reports* se tornou uma característica marcante na revista. Começando de forma enxuta, com as versões de 1977 não tendo capa, a revista começa a adquirir novos elementos conforme novas edições eram publicadas. Ao se comparar as primeiras e últimas versões é possível observar um salto qualitativo na redação, apresentação e organização da revista.

4.3. Ações de conscientização e educação

Obter apoio popular para ações no calibre do que se almejou construir a respeito dos bancos no Canadá envolveu um trabalho de informação. Para tal é necessário apresentar o problema; discorrer sobre suas implicações (locais e internacionais); e por fim, mobilizar pessoas a aderirem certos tipos de ação. Isso também envolve a necessidade de que se apresentem os possíveis resultados destas ações, retratando o motivo de serem empregadas e o que se alcançará se forem aplicadas efetivamente.

Este processo, no contexto da campanha dos bancos, precisou apresentar os motivos pelos quais as atividades exercidas por estas instituições na sua relação com a África do Sul acabava por financiar a própria repressão e a segregação no país. Conectar estes dois campos, bancos canadenses e o

racismo na África do Sul, que a princípio não transpareciam tal conexão, constituiu um significativo espaço dentro das matérias da revista. Das 51 matérias em que os bancos e seus empréstimos foram tema central 24 continham informações e dados sobre estes empréstimos e como eles se relacionavam com a expansão do *Apartheid*. A atenção era dada as instituições receptoras do dinheiro de origem canadense e qual o papel que estas tinham com a reprodução da violência.

A crescente orientação dos movimentos sociais para com a mídia e as Políticas de Informação (*Information Politics*) é uma característica dos novos movimentos sociais da segunda metade do século XX. No caso do movimento antiapartheid global a questão da informação e seus processos de disseminação são um eixo fundamental.

In the context of the anti-apartheid movement, information politics had a special meaning because of the nature of its struggle. As a movement whose actions to a large extent aimed at influencing governments, as well as ordinary people, to boycott South African goods (and cultural workers) and to impose sanctions on South Africa, it involved numerous forms of production, dissemination, as well as struggles for information. (THORN, 2006. p, 198-199)

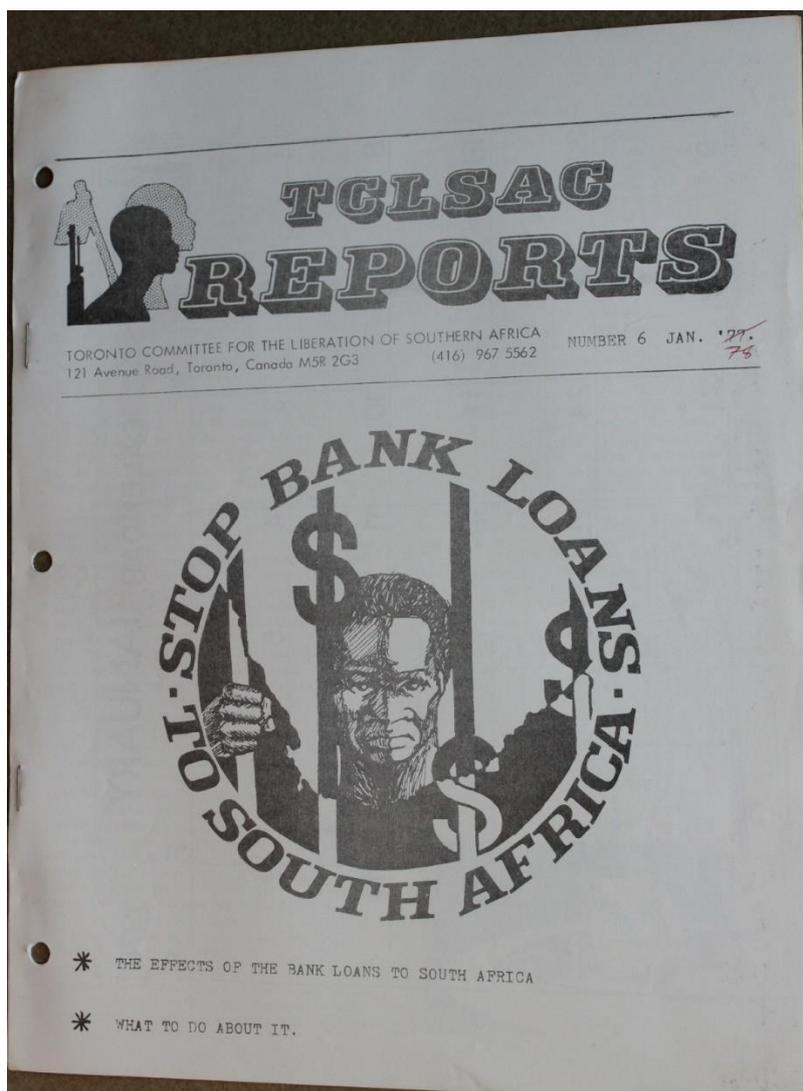
A informação serve de elo ao conectar diferentes membros dessa rede transnacional. Sua efetividade tem por base o trabalho informacional empregado por estes diferentes membros (KECK; SIKKINK, 1998, p. 18). O compartilhamento destas informações se dá muitas vezes por vias informais, sendo aqui o espaço através do qual percorrem ligações telefônicas, correspondências, jornais, revistas, boletins e outros materiais. No caso do *TCLSAC Reports* a análise do material apresentou camadas de materiais de diversas origens, com recortes vindos de órgãos como a *Young Women Christian Association* (YWCA), *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR) e outros. O compartilhamento de informações a respeito dos bancos e sobre a realidade da opressão na África do Sul faz parte da estratégia da revista em persuadir o leitor, compelindo-o a agir em prol da pauta antiapartheid no Canadá. Keck e Sikkink conceituam este processo através do enquadramento mobilizado:

An effective frame must show that a given state of affairs is neither natural nor accidental, identify the responsible party or parties, and propose credible solutions. These aims require clear, powerful messages that appeal to shared principles, which often have more impact on state policy than advice of technical experts. (1998, p. 19).

A revista TCLSAC Reports serviu de ferramenta para o TCLSAC e outros grupos do país, pois era através de seu periódico que dados sobre os bancos e suas ações eram apresentados à população. Este subcapítulo se dedicará a analisar alguns dos artigos em que a preocupação central foi a conscientização. O foco da análise será na descrição feita pela revista sobre os empréstimos e como eles podem ser compreendidos como financiadores do *Apartheid*. Apoiado nas contribuições de Keck, Sikkink (1998) e Thorn (2006) se buscará traçar as características da mobilização dos bancos através do processo de Políticas de Informação.

A capa da primeira edição de 1978 tem como destaque a campanha contra os bancos (figura 12). Em uma imagem contendo os contornos da África do Sul ao fundo um homem aparece atrás de grades feitas por cifrões.

Figura 12: Capa da edição 06. TCLSAC Reports 1978.



Fonte: TCLSAC Reports. v. 02, n. 06, jan. 1978, p. 1.

O primeiro artigo começa abordando os empréstimos feitos no início da década¹¹³. Com o título “Bank loans: the effects” o trecho de abertura é o seguinte:

In 1972, three Canadian banks loaned South Africa \$9 million. It was loaned directly to the South African government's Iron and Steel Corporation (ISCOR). ISCOR is a firm deeply involved in the production of South Africa's armaments. With the help of Canadian money --our money-- it appears that the recent UN weapons ban on South Africa may not be as effective as the UN

¹¹³ Informações provenientes dos *Frankfurt Documents*.

would like to believe. (TCLSAC Reports. v. 02, n. 06, jan. 1978, p. 3).

Este recorte oferece alguns dados que precisam ser analisados separadamente. Começando pela instituição recebedora destes valores: ISCOR, indústria metalúrgica responsável por entregar insumos a diferentes ramos do complexo industrial de materiais, entre eles, o da indústria militar. O que é ressaltado no trecho é justamente essa conexão existente entre a ISCOR e a produção de armamentos. Na sequência se abordam os envolvidos, relacionando a participação dos canadenses na indústria bélica: “with the help of Canadian Money --our money--”. Aqui o dinheiro dos bancos é compreendido no plano do indivíduo ao se ressaltar o papel que o ‘nosso dinheiro’ tem neste processo. Com isso, a revista complementa: “it appears that the recent UN weapons ban on South Africa may not be as effective as the UN would like to believe”. Aqui se faz menção a outra informação: em novembro de 1977 as nações unidas impuseram um embargo de armamentos obrigatório, a resolução 418 do Conselho de Segurança da ONU. O que se buscou concluir no trecho analisado é a relação que estes empréstimos tinham, pois mesmo que não enviassem armamentos os bancos estavam viabilizando a indústria nacional de insumos, insumos estes passíveis de serem empregados com finalidades bélicas. Aqui a informação é empregada de maneira a permitir novas interpretações a respeito do seguinte fato: o empréstimo feito por bancos canadenses a uma indústria que tem relações com o complexo militar da África do Sul. Nisso, é possível abrir margem para diferentes interpretações, como por exemplo, caracterizar os bancos como violadores da resolução 418, dada sua participação neste esquema.

Outros dados buscam aprofundar essa relação, na sequência, apresentando os motivos pelos quais a África do Sul se apresenta como uma opção viável para investidores internacionais. Aqui a revista comenta o seguinte:

The central purpose of apartheid is, as CLC President Joe Morris said, the “yielding (of) super profits to vested interests.” The base of these super profits is the labour of black South Africans. Apartheid is designed to control that cheap labour and keep its cost as cheap as possible. While a white South African can earn

\$2373,60, a black can earn a mere \$117,60, a sum that does not even meet the South African's own poverty datum line. The low cost of black labour is maintained by a series of repressive laws designed to frustrate even the most elementary rights of self-organization [...] Cheap labour and foreign capital create enormous profits. South Africa has traditionally provided foreign financiers with the highest average rate of return on their investment of any country in the world. (TCLSAC Reports. v. 02, n. 09, abr. 1978, p. 3).

Dados como discrepância de remuneração entre diferentes grupos sociais e os impedimentos políticos que a população negra do país tem se relacionam aqui com a manutenção da opressão. O *Apartheid* é exposto como um sistema que boicota sistematicamente a população negra com o objetivo de manter o valor da mão de obra o mais baixo possível. A partir disso, o retorno financeiro que os investidores internacionais procuram se dá na arquitetura que o sistema tem, assim, é possível tecer uma conexão entre a opressão do *Apartheid* e a reprodução de uma esfera econômica que mantém a remuneração da mão de obra baixa e o retorno monetário estrangeiro alto.

A violência policial e a exploração econômica, relacionadas anteriormente como componentes da estrutura do *Apartheid*, são agora ligadas aos quatro bancos canadenses envolvidos. A revista passa a colocá-los como coautores da repressão.

Four Canadian chartered banks have extended over the years massive loans to the white minority of South Africa, loans which brick-up the brutal policies of apartheid and economic exploitation. Loans that range in the millions of dollars – our dollars. The Bank of Montreal. The Royal Bank of Canada. The Toronto-Dominion Bank. The Canadian Imperial Bank of Commerce. (*Ibid.*, p. 4)

A seguir são expostas as respostas ofertadas pelos bancos quando questionados a respeito dos negócios com a África do Sul.

Their public statements do not deny or acknowledge their role in these loans. Their public statements maintain that the principle of banker-client confidentiality prevents them from disclosing the

name of loan-recipients and the total sum. For example, during a recent forum sponsored by Amnesty International in Toronto, David Grier of the Royal Bank of Canada used “banker confidentiality” in order to skirt various facts and events brought forward by John Saul (TCLSAC), a member of the panel. From the response of the audience, Grier’s statements did not hold much credibility – they hold none now. (TCLSAC Reports. v. 02, n. 09, abr. 1978, p. 4).

A revista tenta na sequência colocar a confidencialidade e outros argumentos dos bancos em dúvida:

Coupled with bank loans are corporate finances. By 1969 Canadian corporations had accumulated more than \$70 million in direct investments in South Africa. This is more than double the amount in 1965 and larger than their holdings in the rest of Africa. The theme in corporate investment in South Africa is profit. The same holds true for the banks. (*Ibid.*)

Quanto a procura de responsabilidade social, argumento defendido pelos bancos quando estes fazem empréstimos, o TCLSAC Reports traz uma das frases atribuídas ao Royal Bank of Canada: “[...] as the Royal Bank has stated, this “must be weighed with strict financial factors such as risk, rate, term, security, cost of funds and administration and – at the bottom line – the prospect of profit.” (*Ibid.*). O que se busca alertar é a falta de real preocupação, por parte dos bancos, quanto aos seus efeitos no *Apartheid*.

Outro argumento dos bancos é a questão do cessamento dos empréstimos, tema constantemente combatido pelos comitês engajados nesta pauta no Canadá. É exposto a opinião dos bancos sobre o fim dos negócios com a África do Sul, na sequência, o TCLSAC apresenta uma defesa. Começando pelos bancos: “The Canadian banks, trying to justify loans which they will not admit to, argue that a cessation of loans to South Africa would do more harm than good for the black South African” (*Ibid.*). Trazendo uma frase do presidente do ANC, Albert Luthuli, é exposto o contraponto a essa alegação: “The economic boycott of South Africa will entail hardship for africans. We do not doubt that. But if it is a method which shortens the day of blood, the suffering will be a price we are willing to pay.” (*Ibid.*). É compreendido pelo grupo o efeito danoso que o corte

no fluxo de investimentos pode ter na África do Sul, entretanto, ao se pesar as consequências o saldo mais vantajoso é o que envolve o fim do *Apartheid*.

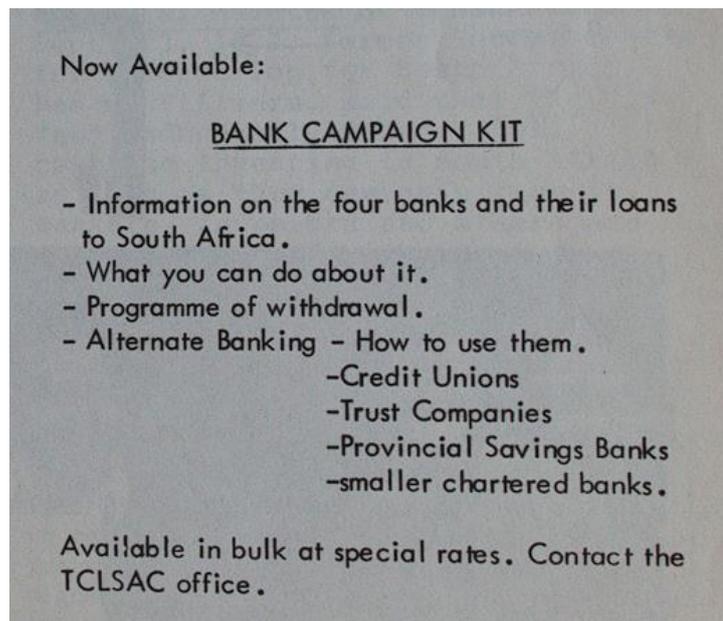
Um dos pontos fortes nas ações de informação do grupo é o uso de dados sobre a realidade dos investimentos e dos empréstimos. Usando informações com origem nos *Frankfurt Documents* – o relatório do CIC – a revista apresenta os valores envolvidos:

It has been determined that three Canadian banks loaned \$8 million to the South African Ministry of Finance in 1971, and in 1972 \$9 million was loaned to ISCOR. Since 1973 Western banking concerns, which have included Canadian banks, have extended \$2 billion in loans to the South African government. A number of this loans were negotiated after the Soweto protests of 1976, an economically unstable time for South Africa. (TCLSAC Reports. v. 02, n. 09, abr. 1978, p. 4).

Estas informações apresentam uma crescente taxa de investimentos. O dado ressaltado ao final traz informações que abrem espaço para a interpretação de que os bancos não se sentem constrangidos em investirem em um país que a princípio seria uma péssima escolha. Após o Massacre de Soweto ainda havia empréstimos sendo negociados, ou seja, a morte de dezenas de inocentes não causou espanto nos investidores internacionais.

Além das informações sobre os bancos estarem sendo divulgadas no corpo da revista o grupo disponibilizava materiais extra para a mobilização. Em anúncio era anunciado a disponibilidade de 'kits', estes contendo informações e outros materiais para a campanha (figura 13).

Figura 13 – Bank Campaign Kit



Fonte: TCLSAC Reports. v. 02, n. 09, abr. 1978, p. 7.

A revista se mantinha ativa quanto aos avanços e retrocessos dos bancos. O ano de 1978 foi movimentado nesse quesito, com novas informações sobre os efeitos das ações estando constantemente presentes nas matérias. A edição de maio de 1978 apresentou outro banco envolvido neste esquema, adicionando-o ao grupo dos quatro já identificados como financiadores do *Apartheid*. Com o título “Scotiabank admits to loans to South Africa” a matéria abre discutindo uma carta, datada de setembro de 1977, onde o vice-presidente da instituição admitia o envolvimento do Scotiabank com a África do Sul. A seguir, as palavras do vice-presidente presentes na matéria:

The role of the Bank of Nova Scotia, as an international bank, is to act as a financial intermediary in facilitating world trade. It is in this role that we have participated in loans to South Africa to assist that country in maintaining its trade with other countries. We believe that, in general, trading with other countries directly benefits the material living standards of the ordinary people of South Africa [...] (TCLSAC Reports. v. 02, n. 10, mai. 1978, p. 3).

O *TCLSAC Reports* rebate, reforçando que a postura de apoiar a África do Sul também é uma forma de apoiar o sistema defendido por esse país, o *Apartheid*. “[...] the Bank maintains a policy of being willing to supply loans to the

South African government and its agencies and is thus willing to provide supports for the system which that government represents (*Ibid.*).

Atualizações sobre os empréstimos eram compartilhadas entre diferentes grupos. Trazendo informações do *Corporate Data Exchange* (CDE), grupo dos Estados Unidos, o *TCLSAC Reports* apresentou dados recentemente tornados públicos. Presente em um artigo de título “The facts: canadian bank loans to South Africa” de abril de 1979, a revista apresenta uma tabela com números contendo informações sobre negócios firmados entre 1972 e 1976 entre bancos do Canadá e instituições sul africanas.

Figura 14 – Números sobre os empréstimos. 1979 TCLSAC Reports.

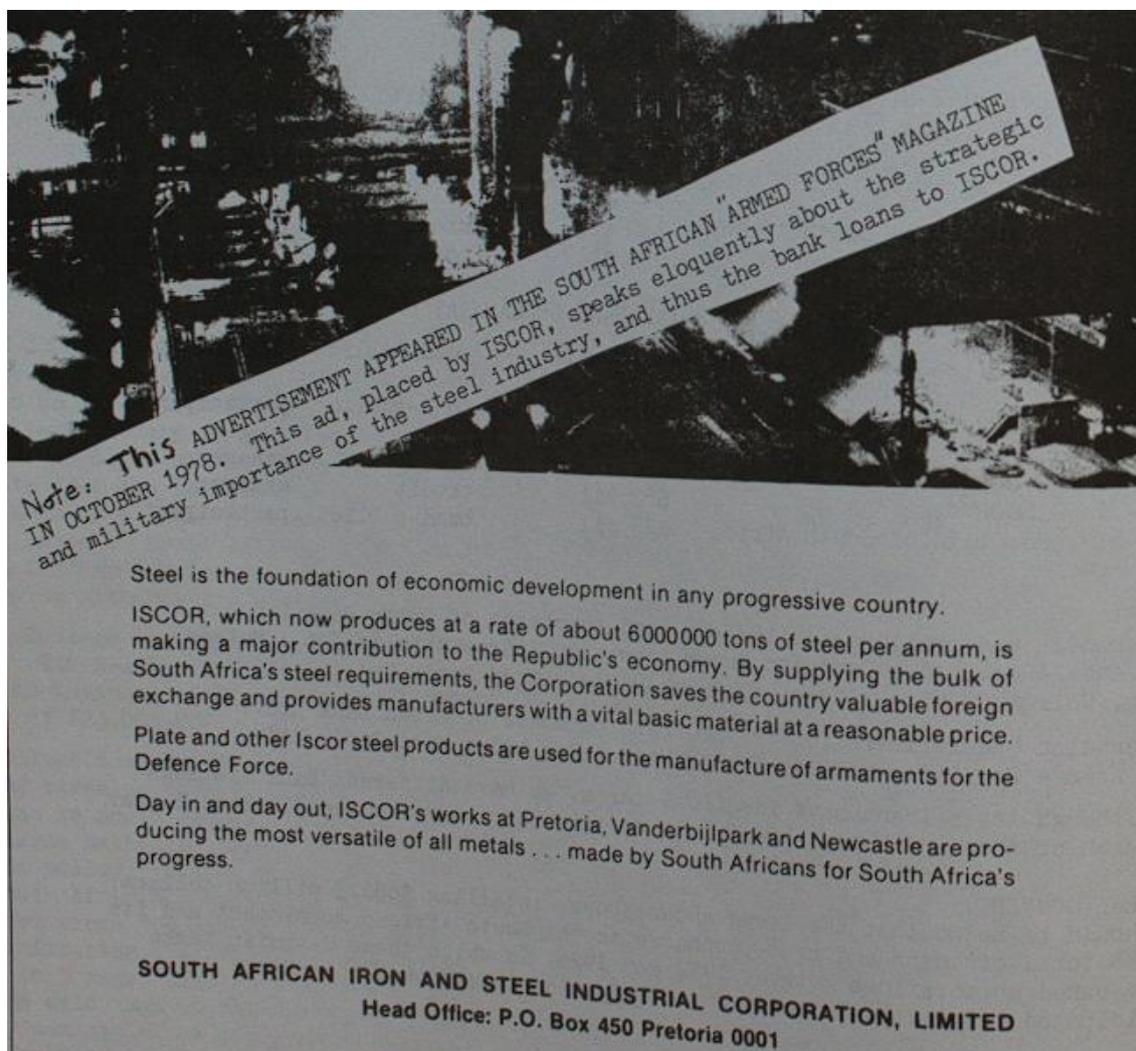
DATE	S. A. BORROWER (GUARANTOR)	ORIGINAL AMT. (US\$ equiv)	BOND/ CREDIT	BANK POSITION ON LOAN
vestment banks.				
CANADIAN IMPERIAL BANK OF COMMERCE				
1972-75	Republic of South Africa	\$50 mil	credit	participant
1974-84	ISCOR (RSA)	\$100 mil	credit	manager
1975-80	African Explosives & Chemical Industry	\$60 mil	credit	manager
TORONTO DOMINION BANK				
1972-77	Republic of South Africa	\$50 mil	credit	participant
1975-80	SARH (RSA)	\$30 mil	credit	manager
BANK OF MONTREAL				
1972-77	Republic of South Africa	\$50 mil	credit	manager
1974-82	ESCOM (RSA)	\$35 mil	bond-public	comanager
ORION BANK LTD. (20% OWNED BY THE ROYAL BANK OF CANADA)				
1973-88	SARH (RSA) ¹	DM100 mil (\$35.8 mil)	bond-public	participant
1975-80	ESCOM (RSA) ²	DM100 mil (\$40.5 mil)	bond-public	participant
1976-81	ISCOR ³	\$80 mil	credit	manager
1976-81	ISCOR ³	\$80 mil	credit	manager
1976-81	Republic of South Africa	\$25 mil	bond-public	participant

Fonte: TCLSAC Reports. v. 03, n. 16, abr. 1979, p. 5.

Entre as instituições envolvidas a *ISCOR* aparece em negócios envolvendo três bancos, dois deles, canadenses. Essa relação entre a *ISCOR* e o *Apartheid*, que vem sendo reforçada desde as primeiras publicações, retorna na página seguinte (figura 15). Utilizando um recorte da revista sul africana *Armed Forces* o *TCLSAC Reports* reforça o caráter estratégico-militar que essa

instituição tem. Ao fazer isso é possível tecer novamente relações entre o dinheiro dos canadenses – através dos bancos – com a opressão.

Figura 15 – Recorte de uma matéria da revista *Armed Forces*. TCLSAC Reports 1979.



Fonte: TCLSAC Reports. v. 03, n. 16, abr. 1979, p. 6.

A edição de outubro-novembro de 1979 traz novas abordagens a respeito da campanha contra os empréstimos. A partir da página 7 o leitor é informado sobre o crescente mercado da moeda de ouro sul africana, o *Krugerrand*. A compra e venda dessas moedas se relaciona com os bancos devido as conexões existentes entre as instituições financeiras no Canadá e o comércio de ouro no país. O destaque vai para o *Bank of Nova Scotia*, apresentado como o principal representante desse tipo de negócio em solo canadense. Embora o foco seja nos empréstimos é apresentado ao leitor a necessidade de se observarem as

diferentes relações que estes bancos têm quando se trata de negócios com o Estado do *Apartheid*.

The Bank Campaign organized by TCLSAC and other groups in Canada has concentrated exclusively on the loans made by Canadian banks to the South African government and government corporations. These loans are the most direct and important link, but the other connections that are now being discovered illustrate the close relationship our financial system has with South Africa – a relationship that is at the root of the loans themselves. (TCLSAC Reports. v. 03, n. 19. out-nov. 1979, p. 7).

A questão do ouro e a sua relevância dentro economia sul africana a partir do fim da década de 1970 aparece na edição de março de 1980. Em um artigo dedicado a discutir as recentes mudanças no preço do metal raro a questão dos bancos e a centralidade dos empréstimos internacionais na manutenção do *Apartheid* é revisitada. Seu papel como principal ponto de apoio dos negócios estrangeiros é posto em dúvida:

It seems that there has been a change in the international economic fortunes of South Africa, the world's major gold producer (60% of the world production) [...] For the past few years the critical source of foreign exchange has been bank loans from Canadian, U.S. and European banks. These loans have been opposed by many groups in all the countries concerned. The escalating gold price raises many questions for the campaign by these groups. Does it mean that South Africa has no further need for such bank loans? Is there, therefore, still a purpose to the international campaign against the loans, since the campaign has been premised on the importance of the loans in keeping the apartheid government afloat? (TCLSAC Reports. v. 04, n. 22, mar. 1980, p. 6).

A resposta ao questionamento da centralidade dos empréstimos vem na sequência: “Bank loans are no longer a critical source of foreign exchange, and certainly the banks can no longer be attacked simply on the basis that they are crucial in keeping South Africa solvent” (*Ibid.*). Entretanto, essa afirmação não esvai o sentimento de mobilização ainda presente no restante do artigo. Embora

eles não sejam mais a principal estrutura do apoio econômico estrangeiro os bancos ainda são responsabilizados, sendo vistos como participantes na manutenção do *Apartheid*. O *TCLSAC Reports* traz uma frase do ministro das finanças da África do Sul, Owen Horwood: “we shall no doubt continue to borrow abroad from time to time (despite more finance beign generated domestically), because we value foreign participation in the development of our economy”. (*Ibid.*). A queda dos empréstimos não tornou os bancos um alvo irrelevante para o *TCLSAC*, com a participação deles sendo compreendida como fundamental para duas das áreas consideradas chave para a economia sul africana: o programa de autossuficiência energética e o comércio de moedas de ouro. Estas duas áreas, pontos frágeis da elencada nova estratégia econômica internacional sul africana, colocavam os bancos como peças ainda relevantes, embora não tão centrais para a manutenção da segregação.

A partir do ano de 1980 é possível observar uma acentuada diminuição nos artigos referentes a campanha contra os empréstimos. A ascensão do preço do ouro nos mercados internacionais no final da década de 70 e início da década de 80 marcou uma mudança na abordagem da revista quanto a centralidade dos bancos na manutenção do *Apartheid*. Anteriormente enquadrados como os principais viabilizadores da segregação no plano econômico as instituições financeiras passaram a ser entendidas como secundárias, o que impactou diretamente as mobilizações.

A próxima seção do capítulo irá retratar as ações diretas do grupo na maneira em que eram apresentadas na revista.

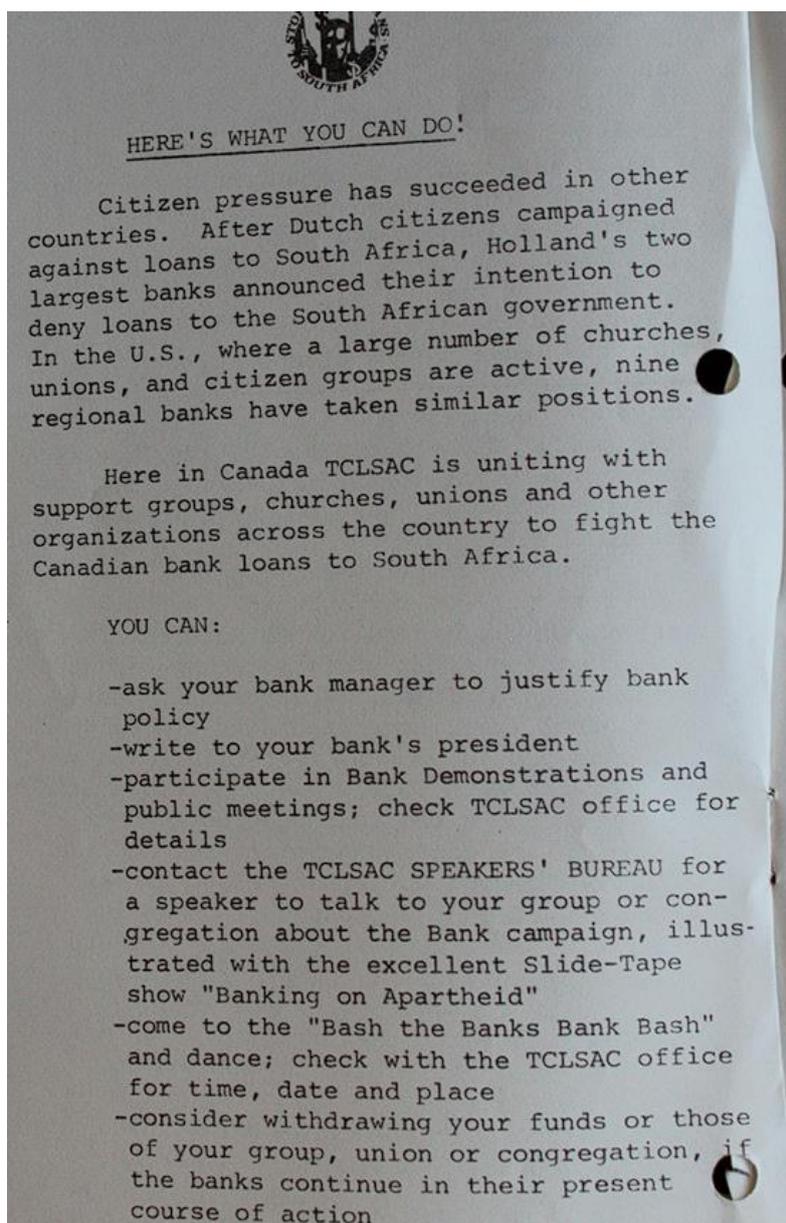
4.4. Ações diretas

O *TCLSAC Reports* foi também um espaço para a divulgação das ações mobilizadas contra os bancos. Não apenas protestos, mas outras ações endereçadas as instituições e à comunidade. Incentivos, instruções e materiais – como no caso dos falsos comprovantes de depósito anexados à revista – faziam parte das seções dedicadas a apresentar a campanha e seus resultados.

Neste trecho serão abordados alguns dos artigos onde o tema central foram as ações contra os bancos.

Após apresentar na primeira edição do ano de 1978 os empréstimos internacionais e o impacto nocivo que a participação canadense tinha neste esquema, o *TCLSAC Reports* dedicou um trecho com instruções aos leitores interessados em colaborar.

Figura 16 – Instruções para mobilização. TCLSAC Reports 1978.



Fonte: TCLSAC REPORTS. Toronto: v. 02, n. 06, jan. 1978, p. 4.

Se apoiando nos resultados da ação coletiva protagonizada pela sociedade civil holandesa a revista apresentou a extensão que a campanha tinha reunido nos EUA e Canadá.

In the U.S., where a large number of churches, unions, and citizen groups are active, nine regional banks have taken similar positions. Here in Canada TCLSAC is uniting with support groups, churches, unions and other organizations across the country to fight the Canadian bank loans to South Africa (TCLSAC Reports. v. 02, n. 06, jan. 1978, p. 4).

As ações que a revista recomendou aos leitores foram as seguintes (figura 16):

1. Pedir que seu gerente justifique a política do banco;
2. Escrever para o presidente do seu banco;
3. Participar das demonstrações e encontros do TCLSAC;
4. Contatar o "TCLSAC Speakers' bureau" para solicitar um painelistas para apresentar ao seu grupo ou congregação a campanha dos bancos;
5. Participar do "Bash the Banks Bank Bash"
6. Retirar seus fundos, do seu grupo, sindicato ou congregação dos bancos que se mantiverem as políticas de empréstimo a África do Sul;

As recomendações são variadas, contendo instruções para a ação coletiva e individual. O que se destaca aqui é a oferta de materiais e palestrantes do TCLSAC, estes últimos dispostos a irem presencialmente propagar informações sobre a campanha para outras organizações. A dedicação neste aspecto também se observa em uma das subunidades administrativas criadas pelo grupo, o DAWG (*Direct Action Working Group*). Essa célula era responsável por coordenar as ações de protesto organizadas pelo TCLSAC. Quatro aspectos da campanha contra os bancos foram apresentados pela revista como eixos de mobilização: i. demonstrações, protestos organizados em frente a sede dos bancos envolvidos nos esquemas de empréstimo. Estas demonstrações ocorreram quinzenalmente pelos próximos cinco meses de campanha. Uma das demonstrações organizadas pelo grupo reuniu cinquenta manifestantes em 16 de dezembro de 1977, no cruzamento entre as ruas Bloor e Yonge, em Toronto. Em 20 de janeiro de 1978 vinte e duas pessoas compareceram. As datas para

os próximos protestos foram marcadas para ocorrerem das 16:30 até as 17:30 em 03 e 17 de fevereiro e 03 de março, todas em locais diferentes. Somadas as datas dois dias foram selecionados para atividades especiais: 21 de março, em memória ao Massacre de Sharpeville, e 16 de junho, em memória ao Massacre de Soweto. ii. ações de panfletagem e piquetes, com o objetivo de informar os funcionários dos bancos a respeito do papel de seus empregadores na África do Sul. Uma das formas de panfletagem incluía a inserção de réplicas de comprovantes de depósitos (figura 17) nos balcões dos bancos alvo. Nestes comprovantes o TCLSAC inseria inscrições sobre o banco e a sua relação com o *Apartheid*.

Figura 17 – Réplica de comprovante de depósito do Royal Bank of Canada.

THE ROYAL BANK OF CANADA
SAVINGS ACCOUNT
DEPOSIT SLIP

YOU SHOULD SEE THAT YOUR DEPOSIT IS ENTERED IN YOUR PASS BOOK WHEN MADE, OR YOU SHOULD PRESENT YOUR DEPOSIT SLIP IN DUPLICATE AND REQUEST THE TELLER TO RECEIPT AND RETURN THE DUPLICATE COPY.

DATE: [] DEPOSITOR'S INITIALS: [] TELLER: []

STOP!

Do you know where your money is going?

CREDIT ACCOUNT OF: [] CUSTOMER'S SIGNATURE: [] ACCOUNT NO.: []

TURN OVER TO FIND OUT.

TOTAL CANADIAN CASH (INCL. COUPONS)

LIST CHEQUES IN COLUMN 1 AND IN COLUMN 2 WHEN NECESSARY

U.S. CASH [] CDN. EQUIV. []

FORM 1728 (11-74)

Fonte: Southern Africa. Nova York: v. 11, n. 5. jun-jul. 1978, p. 33.

iii. visitas aos gerentes dos bancos. O TCLSAC incentivava os leitores que possuíam contas nos bancos envolvidos a irem diretamente questionar seus gerentes a respeito dos empréstimos e as atuais políticas das instituições para negócios estrangeiros. iv. campanha de retirada de contas. Opções com alternativas aos bancos foram apresentadas, incentivando instituições e indivíduos a retirarem suas contas dos bancos que não apresentassem novas políticas de empréstimo com a África do Sul.

A revista de abril de 1978 apresentou os resultados do dia nacional de mobilização contra os bancos, 21 de março. Nessa edição é apresentada a data acordada para a retirada das contas “day of withdrawal”, no dia 16 de junho. A revista apresenta o impacto que essa data poderia ter nos bancos: “If the full impact of the campaign is realized the four Canadian banks alone could lose up to \$110 million in deposits by June 16 [...]” (TCLSAC Reports. v. 02, n. 09, abr. 1978, p. 3).

Figura 18 – Protestos do dia 21 de março de 1978. Manifestantes em frente ao Royal Bank of Canada.



Fonte: TCLSAC Reports. Toronto: v. 02, n. 09, abr. 1978, p. 4.

Na semana que antecedeu 21 de março o TCLSAC estimou que 20 mil réplicas de comprovantes de depósito foram colocadas em diferentes bancos da região de Toronto. (TCLSAC Reports. v. 02, n. 10, mai. 1978, p. 4). Essa ação

gerou respostas por parte das instituições, com o Royal Bank instruindo seus funcionários a retirar os comprovantes de depósito dos balcões, entregando-os apenas quando solicitado pelos clientes (*Ibid.*).

A manutenção dessa campanha gerava diferentes tipos de despesas para o grupo. Com o objetivo de angariar valores para dar continuidade à campanha o TCLSAC organizou uma festa beneficente no dia 15 de abril de 1978, arrecadando 300 dólares. A venda de materiais de campanha para outros grupos se somava ao balanço financeiro. Os gastos da campanha não cobertos pela venda de materiais até março do ano de 1978 fecharam em 1326,02 dólares.

Apresentar novas possibilidades para soluções bancárias e de crédito foi uma das estratégias do TCLSAC no combate aos bancos. Como alternativa, a revista compartilhou informações sobre a cooperativa de crédito *Bread and Roses*¹¹⁴. Formada em 1978 esta era a instituição que o TCLSAC mantinha seus fundos. (TCLSAC Reports. v. 02, n. 11, jun. 1978, p. 9).

Com o início da década de 80 a revista passou a dar menos ênfase nos protestos e na organização de outras ações. A última mobilização apresentada no periódico foi a pauta dos bancos dentro da assembleia legislativa da cidade de Toronto. Duas resoluções se tornaram pauta em 25 de fevereiro de 1980 - vindas de dois membros do conselho municipal de planejamento. Elas estabeleciam novas normas para a administração das finanças do município de modo que estas não passassem através dos bancos envolvidos em negócios com a África do Sul. Nos debates subsequentes foi requisitada a presença de John Zimmerman, da administração da TCCR, e John Saul, do TCLSAC, para debaterem o tema junto aos legisladores. (TCLSAC Reports. v. 04, n. 23, abr-mai. 1980, p. 8-9). A votação aprovou as duas resoluções, determinando que os bancos da cidade teriam um ano para apresentarem ao município que haviam cortado relações com a África do Sul. Caso a determinação não fosse atendida

¹¹⁴ Criada com o objetivo de alinhar políticas de crédito com responsabilidade social essa cooperativa de crédito se apresentava como uma instituição preocupada com o rumo que os bancos tradicionais estavam tomando pela década de 1970 e 1980. Mais informações em: Making Waves (v. 04, n. 02, Mai, 1993). Disponível em: <https://communityrenewal.ca/sites/all/files/resource/MW040201.pdf> Acesso em: 07/06/2023

as contas públicas migrariam para instituições menores que não estivessem envolvidas com o governo do *Apartheid*.

Durante o ano de 1980, até o encerramento do periódico em 1984, a campanha deu ênfase nas eleições da cidade. O TCLSAC questionou os candidatos aos cargos do legislativo e do executivo quanto a sua postura em relação aos bancos e a proposta que havia sido votada no início do ano. Uma tabela contendo as posições que cada um dos candidatos deu ao grupo foi organizada na edição de outubro (figura 19).

Figura 19 – Respostas dos candidatos das eleições municipais sobre a pauta dos bancos

TORONTO ELECTIONS

NO LOANS TO SOUTH AFRICA!

On April 14, 1980 Toronto City Council considered a motion, (one which had already been passed by the Planning Board), to withdraw city funds from any chartered bank that made loans to the South African government or its agencies. A motion requiring the banks to report to Council by April 1, 1981 on their policy on loans to South Africa, was supported by 14 of 19 members present. A motion to condemn apartheid was passed unanimously. In May 1981 City Council will reconsider the question of whether or not to withdraw the city's money (the city deals with the banks at a rate of \$20 million a day) from any bank making new loans to or underwriting bond issues for the South African government or its agencies.

The outcome of the November 10th municipal election is recognized as being crucial for the result of next May's vote on withdrawal. It is important for TCLSAC members in Metro Toronto to take into account their aldermanic candidates' stand on this issue.

There may also be a problem resulting from bank management making statements sufficiently vague as to mask their actual policy, which makes it all the more important that the aldermen and mayor are aware that the issue is one which concerns many constituents.

In order to determine the opinion of the candidates in the upcoming election, TCLSAC asked the following question (incumbents were given a written questionnaire and other candidates were reached by telephone):

If you are (re-)elected will you support a motion to withdraw city money from a bank if the bank has not substantially changed its loan policy towards the government of South Africa?

The following responses were received:

Mayor
John Sewell -- support withdrawal
Art Eggleton -- no response

Aldermen

Ward 1
David White (Incumbent)--supports withdrawal
Wm Boytchuk (I) -- no response
Bill Roberts-- unsure
Brynne Teall--supports withdrawal

Ward 2
Tony Ruprecht (I)--supports withdrawal
Susan Atkinson--supports withdrawal
Ben Crys--no response
Elaine Ziemba--supports withdrawal

Ward 3
Joe Piccininni (I)--no response
Richard Gilbert(I)--supports withdrawal and would support a similar motion at Metro Council if elected there.

Ward 4
Tony O'Donahue--no response
Nick Figliano--no response
Barbara Murd--supports withdrawal
Tony Ianno--didn't know
Bill Moniz--supports withdrawal
Joe Pantalone--supports withdrawal

Ward 5
Ying Hope--no response
Jim Habitsis--no response
Pon Kanter--unable to answer--would not endanger the economy of the city
David Scott--no response
Menno Vorster--supports withdrawal

Ward 6
Dan Heap (I)--supports withdrawal
Gordon Chong--no response
George Hislop--supports withdrawal
Rose Smith--no response

O próximo subcapítulo será dedicado a expor os laços nacionais e internacionais apresentados no *TCLSAC Reports*.

4.5. Conexões nacionais e internacionais

Componente priorizado na revista, as relações com outras entidades demonstram os diferentes níveis por onde o grupo buscou alçar a campanha. Influenciados pelos movimentos de igrejas dos Estados Unidos na década de 1960 (PRATT, 1997) a crítica ao papel das grandes corporações no Canadá se formou sob horizontes transnacionais. Estes laços transparecem no *TCLSAC Reports* tanto como uma característica reconhecida e valorizada como um traço de sua formação.

Já na primeira aparição da campanha na revista se observam as conexões existentes entre grupos nos EUA com o que estava sendo organizado no Canadá. Representantes de um dos subcomitês encarregados pela administração da emergente campanha contra os bancos do TCLSAC se encontraram com Prexy Nesbitt¹¹⁵ para coordenar ações nos dois países.

Many of the central elements of the United States campaign – the gathering of trade union, political party, and church support, and the linking of the banks' activities in South Africa with their domestic policies – were also primary concerns of those of us working in Toronto. Plans were made for international coordination, when possible, between the two campaigns (TCLSAC Reports. Toronto: v. 01, n. 05, set. 1977, p. 9).

A formação de coalizões, característica compartilhada com grupos semelhantes do Canadá, foi uma estratégia adotada pelo TCLSAC para essa campanha. O caráter descentralizado da ação aparece na revista ao se

¹¹⁵ Rozell William Nesbitt nasceu em 1944 nos Estados Unidos. Professor, ativista, engajado com o movimento dos direitos civis e a luta antiapartheid. Esteve ligado ao American Committee on Africa (ACOA) e em 1977, atuou como representante do Campaign to Oppose Bank Loans to South Africa (COBLSA), ambos movimentos dos EUA.

mencionar os pontos discutidos entre diferentes grupos do país em uma das reuniões protagonizadas pelo TCLSAC em dezembro de 1977.

“That a nationally co-ordinated campaign be held” which will not involve a national staff or interfere with local actions. It was agreed that each group would circulate a two or three page statement about their group among the other organizations. This would allow for the sharing of objectives, methods of work, political understanding of Southern Africa, and other information useful to the campaign (TCLSAC Reports. Toronto: v. 02, n. 07, fev. 1978, p. 4).

O compartilhamento de informações aproximava grupos distantes do país. Mesmo que não exercessem exatamente as mesmas atividades as redes formadas em prol da *Bank Campaign* permitiam o fluxo de informações. Neste quesito, a produção de materiais de campanha, aqui inclusa a confecção de periódicos como é o caso do *TCLSAC Reports*, viabilizou o transporte de dados que tornavam possíveis o compartilhamento de avanços e retrocessos, proporcionando diferentes possibilidades que iam da confecção de eventos conjuntos até a organização de estratégias nacionais de boicote. A análise das fontes primárias permite reforçar essa constatação. Em correspondência enviada ao TCLSAC, de Toronto, o SAAC, da cidade de Vancouver, em 1978, compartilhou dados quanto aos seus avanços na campanha que estava promovendo a nível municipal (anexo H):

We received your report of August / 78 and found the contents very informative. The sharing of experiences, strategies, and tactics is an extremely productive exercise. The following is a summary of our activities over recent months. (SAAC. 1978).

Laços internacionais também figuravam entre as conexões expostas pelo grupo na revista. A visita de dois representantes da SWAPO ao Canadá, Tonata Envula, secretária do conselho das mulheres, e Aaron Shihepo, secretário de relações exteriores, em 3 de março de 1978, incluiu na agenda de palestras uma fala a respeito dos investimentos canadenses na Namíbia/África do Sul.

At the public meeting at St. Paul's Centre, Saturday March 4, Shihepo cautioned us not to be optimistic about any initiatives from Western countries. “They are merely trying to protect their

investments,” he said. TCLSAC should rally Canadians to protest the involvement of both Canadian corporations and the Canadian government in supporting the racist Vorster regime’s illegal occupation of Namibia [...] Shihepo reminded us that cheap labour system to which these companies are attracted for high profit also hurts Canadian workers who lose their jobs when they make just wage demands. (TCLSAC Reports. Toronto: v. 02, n. 08, mar. 1978, p. 3).

John Saul traz mais dados quanto a repercussão internacional da revista:

In fact, it was difficult not to be pleased, many years later (in early 2008), when we received from one of the editors of the excellent new South African magazine *Amandla!* a note stating that “the last issue of the Southern Africa Report was a sad day for some of us and an important inspiration behind the launch of *Amandla!*” (2009, p. 17).

As cartas de apoio e solidariedade enviadas ao TCLASC eram compartilhadas na revista. Um dos casos apresentados revela a influência exercida pelos materiais do TCLSAC no caribe:

Letters of support for the campaign have come from far afield, including news of a parallel campaign to be waged in the Caribbean by the Ecumenical Study Group of St. Vincent which, after reading a packet of TCLSAC literature, realized that it was exactly the same Canadian banks that were involved on their island. (TCLSAC Reports. Toronto: v. 02, n. 11, jun. 1978, p. 3).

A campanha também obteve atenção em Moçambique. Um relato compartilhado por Barry Pinsky, um dos cooperantes canadenses recrutados através do TCLSAC e do CUSO, tocou na repercussão que as ações contra os bancos tiveram em um jornal do país, o Notícias. “On this score the withdrawal of money by unions and churches etc. from banks dealing with S. Africa was reported in our daily paper ‘Notícias’. Good news!” (*Ibid.* p. 6).

A presença do TCLSAC em conferências e órgãos internacionais fora do país também figurou entre os artigos. Em um fórum dedicado a campanha contra os bancos dos EUA, na cidade de Chicago, em 7 de agosto de 1978, o TCLSAC apresentou dados e resultados a respeito de sua ação no Canadá. (TCLSAC

Reports. Toronto: v. 02, n. 12, set. 1978, p. 8). Destaque especial vai para a fala do TCLSAC nas Nações Unidas, em 6 de junho de 1979, após convite feito pelo Comitê Especial Contra o Apartheid. Quatro grupos foram convidados a participarem da seção como especialistas no assunto, com Pat Baker, integrante do TCLSAC, apresentando o relatório do grupo a respeito da campanha contra os bancos no Canadá.

Durante os sete anos em que a revista foi publicada o TCLSAC procurou engajar outros grupos na campanha. Através da revista eram anunciados encontros abertos, voltados a sindicatos, igrejas e outros comitês de solidariedade.

On November 10, TCLSAC is organizing a meeting for a number of groups in Ontario to discuss this year's strategies for the bank campaign. Groups which have been or are interested in becoming active in the bank campaign – universities and church organizations, for example – will be invited to attend. [...] This meeting will be held at St. Paul's Centre, 121 Avenue Road, and will probably be an all-day meeting. For further information please contact the TCLSAC office. (TCLSAC Reports. Toronto: v. 03, n. 19, out-nov. 1979, p. 12)

Trinta pessoas, representando quinze grupos da província de Ontario, participaram do encontro do dia 10 de novembro de 1979. Na reunião o TCLSAC concordou em agir como o principal articulador e disseminador de informações da campanha. (TCLSAC Reports. Toronto: v. 03, n. 20, dez. 1979, p. 8).

Esse papel do TCLSAC de articulador nacional da campanha é reforçado por Linda Freeman:

All over the country, anti-apartheid networks focused on community based education and organizational work. In addition, two resource and information centres on southern Africa - the Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa (TCLSAC) and Le Centre de l'Information et de Documentation sur le Mozambique et l'Afrique Australe (CIDMAA) in Montreal became vital coordinating centres at the national level. (1997, p. 146).

A partir de 1980, com a baixa intensidade da campanha na revista, o foco dos artigos se tornou a articulação na câmara municipal de Toronto, sendo esse o último destaque da campanha no TCLSAC Reports até o fim de sua publicação.

5. Conclusão

A Campanha dos Bancos, como era chamada pelos ativistas que a encabeçaram, contou com a participação de múltiplas organizações, estas com diferentes origens e propósitos. Começando pelas igrejas, retratadas no início da pesquisa, a sua ação tomou inspiração nas precedentes mobilizações organizadas nos Estados Unidos na oposição a Guerra do Vietnã e na luta pelos direitos civis nas décadas de 1950 e 1960. A presença de missionários canadenses em países africanos nas décadas anteriores, no contexto das lutas de libertação, foi outro fator importante na construção das campanhas promovidas pela igreja na década de 1970. O retorno de missionários ao Canadá, como Jim Kirkwood, Garth Legge, Murray McInness e outros, tornou possível além do compartilhamento de experiências a articulação destas igrejas com diferentes representantes de organizações engajadas na luta *antiapartheid* mundo afora. Somados a estes fatores a formação do *Programme to Combat Racism* (PCR) do *World Council of Churches* (WCC) em 1969 foi outra característica de destaque, adicionando novos horizontes na mobilização global das igrejas cristãs no combate ao *Apartheid* e os regimes de minoria branca.

Os canais de comunicação existentes entre os movimentos de igrejas engajados na busca por justiça social possibilitaram a publicização dos *Frankfurt Documents*, levando a construção de campanhas de denúncia aos empréstimos feitos por bancos na Europa e América do Norte. O ativismo de acionistas colocou nas salas das reuniões de investidores representantes das igrejas preocupados com os desdobramentos predatórios da ação empresarial canadense nos países do Terceiro Mundo. Buscando coibir os danos do capital canadense, em solidariedade com os povos da África Austral, a *Taskforce on Church and Corporate Responsibility* (TCCR) pressionou a administração pública, pedindo por legislações que cessassem ou reduzissem os estragos ocasionados. Inicialmente preocupados com estas problemáticas a organização se voltou para a denúncia ao *Apartheid*, adotando a luta contra os bancos como uma de suas principais ocupações durante as décadas de 1970 e 1980.

Os embates com o governo canadense, também uma das preocupações das igrejas quanto a pauta dos bancos, fizeram parte da agenda dos comitês de

solidariedade organizados no Canadá. Estas críticas feitas a administração pública buscaram escancarar o que era identificado como uma postura ambígua do governo do país. A oscilação da política externa canadense se deve a diferentes processos históricos que atravessaram o século XX. As descolonizações e a nova configuração política mundial pós Segunda Guerra colocou o Canadá em uma postura delicada dentro de órgãos multilaterais como a *Commonwealth*. Advogar a favor da igualdade entre os povos nestes espaços colocava o país em conflito com a África do Sul e o seu sistema de segregação baseado na raça. A expansão destes órgãos, agora compostos por países recém independentes, pressionou o Canadá a rever o seu legado com a África do Sul, histórico parceiro comercial no continente africano.

O descontentamento - ocasionado pela postura ambígua do Canadá - de parte da população do país eclodiu também através dos comitês de solidariedade. Suas origens, centradas em universidades, sindicatos e outras expressões da sociedade civil, tiveram grande influência de ONGs como o *Canadian University Service Overseas* (CUSO). A partir de 1970, impulsionados pela crítica à postura oficial canadense em relação ao continente africano, diferentes agremiações, compostas por integrantes vindos de múltiplos contextos sociais, se reuniram para denunciar o *Apartheid* e a duplicidade canadense. Estas organizações - muitas vezes em aliança com as igrejas - conduziram protestos, disseminaram informações e combateram os abusos do setor privado canadense no exterior. Notável articulação destes grupos, em especial o TCLSAC da cidade de Toronto, foi a organização e aplicação da campanha contra os empréstimos e investimentos feitos pelos cinco maiores bancos do país.

A análise destes três eixos da revista permitiu constatar diferentes mecânicas, apresentações e procedimentos existentes na campanha organizada. Aos exemplos, de acordo com cada eixo, a análise do material possibilitou compreender traços como: i. fundamentação, partindo dos argumentos apresentados e como estes se erguiam através das informações coletadas, compartilhadas e processadas na revista; ii. as práticas e como estas eram apresentadas através do periódico, revelando um pouco das dinâmicas

empregadas e os resultados perseguidos; iii. A constituição da agremiação e seus traços formativos, estes ligados as suas origens transnacionais, expostos tanto na formação e evolução da campanha quanto em seus integrantes – muitos com vasta experiência no exterior.

Ao analisar estes três eixos foi possível observar e situar as contribuições vindas das redes que o TCLSAC participava. A partir do seu processo de enquadramento empregado na *Bank Campaign*, observado através da forma com que os bancos foram atrelados ao *Apartheid*, foi observado a utilização de argumentos fundamentados em dados coletados pelas diversas organizações religiosas e seculares envolvidas em algum grau com a maior mobilização anticorporativa vigente no Canadá entre as décadas de 1960 e 1970. A edificação do sentimento anticorporativo endereçado aqui através das reações dadas as decisões da política externa canadense quanto a África Austral no século XX constituíram um dos motores da visão questionadora do TCLSAC para com a indústria militar sul africana nas suas ligações com o universo financeiro do Canadá, simbolizado através dos empréstimos e investimentos capitaneados pelos cinco maiores bancos do país à África do Sul.

As ações de protesto, que envolviam boicotes, ativismo de acionistas, piquetes e outras políticas contenciosas, tomaram também força através do compartilhamento de experiências. Influenciados pela campanha contra os bancos nos Estados Unidos e pela trajetória *antiapartheid* das igrejas estadunidenses o TCLSAC pode apresentar distintas abordagens que cobriam ações individuais e em grupo.

Explicitar as conexões nacionais e internacionais expostas na revista representou de forma vívida o emprego de relações transnacionais com outros entes não estatais preocupados com o papel que as instituições privadas tinham no suporte do *Apartheid* e na ocupação da Namíbia. Um dos saldos mais marcantes deste tipo de articulação com outros grupos se dá na troca de experiências. O contato entre ativistas de diferentes contextos sociais fez com que a questão dos bancos tocasse em um mesmo tom no palco internacional. Este processo de 'afinamento' se deu de forma gradual através das diversas reuniões, palestras e debates promovidos no Canadá, Estados Unidos e países

européus. Através da análise da fonte primária foi possível observar a preocupação que o grupo tinha em expandir os horizontes da causa *antiapartheid*. A ação do TCLSAC junto a outros componentes desta vasta rede transnacional de advocacia procurou influenciar espaços políticos supranacionais como a ONU. O convite do Comitê Especial Contra o Apartheid das Nações Unidas nos Estados Unidos em 1979 representa o destaque que os comitês internacionais de solidariedade estavam tendo na construção do discurso global de rejeição do *Apartheid*. Convidado sob a categoria de especialista no assunto o TCLSAC se apresentou como representante da luta contra os bancos no Canadá. Este destaque não se dá apenas devido a sua notável mobilização local, na cidade de Toronto e arredores, mas lhe é atribuído reconhecimento justamente pela vasta experiência com representantes internacionais da luta *antiapartheid* global, em especial líderes africanos oriundos de movimentos de libertação e outras organizações engajadas na luta contra a segregação.

Embora a análise do material proposto proporcione uma rica compreensão do fenômeno apresentado é necessário ressaltar que mais esforços analíticos precisam ser empregados para que se tenha uma visão abrangente da campanha contra os bancos no Canadá e em outros países. Novas abordagens metodológicas aliadas ao acesso a fontes primárias ainda não exploradas – no Canadá e no exterior – podem entregar resultados promissores, vindo a somar com o que foi apresentado aqui. Exemplos são vastos, como o próprio impacto das igrejas do Canadá e as expressões de cunho internacional, como o WCC. O acesso a arquivos na África do Sul, Moçambique, Namíbia, Angola e Zimbábue pode fornecer mais subsídios para análises preocupadas em observar a oposição aos bancos no campo internacional. O impacto que organizações como o *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* (TCLSAC) tiveram nas trajetórias políticas dos conflitos sociais do século XX merece ser observado com atenção por historiadores, cientistas sociais e analistas das ciências humanas. A análise deste tipo de fenômeno social pode nos ofertar novas contribuições na compreensão dos amplos processos históricos desenrolados durante a Guerra Fria. Situar os espaços de ação de atores não convencionais na construção das configurações políticas

globais deste período também traz a oportunidade de dar voz as próprias lutas, nos auxiliando num melhor manejo dos múltiplos legados presentes atualmente.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas:

ANGLIN, Douglas G. Towards a Canadian policy on Africa. **International Journal**, v. 15, n. 4, p. 290-310, 1960.

BARBOSA, Pedro. **A Frente de Libertação de Moçambique e as Conexões Transnacionais da Guerra Fria: 1962-1969**. 288f Tese (Doutorado em História) – (Escola de Humanidades), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.

BAKER, Pat. **The Canadian Campaign to End Bank Loans to South Africa**. NAÇÕES UNIDAS. COMITÊ ESPECIAL CONTRA O APARTHEID. Nova York: 1979. Disponível em: https://jstor.org/stable/al.sff.document.nuun1979_20. Acesso em: 12/06/2023

BEER, David. Depoimento. [Março 2018]. Ottawa: **Canadian Anti-Apartheid Oral Histories Project**. Entrevista concedida a Susan Bazilli e Michael Bueckert. Disponível em: <https://carleton.ca/africanstudies/conferences/oral-history-interviews-solidarity-and-shifting-patterns-of-hegemony-in-southern-africa/> Acesso em: 10/04/2023

BENTO XVI, PAPA. Carta encíclica. **Caritas in Veritate**. Roma: Librería Editrice Vaticana, 2009.

BLANCHETTE, Arthur E. **Canadian foreign policy 1966-1976: selected speeches and documents**. No. 118. Ottawa: McGill-Queen's Press-MQUP, 1980.

BOSGRA, Sietse. **From Jan van Riebeeck to solidarity with the struggle The Netherlands, South Africa and apartheid**. The Road to Democracy in South Africa, 2006.

BOURGEAULT, Ron. Canada Indians: the south african connection. **Canadian Dimension**. Winnipeg, v. 21, n. 08, p. 6-10, jan 1988.

BUECKERT, Michael. **Boycotts and Backlash: Canadian Opposition to Boycott, Divestment, and Sanctions (BDS) Movements from South Africa to Israel**. 370f. Tese. (Doutorado em Sociologia) Carleton University, Ottawa, Canadá. 2020.

CANADÁ. **House of Commons Debates**. Commonwealth Relations. South Africa Reference to statements by prime minister to labour congress, 24th Parliament, 3rd Session: Vol. 01. Ottawa: 1960. 1232p. Disponível em: https://parl.canadiana.ca/view/oop.debates_HOC2403_01/494 Acesso em: 22/03/2023

_____. **House of Commons Debates**. Commonwealth Relations. Apartheid Policy in Commonwealth. Motion for Adjournment Under Standing Order 26. 24th Parliament, 3rd Session: Vol. 03. Ottawa: 1960. 1328p. Disponível em: https://parl.canadiana.ca/view/oop.debates_HOC2403_03/881 Acesso em: 22/03/2023

_____. **Department of External Affairs**. Foreign policy for Canadians. Vol. 1. Ottawa, 1970. 215p. Disponível em:

<https://gac.canadiana.ca/view/ooe.b1603784E/1> Acesso em: 10/04/2023

CANADIAN COUNCIL OF CHURCHES. **Who we are**. Disponível em: <https://www.councilofchurches.ca/about-us/> Acesso em: 05/12/2022

CHAVES, Wanderson. **A Questão Negra: A Fundação Ford e a Guerra Fria (1950- 1970)**. Curitiba: Appris, 2019.

CHRISTIAENS, Kim. States going transnational: transnational state civilian networks and socialist Cuba and Sandinista Nicaragua solidarity movements in Belgium (1960s-1980s). **Revue belge de philologie et d'histoire/Société pour le progrès des études philologiques et historiques** [Bruxelles]-Bruxelles, 1922, currens, v. 89, n. 3/4, p. 1277-1306, 2011.

CONSTATINO, Núncia Santoro. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 1, p. 183-194, 2002.

FREEMAN, Linda. **The ambiguous champion: Canada and South Africa in the Trudeau and Mulroney years**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

GELB, Stephen. Depoimento. [Março 2018]. Ottawa: **Canadian Anti-Apartheid Oral Histories Project**. Entrevista concedida a Susan Bazilli e Michael Bueckert. Disponível em: <https://carleton.ca/africanstudies/conferences/oral-history-interviews-solidarity-and-shifting-patterns-of-hegemony-in-southern-africa/> Acesso em: 23/05/2023

GENERAL SYNOD ARCHIVE RECORDS. **Thomas Murray Anthony Fonds**. Toronto, Ontario. Disponível em: <https://www.anglican.ca/archives/holdings/fonds/thomas-murray-anthony-fonds/>. Acesso em: 05/12/2022

HASLAM, David. **The Campaign Against Bank Loans for Apartheid**. NAÇÕES UNIDAS. COMITÊ ESPECIAL CONTRA O APARTHEID. Nova York: 1979. Disponível em: https://jstor.org/stable/al.sff.document.nuun1979_19 Acesso em: 12/06/2023

HAYES, Frank. South Africa's Departure from the Commonwealth, 1960-1961. **The International History Review**, v. 02, n. 03, p. 453–484, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40105085>. Acesso: 21/03/2023

HILLMER, Norman. Foreign Policy. In: **The Oxford Companion to Canadian History**, Toronto: Oxford University Press, 2004.

HOPE, Kofi N. **In search of solidarity: international solidarity work between Canada and South Africa 1975-2010**. 303 f. Tese (Doutorado em Política) – (Departament of Politics and International Relations), University of Oxford, Oxford, Inglaterra. 2011.

HUDSON, Darril. The World Council of Churches and Racism in Southern Africa. **International Journal**, 1979, 34.3 475-500.

HULL, Richard. **American Enterprise in South Africa**: historical dimensions of engagement and disengagement. Nova York: NYU Press. 1990.

INGRAM, Derek. **The Commonwealth Challenge**. Londres: George Allen & Unwin, 1962.

JAMIESON, D. **Statement by the Secretary of State for External Affairs**. Canadian Policy Towards South Africa. House of Commons. Declaração. Canadá, dezembro de 1977. Disponível em: <http://digilibary.unisa.ac.za/digital/collection/p21049coll38/id/4/> Acesso em: 04/01/2023.

KECK, Margaret E. et al. **Activists beyond borders**: Advocacy networks in international politics. Cornell University Press, 1998.

_____. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International social science journal**, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999.

KEENLEYSIDE, T. A. Canada-South Africa commercial relations: 1977–1982: Business as usual? **Canadian Journal of African Studies/La Revue canadienne des études africaines**, v. 17, n. 3, p. 449-468, 1983.

KNIGHT, Richard; KUMALO, Dumisani S. Documenting the US Solidarity Movement-With reflections on the sanctions and divestment campaigns. In: **Unpublished Paper presented at the Conference on Celebrating a Decade of Freedom: International Anti-Apartheid Movements in South Africa's Freedom Struggle**: Lessons for Today. UKZN. 2004.

LADOUCEUR, Paul. Canadian Humanitarian Aid for Southern Africa. In: ANGLIN, Douglas et. al. **Canada, Scandinavia and Southern Africa**. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies. 1978.

LARSON, Zeb. The Sullivan principles: South Africa, apartheid, and globalization. **Diplomatic History**, v. 44, n. 3, p. 479-503, 2020.

LEGGE et. al. The black paper: An alternative policy for Canada towards Southern Africa. **Canadian Journal of African Studies**, v. 04, n. 03, p. 363-394, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/484068> Acesso em: 10/04/2023

LUCE, Frank. Dangerous simplifications, suspicious elements and prolonged silence: Canadian protestants and the pide on the Benguela plateau in: ROQUE, Ana Cristina & TORRÃO, Maria Manuel (Orgs.) **O Colonialismo português** – novos rumos da historiografia dos PALOP. Porto: HUMUS, 2013.

MACLEOD, Michael. Religion and the rise of global corporate social responsibility. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 9, n. 3, p. 29-36, 2011.

MARSHALL, Judith. Depoimento. [Março 2018]. Ottawa: **Canadian Anti-Apartheid Oral Histories Project**. Entrevista concedida a Susan Bazilli e Michael Bueckert. Disponível em: <https://carleton.ca/africanstudies/conferences/oral-history-interviews-solidarity-and-shifting-patterns-of-hegemony-in-southern-africa/> Aceso em: 29/05/2023

MATTHEWS, Robert; HELLEINER, Gerald. Further Notes on An Alternative Policy For Canada Towards Southern Africa. **Canadian Journal of African Studies**, v. 05, n. 03, p. 359-363, 1971. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/484183> Acesso em: 10/04/2023

MAKING WAVES. 1993- Disponível em:

<https://communityrenewal.ca/sites/all/files/resource/MW040201.pdf> Acesso em: 07/06/2023

MICOU, Ann McKinstry. **Canadian NGOs Providing Resources for Development and Social Justice in South Africa: A Handbook**. Working Paper Number 19. Nova York, 1992.

_____. **South Africans Speak: Discussion Forum Presentations 1987-1989**. South African Information Exchange Working Paper Number 12. Nova York, 1990.

MUFAMADI, Thembeke Doris. **The world council of churches and its programme to combat racism: The evolution and development of their fight against apartheid, 1969–1994**. 286f Tese (Doutorado em História), University of South Africa, Pretória, África do Sul. 2011.

MUNTON, Don; SHAW, Timothy M. **Apartheid and Canadian Public Opinion. International Perspectives**. Set/Out, 1987.

NESBITT, Prexy. **Anti-Apartheid Activities in the United States of America: A Rising Tide**. Rozell 'Prexy' **Nesbitt Writings and Speeches**. 11. 1977.

PAREDES, Marçal. Para Além da Lusofonia: o Toronto Committee for the Liberation of Portugal's African Colonies (TCLPAC) do Canadá e a Luta Anticolonial em Angola e Moçambique (1972-1975). **Revista Tempo e Argumento**, v. 14, n. 35, 2022.

PRATT, Cranford. Canadian Policy towards Southern Africa: Brief from the Taskforce on the Churches and Corporate Responsibility. **Canadian Journal of African Studies/La Revue canadienne des études africaines**, v. 16, n. 1, p. 113-126, 1982. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/00083968.1982.10803996> Acesso em: 03/04/2023

PRATT, Renate. **In good faith: Canadian churches against apartheid**. Wilfrid Laurier Univ. Press, 1997.

PRIDEAUX, Brian. Anglicans and Lutherans: the wider ecumenical context. **Consensus**, v. 12, n. 1, p. 10, 1986.

PURITT, Paul. Involvement. **Scarboro Missions Magazine**, v. 58, n. 01, Jan. 1977. Toronto: Scarboro Foreign Mission Society. Disponível em:

<https://archive.org/details/scarboromissions> Acesso em: 03/04/2023.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

SAUL, John. Against the Grain: Support Work for Southern African Liberation in Canada and the United States. In: TEMU, A. J; TEMBE, J. D. N. **Southern**

African liberation struggles: contemporaneous documents, 1960-1994. Dar-Es-Salaam: Mkuki na Nyota. 2014.

_____. **Canada and Mozambique.** Toronto: DEC/TCLSAC. 1974.

_____. Canadian Bank Loans to South Africa. In: ANGLIN, Douglas George; SHAW, Timothy M.; WIDSTRAND, Carl Gösta (Ed.). **Canada, Scandinavia, and Southern Africa.** Nordic Africa Institute, 1978.

_____. **On Building a Social Movement:** the north American campaign for southern African liberation revisited. Toronto: Fernwood Publishing, 2017.

_____. **Revolutionary Traveller.** Freeze-Frames from a Life. Winnipeg: Arbeiter Publishing. 2009.

_____. Two fronts of anti-apartheid struggle: South Africa and Canada. **Transformation:** critical perspectives on Southern Africa. n. 74, p.135-151. 2010.

SCHEFFER, J. V. C.. Ativismo Transnacional Antiapartheid: A Campanha dos Bancos Canadenses. **Revista Latino-Americana de História,** v. 11, p. 13-26, 2022.

SMILLIE, Ian. **The Land of Lost Content:** A History of CUSO. Toronto: Deneau. 1985.

SMITH, Timothy H. Bank Loans to South Africa: The Case Against 'Business as Usual'. **African Issues,** v. 7, n. 1, p. 12-14, 1977.

SNOW, D. Framing and Social Movements. In: KLANDERMANS, Bert et al. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements.** Hoboken: Wiley-Blackwell, 2013.

SOUTHERN AFRICA. Nova York: 1964-1983. Disponível em: <https://africanactivist.msu.edu/record/210-849-29253/> Acesso em: 06/06/2023

TASK FORCE ON DIALOGUE WITH CORPORATIONS. Consultation on corporate social responsibility and investments in portuguese and southern africa. Final report. 1974. TCLSAC Archive. Archives of Ontario, York University.

TCLSAC. **Words and Deeds:** Canada, Portugal and Africa. Toronto: Better Read Graphics. 1976.

TCLSAC REPORTS. Toronto: 1977-1984. TCLSAC Archive, Archives of Ontario.

THE GLOBE AND MAIL. 1936- Disponível em: www.proquest.com/historical-newspapers/south-african-arms-find-showroom/docview/1238759134/se-2 Acesso em: 12/06/2023.

TENNYSON, B. **Canadian Relations with South Africa:** A Diplomatic History. Washington, DC: University Press of America, 1982.

UNITED NATIONS COUNCIL FOR NAMIBIA: Decree on the Natural Resources of Namibia. 1974. International Legal Materials, 13(6), 1513-1514. Disponível em doi:10.1017/S0020782900040006 Acesso em: 21/03/2023

VILLIERS, Les. **In sight of surrender**: The US sanctions campaign against South Africa, 1946-1993. Westport: Praeger, 1995.

WORLD COUNCIL OF CHURCHES. Encontro do comitê executivo. Atas da reunião, Foyer John Knox. Genebra, Suíça. Agosto de 1980. Disponível em: https://archive.org/details/minutesofmeeting00unse_65/mode/2up Acesso em: 28/12/2022

YWCA. **Celebrating 150 years!**. Disponível em: <https://ywcacanada.ca/who-are-we/impact-history/> Acesso em: 08/12/2022.

Anexo A - Publicação do CIC de 1973 revelando os 'Frankfurt Documents'

CIC Brief – July, 1973

THE FRANKFURT DOCUMENTS

Secret Bank Loans to the South African Government

The Corporate Information Center recently obtained confidential internal documents known as the "Frankfurt Documents" originating from sources within a U.S.-based multinational banking firm, the European-American Banking Corporation. These materials reveal that a group of forty banks from the United States, Europe, and Canada have been jointly involved in direct loans totaling over \$210 million to the South African government and its agencies since late 1970.

Participants for two of the six loans, representing \$70 million of the total, include 11 American banks. It is likely that other American banks are involved in the additional loans. Representatives of the European-American Banking Corporation confirmed the veracity of the documents in a meeting in New York with Judge William Booth, president of the American Committee on Africa, Rev. Donald Morton, South African consultant to the Council for Christian Social Action, United Church of Christ, and Professor Sean Gervasi, economic research officer at Oxford University.

The fact that these transactions were carried out in complete secrecy has extreme political significance. The banks involved obviously were seeking to avoid public protest of subsidies to the racially oppressive South African government.

From 1966 to 1969, American churches, community organizations, the United Nations, and other groups conducted a successful "Bank Campaign" against 10 American banks that were providing a \$40 million revolving credit arrangement to the South African government (see Item I). While the banks then denied that public pressure caused them to cancel the credit, these latest revelations of secret loans suggest the opposite.

With the documents' revelations, church agencies and other organizations concerned about South African issues have begun organizing protest of the loans. The following discussion provides an initial basis for action (see Item II) on the developing new bank campaign.

EABC's Role

According to the secret documents, the European-American Banking Corporation (EABC) of New York was the chief organizer of substantial credits, making six major transactions with the South African government. These loans are far larger than any previously given to the South African government.

EABC is jointly owned by six of the largest banks in Europe – the Deutsche Bank, West Germany; the Societe Generale, France; Midland Bank, U.K.; Amsterdam-Rotterdam Bank N.V. of the Netherlands; the Societe Generale de Banque S.A. of Belgium; and the Creditanstalt-Bankverein of Austria. EABC represents the link between these European financial interests and the U.S. money market. It also is one of the most powerful banking groups in the world.

With combined deposits and loans of nearly \$1.1 billion, it is one of the top 70 banking organizations in the U.S. EABC is also probably the most important source of finance for the importers of diamonds in New York. The bank thus has a unique connection with South Africa, where the bulk of the world's diamonds are marketed through South Africa's De Beers Corp.

By selling participation in the various credit arrangements to American and multinational banks, EABC tapped the U.S. money market, largely through the offshore subsidiaries of these banks. It then re-lent the money to the South African government. Three of the six credit transactions, each \$50 million and made from the bank's Nassau branch, were arranged with the Ministry of Finance in Pretoria. The three other loans were made with METKOR, ISCOR, and ESCOM, all South African government agencies. Sources within EABC have indicated that a further credit of approximately \$50 million has been negotiated with the Finance Ministry within the last few months. It appears that \$150 million has yet to be repaid to the bank.

The Ministry of Finance loan was organized on favorable terms in September 1970 with the stipulation that it be repaid in two years. This transaction occurred shortly after the end of the Bank Campaign. At that time the South African government publicly denied the necessity for its receiving favorable credit. Money drawn on the credit was held in the South African Reserve Bank, which suggests it was used for general balance-of-payment purposes.

In June 1971 the bank approved another \$50-million credit, this time stipulating repayment during the next three years. EABC's management fee increased 50 percent for this loan, from \$100,000 to \$150,000. For each of these two loans EABC contributed \$5 million from its Nassau branch. The names of the subparticipating banks in either loan are not yet known.

The most recent known credit to the South African Finance Ministry was approved in June 1972. Again, it was organized through a consortium of banks by the European-American Banking Cor-

This section, the "CIC BRIEF," appears in each edition of the *Corporate Examiner*. Its purpose is to inform investors, organizations and individuals concerned about corporate social impact of given issue areas. Each "CIC BRIEF" highlights a particular social area – foreign investment, environment, labor and minority policies, military contracting, or consumerism, and focuses on one or more corporations. It also includes reference to groups, individuals, and studies involved in each given issue.

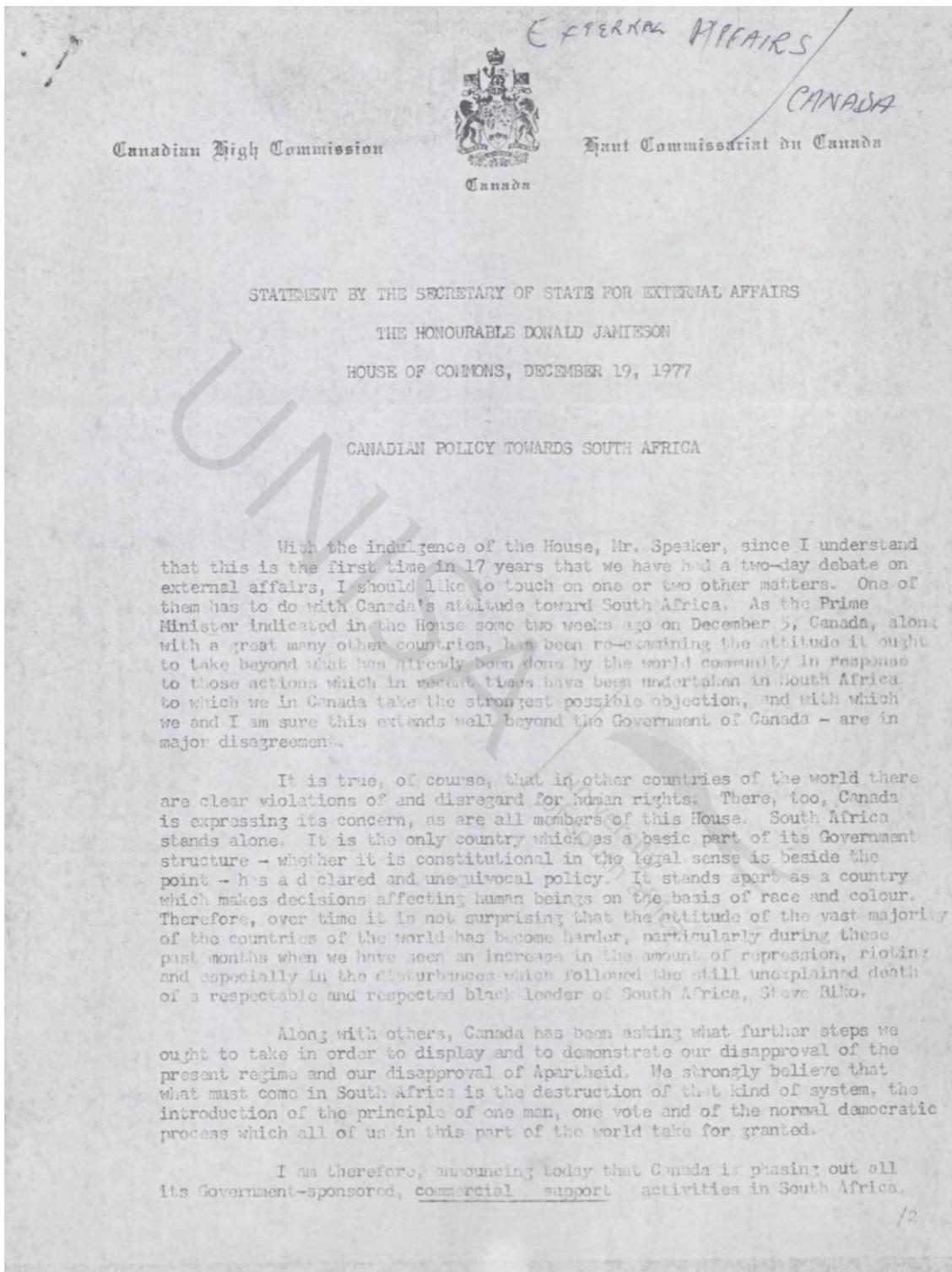
Copies of this separate insert may be obtained from the Corporate Information Center, Room 846, 475 Riverside Drive, N.Y., N.Y. 10027; Tel: (212) 870-2295. Price: 1-10 copies, \$.60 each, 11-19 copies, \$.40 each, 20-50 copies, \$.35 each, 50 copies and above, \$.15 each.

© 1973 Corporate Information Center, National Council of Churches.

3A

Fonte: CORPORATE INFORMATION CENTER, Interfaith Center on Corporate Responsibility. Panfleto. Nova York, 1973. p. 3A. Disponível em: <https://africanactivist.msu.edu/record/210-849-29982/> Acesso em: 04/01/2023

Anexo B - Declaração de Don Jamieson feita a House of Commons em 19 de dezembro de 1977



For example, we will as quickly as possible withdraw our commercial counsellors from Johannesburg and close the office of the Consulate General in that city. We will also withdraw our commercial officers from Cape Town. We will, of course, maintain our officers in Pretoria for normal business, because we do not feel that the breaking off of diplomatic relations at this time is advisable. We wish to still have an opportunity to do what we can in order to impress upon the Government of South Africa the necessity for change. We also want to have an opportunity to talk to respected leaders who are opposed to Apartheid in South Africa.

In addition to this phasing out of our commercial activities, we will also withdraw all Export Development Corporation Government account support from any transactions relating to South Africa. This involves, for example, export credit insurance and loan insurance, as well as foreign investment insurance. This is a step which is not as complete as what may very well come in time. We are examining the implications and the possibilities for other such actions. After consultation with the Canadian companies concerned, we will be publishing a code of conduct and ethics for Canadian companies operating in South Africa, designed to govern their employees and similar practices. This will be done as quickly as possible.

The fourth measure is related to South Africa's former membership in the Commonwealth which we now propose to change. From a date to be announced, we will require non-immigrant visas from all residents of South Africa coming to Canada. We have asked the appropriate officials to examine the impact and the capacity that is open to us to renounce the British Preferential Tariff. It is still in effect even though the Commonwealth membership of South Africa has long since ceased to exist.

In addition to all of these measures, we are very much concerned about two other aspects of South Africa and South African operations, namely, the activities of Canadian companies in Namibia. Once again, we have asked the officials of the Department of Finance and others to, as quickly as possible, look into all the implications of possible tax concessions and the like which these companies may be obtaining and which are being provided by what is essentially an illegal regime in Namibia, by our standards and by our demonstrated conduct at the United Nations.

We are also establishing possible codes of conduct for further investment by Canadians in Namibia. It may be asked - I am sure it will be - why these measures are not introduced immediately. There are two reasons: First, we want to be very sure that we do not penalize Canadian companies which may have been active in that country under legitimate and perfectly acceptable processes. Nevertheless, there is unquestionably an incongruity in a situation which permits an illegal regime, by world definition, to be benefitting with Canadian companies in the manner I have outlined.

There is a second reason why we are withholding, for the time being, any further action. We continue to hope that a means will be found of ensuring that there is a peaceful and satisfactory solution for Namibia, one that will bring about equality - one man, one vote. We hope this can be done through negotiations and the process in which Canada is participating, which relates to the five Western members of the Security Council talking with the Government of South Africa and the other parties concerned.

/3

Fonte: CANADIAN HIGH COMMISSION. Statement by the secretary of state for external affairs. Canadian Policy Towards Southern Africa. House of Commons. p. 12. Declaração. Canadá, 1977. Disponível em: <http://digilibary.unisa.ac.za/digital/collection/p21049> Acesso em 04/01/2023

Anexo C - Fala do Primeiro-Ministro John Diefenbaker no legislativo canadense a respeito da exclusão da África do Sul da Commonwealth, 29 de janeiro de 1960.

491

HOUSE OF COMMONS

Friday, January 29, 1960

The house met at 11 a.m.

COMMONWEALTH RELATIONS

SOUTH AFRICA—REFERENCE TO STATEMENTS BY
PRIME MINISTER TO LABOUR CONGRESS

On the orders of the day:

Hon. L. B. Pearson (Leader of the Opposition): Mr. Speaker, may I ask the Prime Minister, in view of the statement reported to have been made yesterday by him to the Canadian Labour Congress that every country of the commonwealth must be permitted to carry out its own policies internally without interference, whether he believes that this principle applies also to all other members of the United Nations.

Right Hon. J. G. Diefenbaker (Prime Minister): Mr. Speaker, the observation I made yesterday had to do with the statement in the brief presented by the C.L.C., which read as follows:

To say the least, we feel extremely uncomfortable in the same company with the government of South Africa, and would favour its exclusion from the councils of the commonwealth of nations.

The observation I made at that time was this; that the commonwealth is representative of countries in various stages of democratic advancement, and that I would not support any action to exclude from the councils of the commonwealth of nations the Union of South Africa, regardless of my strong feelings in respect of discrimination.

With regard to the question asked as to the difference between the commonwealth and the United Nations, I think the answer is apparent when some consideration is given to the membership of the United Nations and the membership of the commonwealth. So far as the commonwealth is concerned, it is a voluntary organization joined together by those principles which are generally accepted as the British heritage.

Mr. Pearson: May I ask a supplementary question. I do not think the Prime Minister dealt with my question as to whether the same principle would have to be applied under the United Nations charter to every member of the United Nations as would have to be applied to members of the commonwealth at the United Nations.

Mr. Speaker: I would think the application of the principles of the United Nations charter

79951-0—32½

was not a matter falling under the administrative responsibility of the Prime Minister. It seems to me that the question as put ranges beyond the administrative responsibility of the Prime Minister.

Hon. Paul Martin (Essex East): The Prime Minister has kindly given us clarification of one of the statements he made yesterday on this matter, and I should now like to ask him a question with regard to another statement he made yesterday on the same subject. Does the Prime Minister now wish to reconsider the statement he made yesterday that the apartheid question in South Africa is not one that he would like to see brought up, or see discussed, at the meeting of prime ministers next May? Does the Prime Minister not think that in view of the character of these meetings, their secrecy, this is among the kind of questions that should be and have been discussed among the prime ministers of the commonwealth?

Mr. Diefenbaker: I have not the transcript of my remarks before me, and the hon. gentleman is reading from a press statement. What I stated was simply this, that I would not bring before the prime ministers' conference, or indeed support, any action that would exclude the Union of South Africa from the councils of the commonwealth of nations.

I know the hon. gentleman wants to be helpful. If he were in the position of prime minister, with his regard for the commonwealth, I wonder whether he or his leader would support exclusion.

Mr. Pearson: No one supports the exclusion of any member of the commonwealth. The question was not exclusion but discussion.

Mr. Diefenbaker: Oh, no; there was no reference other than to the matter of exclusion, which is a course I would not accept. I think, from the hon. gentleman's statement, that he joins with me in holding that view.

Mr. Martin (Essex East): In view of the clarification which the right hon. gentleman has just given may I ask him, then, whether we are to understand that he would not oppose any discussion of this matter at a prime ministers' conference such as the one he will attend next May?

Mr. Diefenbaker: There is no agenda in the ordinary sense of the word at prime ministers' conferences. Matters are discussed

Fonte: CANADÁ, Commonwealth Relations. South Africa Reference to statements by prime minister to labour congress. House of Commons Debates, 24th Parliament, 3rd Session: Vol. 01. 1960. Disponível em: https://parl.canadiana.ca/view/oop.debates_HOC2403_01/494 Acesso em: 22/03/2023

Anexo D - 'The Nangle Report', versão publicada em livreto pelo CCIC em 1975

Falconbridge Mines in Africa—disgusting

Hugh Nangle, deputy editorial page editor of the Montreal Gazette, has reported on the living conditions of black Africans working for Canadian firms in southern Africa. The sixth report, on Falconbridge, appears today.



The Ottawa Citizen
Thurs., June 28, 1973

This is the home of a black worker at Falconbridge's subsidiary in Rhodesia

By Hugh Nangle
*Special to The Citizen
and The Gazette*

Of all Canadian companies with subsidiaries investigated in southern Africa, Falconbridge has the most unenviable, depressing record.

Falconbridge Nickel Mines Limited., a Canadian mining company with head offices in Toronto, has operations in South Africa, Namibia (South West Africa), and Southern Rhodesia.

Falconbridge of Africa Ltd., a wholly-owned subsidiary of Falconbridge, is the corporate arm for exploration in Africa with offices in Johannesburg, South Africa. Oamites Mining Company (Proprietary) Limited, operates a copper-silver mine at Oamites 40-odd miles from the capital of Namibia, Windhoek. The Blanket Mine, near Gwanda, Southern Rhodesia, is a gold mine.

Although a Falconbridge operation, the Blanket Mine's place in the subsidiary structure is not clear. It is neither reflected in the 1972 Falconbridge Nickel Mines Limited annual report as part of either Falconbridge of Africa Ltd., nor is it mentioned in the Financial Post Corporation Service review of Falconbridge Nickel Mines Limited.

The Blanket Mine is invisible enough for the department of industry, trade and commerce to tell a subcommittee of the World Relationships Committee, YWCA of Canada, that the department was not aware of any Canadian-controlled investment in Southern Rhodesia. The committee was conducting research into Canadian investment in southern Africa, the results of which are in its recent booklet "Investment in Oppression."

Falconbridge also holds 25 per cent of Western

Platinum Ltd., a South African company which owns and operates a platinum-nickel-copper mine at Rustenburg in the western Transvaal.

Falconbridge has entered into an agreement with The Superior Oil Company in which the latter owns a 50 per cent interest in Falconbridge's exploration activities in South Africa and Namibia. Falconbridge retains the right to manage the exploration and acquisition of properties.

The Blanket Mine is a disgusting example of a Canadian company exploiting black workers. Living conditions for blacks are appalling while the white workers luxuriate over the hill in attractive homes with beautiful gardens and at least one automobile to a house.

Recreational facilities for the black mineworkers are a beerhall-cum-community hall and an overgrown, potholed soccer field. The white workers, on the other hand, have a swimming pool, tennis court, and an attractive club house for their recreation facilities.

The disparity, of course, extends to the pay received by the different races; bad for Africans and good for whites.

The "houses" for blacks consist of two-room asbestos corrugated sheeting. At best they can be referred to as shacks. They are crowded together, one upon the other, in an area of the country where there is plenty of space.

Overcrowding, because of the size of individual families, is such that shanties of sheeting and boarding in many cases double as cooking areas and sleeping quarters for some members of families. The accompanying poor quality photograph gives some idea of the wretched living conditions at the Blanket Mine.

It is worth running merely to indicate to what a Canadian subsidiary is subjecting its African workers.

Blanket Mine made a profit of \$1.3 million last year.

There are about 500 Africans employed by the mine. The starting wage is a basic of 56 cents a day. The mine operates six days a week.

Some blacks who have worked with Falconbridge for more than 20 years in Rhodesia receive between \$43.74 and \$48.50 per month.

The Blanket Mine issues the workers a double ration of food each week. This is made up of meals meal (ground maize) which forms the basis of the diet: meat, vegetables when available, some salt, and shelled peanuts when available.

While it may appear that a double ration is generous, I know from long years of experience in Rhodesia that the initial ration is grossly inadequate to feed a worker and his family. Doubling the ration merely alleviates the shortage somewhat.

Milk is something which they never receive from Falconbridge.

There are 11 whites employed on the Blanket Mine. Some of them, who do supervisory, maintenance and repair work receive \$810.00 a month — a vast discrepancy with the top wages paid the African mineworkers.

It should be noted that the majority of the development work underground is done by Africans under the supervision of whites.

The Blanket Mine serves as a fine example of the exploitation of Africans. It is not unfair to charge that Falconbridge is operating a slave-labor mine.

Nor does the unhappy Falconbridge involvement in Rhodesia end with the Blanket Mine.

One of the senior Falconbridge officers in the Johannesburg office confirmed that the company had sold a previous property, the Connemara Mine at Hunters Road between Que-Que and Gwelo to the Southern Rhodesian government in the knowledge that the property was to be turned into a detention centre for political prisoners. This occurred in 1963 and the price paid by the Rhodesian government was "about 15,000 pounds" — about \$45,000.

For the Canadian government, Falconbridge's involvement in Rhodesia raises some serious questions too.

The most serious matter is the direct involvement of Falconbridge's Rhodesian company with the illegal Rhodesian government's parastatal mining development company, MPC (Mining Promotion Corporation) last year and earlier this year.

MPC is the mining sector of IDC, the parastatal corporation created by the Smith regime after its unilateral declaration of independence in 1965. The corporation is funded by Smith's government and is charged with the responsibility of filling the industrial gap created by United Nations sanctions (which Canada supports), hesitancy of foreign corporations to invest in Rhodesia, and a serious shortage of foreign currency.

Falconbridge and MPC were involved in a joint venture at Umvuma about 60 miles from Gwelo, the largest community in the Midlands of Rhodesia. An option was taken on the Athens Mine at Umvuma in 1972. After several months the option was dropped for several reasons.

The Athens Mine was subsequently picked up by the British firm Lonrho and is now being developed.

Falconbridge's involvement with an operation of the illegal Smith regime must surely leave the Canadian government no option but to take action against the Canadian head office.

Falconbridge's operation at Oamites in Namibia is nothing to cheer about either. However, there is one bright spot: the mine manager, Keith E. Mantell, is one of the most genuinely concerned and decent men I have met in the mining sphere in Southern Africa. Mr. Mantell does, however, have to work within the framework and structure of his employer.

Falconbridge's operation at Oamites raises further questions for the Canadian government since 25 per cent of the operating company, Oamites Mining (Proprietary) Limited is held by the South African Development Corporation, the South African government's parastatal industrial body.

Housing at Oamites reflects the different status of the racial groups. The black contract mineworkers are put into cement brick blockhouses with at least 14 to a dormitory section. There are two large, long blockhouses with an open dining hall-cum-recreational centre and cookhouse between the two blocks. Some workers are housed in tin shacks because there is not enough space in the blocks. These are indescribably hot and stuffy.

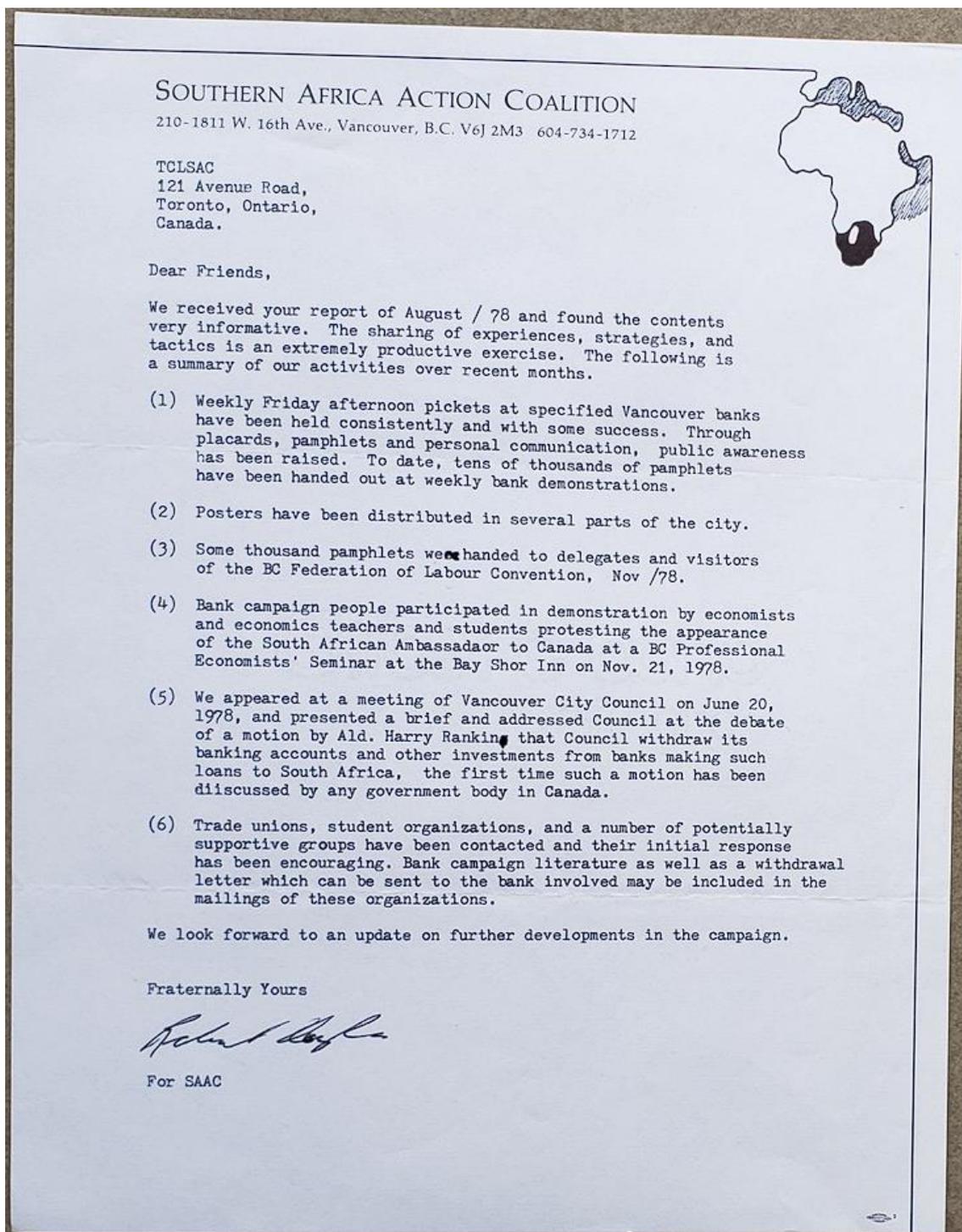
"Colored" workers on the mine are housed in separate two-bedroom homes. There is a small amount of property around each house. Some are fenced. A club house and tennis court is provided by the mine. A primary school has also been built by the mine for the children of the mixed race families who live and work on the mine.

The Europeans on the mine live in splendor compared with their fellow African and colored workers (again over a hill). Houses are provided with at least two bedrooms. There is a sizeable amount of property with each house so that there is no crowding. Recreational facilities consist of a modern club house, tennis court, and a swimming pool.

Oamites mine has only been operating for a short time (it cost \$7,000,000 to bring into production). It therefore raises the question of why Falconbridge permitted the perpetuation of the old racial order on this mine. It was the proud claim of Alf E. Popley, the chairman of the Oamites and Falconbridge Africa Ltd. in Johannesburg, that Oamites is the most modern mine in southern Africa. Mechanization has been preferred to labor intensive mining methods.

One factor in Falconbridge's favor is that there is a genuine effort to involve the colored community from Rehoboth, which is 20-odd miles away, in the mine's activities. This is probably the first such opportunity for the Rehoboth people.

Anexo F - Correspondência do SAAC ao TCLSAC sobre a campanha contra os bancos. 1978.





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br